

UNIVERSIDADE METROPOLITANA DE SANTOS
MESTRADO PROFISSIONAL EM PRÁTICAS DOCENTES NO
ENSINO FUNDAMENTAL

LUCIA HELENA CARVALHO GONZALEZ

POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA REGIÃO
METROPOLITANA DA BAIXADA SANTISTA:
DOS DOCUMENTOS OFICIAIS ÀS REALIDADES LOCAIS

SANTOS

2021

LUCIA HELENA CARVALHO GONZALEZ

**POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA REGIÃO
METROPOLITANA DA BAIXADA SANTISTA:
DOS DOCUMENTOS OFICIAIS ÀS REALIDADES LOCAIS**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Universidade Metropolitana de Santos, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Práticas Docentes no Ensino Fundamental.

Orientadora: Profa. Dra. Elisabeth dos Santos Tavares.

SANTOS

2021

Autorizo a reprodução parcial ou total deste trabalho, por qualquer que seja o processo, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos.

G652p

Gonzalez, Lucia

Políticas Públicas da Educação Especial na Região Metropolitana da Baixada Santista: Dos Documentos Oficiais às Realidades Locais. - Santos, 2021.

190f.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Elisabeth dos Santos Tavares

Dissertação (Mestrado), Universidade Metropolitana de Santos, Práticas Docentes no Ensino Fundamental, 2021.

1. Educação Especial. Políticas Públicas. Escola Inclusiva.

I. Políticas Públicas da Educação Especial na Região Metropolitana da Baixada Santista: Dos Documentos Oficiais às Realidades Locais

CDD 370

A Dissertação de Mestrado intitulada **“Políticas públicas da educação especial na Região Metropolitana da Baixada Santista: Dos documentos oficiais às realidades locais”**, e elaborada por Lucia Helena Carvalho Gonzalez, foi apresentada e aprovada em 14/04/2021, perante banca examinadora composta por Prof.^a Dra. Mariângela Camba, Prof.^a Dr.^a Aline Martins Almeida e Prof.^a Dra. Elisabeth dos Santos Tavares.

Prof.^a Dra. Mariângela Camba – UNIMES
Avaliadora Interna

Prof.^a Dra. Aline Martins Almeida – UNIVERSIDADE MACKENZIE
Avaliadora Externa

Prof.^a Dra. Elisabeth dos Santos Tavares
Orientadora e Presidente da Banca Examinadora

Prof. Dr. Gerson Tenório dos Santos
Coordenador do Programa de Pós-graduação

Programa: Mestrado Profissional Práticas Docentes no Ensino Fundamental
Área de Concentração: Práticas Docentes no Ensino Fundamental
Linha de Pesquisa: Docência e práticas interdisciplinares no Ensino Fundamental

Dedico este trabalho aos meus filhos André Luiz e Mariana, ao meu neto Eduardo Limeres Gonzalez e a todos os outros netos, que possam chegar em minha família, para que acreditem e valorizem a Educação de nosso país como instrumento de formação integral do ser humano.

Ao meu marido, Prof. Basílio, que dedicou sua vida profissional ao magistério, com muita maestria, fazendo parte da formação intelectual e moral de vários estudantes que participaram de suas aulas, por meio da história de nosso país.

AGRADECIMENTOS

À Prof.^a Dr.^a Elisabeth dos Santos Tavares o meu reconhecimento pela oportunidade em realizar este trabalho. Meu respeito e admiração pela competência, profissionalismo e, também, pela condução de toda a orientação, permeada de incentivos e paciência. Obrigada por acreditar em mim.

Agradeço ao amigo Aparecido Fernando, Cido, pelo companheirismo e incentivo durante todo o tempo de estudo.

Agradeço a minha amiga e parceira de trabalho, Jaqueline Dornelas, por toda a colaboração, dicas importantes e revisão final do trabalho.

Agradeço ao Lucas Teodoro pela ajuda e orientação na pesquisa de dados numéricos.

Agradeço as pessoas responsáveis pelas secretarias de educação que disponibilizaram de seu tempo para participar da pesquisa que foi parte fundamental do trabalho.

Agradeço a todos os professores do curso por compartilhar conhecimentos e mostrar a importância de uma pesquisa.

Agradeço aos colegas de classe por compartilharem conhecimento, angústias e alegrias, fazendo com que não nos sentíssemos sós durante a jornada de estudos.

Agradeço aos membros da banca examinadora, Professora Dra. Aline Martins Almeida e Professora Dra. Mariângela Camba que aceitaram, gentilmente em participar e colaborar com essa dissertação.

“Tem que ter esperança ativa. Aquela que é do verbo esperar, não do verbo esperar. O verbo esperar é aquele que aguarda, enquanto o verbo esperar é aquele que busca, que procura, que vai atrás”.

(Mario Sergio Cortella, 2018).

GONZALEZ. Lucia Helena Carvalho. **Políticas Públicas da Educação Especial na Região Metropolitana da Baixada Santista: Dos Documentos Oficiais às Realidades Locais**. 2021. 190 páginas. Dissertação do Programa de Mestrado Profissional em Práticas Docentes no Ensino Fundamental da Universidade Metropolitana de Santos. Santos, 2021.

RESUMO

A educação especial, no Brasil, passa por um processo de transformação e evolução histórica e política com vistas a atender as crianças especiais de maneira inclusiva sem qualquer forma de discriminação. A escola inclusiva respeita e valoriza a diversidade dos alunos, buscando o aprimoramento e o desenvolvimento desse ser em formação, considerando as suas possibilidades e limitações, sejam de caráter cognitivo, físico ou emocional. A presente pesquisa tem em seu contexto o destaque não só para a temática que se aborda, mas, também, ao caráter que se quer dar, à relevância da criação de uma região metropolitana que tem como objetivo a adoção de políticas regionais como forma de melhor implementar políticas públicas contemporâneas. O que se buscou com esta pesquisa foi a análise do processo de implementação das políticas públicas de educação especial, nos nove municípios que constituem a Região Metropolitana da Baixada Santista – RMBS. Investigou-se o histórico da RMBS, contextualizando os seus objetivos em relação ao atendimento educacional e sobre as discussões de temáticas com as ações, efetivamente implementadas na região. No percurso metodológico foram pesquisados junto aos órgãos da RMBS e, junto às secretarias municipais de educação, as políticas e os programas/projetos que tratam da educação especial inclusiva, por meio da consulta em sites e outras mídias de divulgação além de questionário aplicado aos representantes das secretarias municipais de educação dos nove municípios que compõem a RMBS. Desta forma, a pesquisa identificou como vem se dando a implementação dessas políticas públicas, em cada município, identificando-se com o aporte das investigações como cada município tem se organizado para atender as carências próprias, assumindo a responsabilidade pela implementação de ações locais que contribuam, efetivamente para a inclusão das crianças com deficiência.

Palavras-chave: Educação Especial; Políticas Públicas; Escola Inclusiva.

ABSTRACT

Special education in Brazil goes through a process of transformation and historical and political evolution with a view to serving special children in an inclusive manner without any form of discrimination. The inclusive school respects and values the diversity of the students, seeking the improvement and development of this being in formation, considering its possibilities and limitations, whether of a cognitive, physical or emotional character. The present research has in its context the emphasis not only for the thematic that is approached, but also for the character that one wants to give to the relevance of the creation of a metropolitan region that has as objective the adoption of regional policies as a way of better implement contemporary public policies. What was sought with this research was the analysis of the implementation process of public policies for special education, in the nine municipalities that constitute the Metropolitan Region of Baixada Santista - RMBS. The history of RMBS was investigated, contextualizing its objectives in relation to educational assistance and on the discussions of themes with the actions effectively implemented in the region. Along the methodological path, the policies and programs / projects dealing with inclusive special education were researched with the RMBS agencies and, together with the municipal education departments, through consultation on websites and other media, in addition to a questionnaire applied to representative's municipal education departments of the nine municipalities that make up the RMBS. In this way, the research identified how public policies have been implemented in each municipality, identifying with the contribution of investigations how each municipality has been organizing itself to meet its own needs, assuming responsibility for the implementation of local actions that contribute, effectively for the inclusion of children with special needs.

Keywords: Special Education; Public Policies; Inclusive School.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01: Mapa com localização e destaque dos Municípios que constituem a Região Metropolitana da Baixada Santista - RMBS.....	43
Figura 02: Novo modelo de gestão adotado pelo grupo de planejamento regional da Agência Metropolitana da Baixada Santista - AGEM.....	44
Figura 03: Brasão do Município de Bertioga – SP, cidade integrante da RMBS.....	47
Figura 04: Brasão do Município de Guarujá – SP, cidade integrante da RMBS.....	48
Figura 05: Brasão do Município de Santos – SP, cidade integrante da RMBS.....	49
Figura 06: Brasão do Município de São Vicente – SP, cidade integrante da RMBS.....	49
Figura 07: Brasão do Município de Cubatão – SP, cidade integrante da RMBS.....	50
Figura 08: Brasão do Município de Praia Grande – SP, cidade integrante da RMBS.....	51
Figura 09: Brasão do Município de Mongaguá – SP, cidade integrante da RMBS.	51
Figura 10: Brasão do Município de Itanhaém – SP, cidade integrante da RMBS.....	52
Figura 11: Brasão do Município de Peruíbe – SP, cidade integrante da RMBS.....	53
Figura 12: Total de matrículas efetuadas na rede pública de ensino em 2019 - RMBS.	56
Figura 13: Total de matrículas da modalidade de Educação Especial, efetuadas na rede pública de ensino em 2019 - RMBS.....	58
Figura 14: Esquema visual para ilustrar o conceito de integração.....	71
Figura 15: Frequência nas reuniões realizadas pela Câmara Temática durante o ano de 2015.	78
Figura 16: Frequência nas reuniões realizadas pela Câmara Temática durante o ano de 2016.	80
Figura 17: Frequência nas reuniões realizadas pela Câmara Temática durante o ano de 2017.	81

Figura 18: Frequência nas reuniões realizadas pela Câmara Temática durante o ano de 2018.	82
Figura 19: Frequência nas reuniões realizadas pela Câmara Temática durante o ano de 2020.	83
Figura 20: Referências utilizadas na política ou projetos dos municípios pesquisados.	85
Figura 21: Implantação de ações para atendimento dos alunos nos municípios pesquisados.	85
Figura 22: Ações de fomento à inclusão realizadas pelos municípios pesquisados, em parceria com outras secretarias de outros municípios da RMBS.	86
Figura 23: Projetos com desenvolvimento em âmbito municipal para atender a educação especial inclusiva.	87
Figura 24: Adequações de atendimento após a publicação do Decreto nº10.502/2020, conforme apontamentos dos municípios pesquisados.....	93
Figura 25: Recursos utilizados pelo município para atendimento à Educação Especial, conforme apontamentos dos municípios pesquisados.....	93
Figura 26: Considerações dos participantes à pesquisa.....	94

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Dados do Censo Escolar da Rede Pública em 2019 – RMBS.....	54
Tabela 02 - Matrículas da modalidade Educação Especial efetuadas na Rede Pública em 2019 – RMBS.....	56
Tabela 03 - Total de alunos matriculados da modalidade Educação Especial por etapa de ensino, na Rede Pública em 2019 – RMBS.....	58

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

AEE – Atendimento Educacional Especializado

AGEM – Agência Metropolitana da Baixada Santista

APAAG – Associação dos Pais e Amigos do Autista de Guarujá

APAE – Associação de Pais e Amigos do Excepcional

BNCC– Base Nacional Comum Curricular

CAE – Conselho de Administração Estadual

CAM – Conselho de Administração Municipal

CEB – Câmara de Educação Básica

CENESP – Centro Nacional de Educação Especial

CER – Centro Especializado em Recuperação

CNE – Conselho Nacional de Educação

CNE/CP – Conselho Nacional de Educação/ Conselho Pleno

CONAE – Conferência Nacional da Educação

CONDESB – Conselho de Desenvolvimento da Baixada Santista

CRPI – Centro de Reabilitação de Paralisia Infantil

ECA – Estatuto da Criança e Adolescente

EJA – Educação de Jovens e Adultos

FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

FUNDO – Fundo de Desenvolvimento Metropolitano da Baixada Santista

HTPCV – Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo Virtual

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas

LBA – Legião Brasileira de Assistência

LBI – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MPA – Materiais Pedagógicos Acessíveis

ONU – Organização das Nações Unidas

PEB I – Professor de Educação Básica I

PNE – Plano Nacional da Educação

PPP – Projeto Político Pedagógico

RAs – Regiões Administrativas

RMBS – Região Metropolitana da Baixada Santista

RMs – Regiões Metropolitanas

SCAS – Secretaria de Assistência Social

SE – Secretaria da Educação

Sedel – Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer

SEESP – Secretaria de Educação Especial

SENEB – Secretaria Nacional de Educação Básica

SRMF – Sala de Recursos Multifuncionais

UFScar – Universidade Federal de São Carlos

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

UNIMES – Universidade Metropolitana de Santos

UNIMONTE – Universidade Monte Serrat

UNISANTOS – Universidade Católica de Santos

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	17
INTRODUÇÃO	19
1. POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	24
1.1 Histórico da Educação Especial no Brasil e os Documentos Oficiais.....	24
2. A REGIÃO METROPOLITANA DA BAIXADA SANTISTA	43
2.1 Trajetória da Região Metropolitana da Baixada Santista: Uma Breve Contextualização.....	43
2.1.1 Câmaras Temáticas.....	44
2.1.2 A Agência Metropolitana da Baixada Santista – AGEM.....	45
2.1.3 O Fundo de Desenvolvimento Metropolitano da Baixada Santista.....	46
2.2 Caracterização dos Municípios da RMBS.....	47
2.2.1 Bertioga.....	47
2.2.2 Guarujá.....	48
2.2.3 Santos.....	49
2.2.4 São Vicente.....	49
2.2.5 Cubatão.....	50
2.2.6 Praia Grande.....	51
2.2.7 Mongaguá.....	51
2.2.8 Itanhaém.....	52
2.2.9 Peruíbe.....	52
2.3 A Educação Especial nos Municípios da Região Metropolitana da Baixada Santista.....	53
2.3.1 – A Implementação das Políticas Públicas nas Secretarias de Educação da Região Metropolitana da Baixada Santista.....	62

2.4 Ações para Promover as Adaptações das Políticas Públicas de Nível Federal e Estadual, às Realidades Locais.....	64
3. A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A VIABILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO REGULAR.....	66
3.1 As Formações de Professores para a Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.....	66
3.2 Integração X Inclusão.....	71
4. PERCURSO METODOLÓGICO.....	74
5. ANÁLISE DOS DADOS.....	77
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	95
PRODUTO FINAL.....	99
REFERÊNCIAS.....	107
APÊNDICES.....	112
ANEXOS.....	115

APRESENTAÇÃO

Nascida na cidade de Santos, meu contato com o ambiente escolar começou muito cedo, durante a minha infância. Tios trabalhavam em escolas e, devido a essa facilidade minha permanência no ambiente escolar era grande, assim como, o contato prazeroso com diretores, professores, funcionários e alunos. Tudo me fascinava, minhas brincadeiras sempre se resumiam em “escolinha”.

Diante de cada experiência vivenciada, se firmava mais a minha escolha de profissão: professora. Não foi necessário o teste de aptidão para escolher o magistério.

A carreira profissional foi iniciada no ano de 1975 como professora na rede estadual de educação, atuando como professora de educação básica¹. Nesse mesmo tempo a paixão pela profissão aumentou com o casamento com um professor, também da rede estadual de ensino e rede privada.

Instigada a trabalhar com a diversidade em sala de aula, iniciei o curso de Psicologia, na Faculdade de Ciências e Letras de Santos, atualmente Universidade Católica de Santos – UNISANTOS, concomitante com o curso de Pedagogia, cursado na Faculdade de Ciências Prof. Laerte de Carvalho, atualmente Universidade Metropolitana de Santos – UNIMES, acreditando que os dois cursos se complementavam nos idos de 1979.

Após essas formações realizei vários outros cursos como atualização e especialização, além de atuar como professora de educação básica em escolas da rede estadual de ensino do Estado de São Paulo educação e escolas da rede privada de ensino.

Atuando na rede particular de ensino surgiu a oportunidade de atuar, também, como orientadora educacional no Colégio Santista, da rede Marista em Santos, no período de 1982 a 1996 e na Escola Americana de Santos, no período de 2000 a 2005. Em todas essas unidades de ensino houve crescimento profissional significativo com as aprendizagens de diferentes grupos.

Em 2002 conclui o Curso de Pós-graduação Lato Sensu em “Educação Infantil” no Centro Universitário Monte Serrat/ UNIMONTE/ Santos.

¹ Em 1975 a legislação estabelecia como Ensino de 1º grau o que hoje se denomina Ensino Fundamental da Educação Básica.

Em 2005 passei a exercer a função de Diretora de Escola, concursada, na Prefeitura Municipal de Bertioga, onde estou até a presente data, alcançando assim uma das minhas metas profissionais.

Acreditando na necessidade de formação continuada, em 2009 realizei o curso de Pós-graduação em Gestão Escolar na Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR, que apresentou as competências de um gestor escolar, com a responsabilidade pedagógica e administrativa em uma Unidade de Ensino.

No período de novembro de 2013 a novembro de 2016 assumi o cargo comissionado de Diretora de Gestão Pedagógica na Secretaria de Educação de Bertioga, onde implantei o horário de trabalho pedagógico coletivo virtual – HTPCV.

Esse trabalho se destinou a formação continuada de docentes da rede municipal de ensino das creches, Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação Especial, orientando, supervisionando e acompanhando o trabalho das equipes pedagógicas.

Foi, ainda, organizado um trabalho desenvolvido com os alunos com deficiência: foi identificada a grande importância desse segmento no Ensino Fundamental, haja vista o número crescente de alunos a serem atendidos em toda a rede de ensino.

Essas inquietações me levaram a procurar um curso de mestrado para acrescentar à minha formação conhecimentos mais sistematizados e organizados.

Entendo a educação como um direito de todos e a escola como acolhedora a todos sem distinção, promovendo, efetivamente esse direito, analisando os problemas vislumbrados em busca do aprimoramento no atendimento aos alunos. Considero relevante lançar um olhar diferenciado para analisar as diferenças que perpassam a escola e, a partir dessa análise promover um trabalho que realmente garanta os direitos de todos na escola.

INTRODUÇÃO

Considera-se a educação especial como uma forma de sanar e diminuir as diferenças entre os seres humanos, contribuindo para a reflexão e ação efetiva da necessidade da inclusão. Dessa maneira, a escola tem que se preparar para incluir os alunos com deficiência desde a estrutura física até a formação dos docentes e, também, a formação da equipe de gestão escolar. A escola inclusiva respeita e valoriza a diversidade dos alunos, buscando o aprimoramento e o desenvolvimento desse ser em formação, considerando as suas possibilidades e limitações, sejam de caráter cognitivo, físico ou emocional.

A crença é que o sistema educacional inclusivo é aquele que garante o ingresso e a permanência do aluno na escola, ofertando a possibilidade de um atendimento escolar especializado, revendo e adaptando conceitos, da educação especial, em um contexto que se respeite e atenda além das diversidades dos alunos, trabalhando as igualdades e diferenças.

Porém, os desafios da escola não se limitam às condições físicas, à formação continuada de funcionários e docentes. As políticas públicas têm que contemplar um ambiente escolar que promova a inclusão. A inclusão é uma proposta de se romper barreiras para que todos sejam vistos com as suas respectivas particularidades.

Nesse sentido, Borges, Pereira e Aquino (2012, p.3) concordam que:

[...] nenhum sujeito encontra-se não integrado ou fora da sociedade. Pode estar, sim, fora do contexto ou dos valores defendidos pela sociedade capitalista, onde todos têm de ter uma função definida e um papel estabelecido, sendo o homem valorizado pelo que ele tem e pelo que ele próprio produz.

Atualmente, a proposta educacional de inclusão é que todos sejam respeitados sem nenhum tipo de distinção, respeitando-se as diferenças que no decorrer do tempo contribuem para a igualdade de todos, atentando-se para as limitações de cada ser humano, transformando-os em seres participativos.

No Brasil, embora se preze por realizar todo o processo de inclusão, muitas vezes, diante das dificuldades encontradas, outras formas de atendimento são praticadas para inserir esse indivíduo na sociedade. Um exemplo disso é a prática da integração.

Esse termo, integração, nasceu de um processo em que os indivíduos com deficiência são inseridos na escola regular e, recebem atendimento diferenciado de acordo com suas especificidades, fora da sala de aula regular, nas chamadas salas especiais, sendo privado em participar do processo de aprendizagem com os demais alunos. A inserção do aluno, nesse processo é parcial e condicionada às normas educacionais da escola.

Foi no ano de 1975 que surgiu o conceito de inclusão com a promoção de atendimento a todas as crianças com deficiência.

A Declaração de Salamanca se define como:

Um dos principais documentos mundiais que visam a inclusão social, ao lado da Convenção de Direitos da Criança (1988) e da Declaração sobre Educação para Todos de 1990. Ela é o resultado de uma tendência mundial que consolidou a educação inclusiva, e cuja origem tem sido atribuída aos movimentos de direitos humanos e de desinstitucionalização manicomial que surgiram a partir das décadas de 60 e 70 (SALAMANCA, 1994, p. 2).

Antes da criação da Declaração de Salamanca, a assistência às crianças com deficiência era assistencialista, promovida em instituições especiais, na sua maioria ditas filantrópicas. A partir de 1994, estabeleceu-se o compromisso de que esse atendimento aconteceria na escola regular, trabalhando a especificidade de cada criança.

Partindo do princípio de que “Todos nós somos Diferentes”, as crianças incluídas na escola regular aprendem juntas com uma pedagogia capaz de ensinar e promover um crescimento para todos no processo educacional, sendo oferecido um currículo adaptado e flexível a cada deficiência.

A escola passou a ter um novo pensar em educação especial, entendendo a necessidade em adaptar-se às especificidades dos alunos, com um ensino diversificado realizado em um espaço comum a todas as crianças, evitando assim, a exclusão escolar e discriminações. Primordialmente, a escola se organiza e se capacita para atender a todos, sem distinção.

No rumo de aprendizagem no que diz respeito à inclusão, as escolas percebem que o vínculo com a comunidade e setores da saúde é de grande importância para aprimorar o trabalho desenvolvido com essas crianças e fortalecer a aproximação com a família, de grande importância nesse processo de inclusão.

Outrossim, com os grandes avanços da educação especial inclusiva o Brasil ainda encontra algumas dificuldades que perpassam a aprendizagem de crianças com deficiência. Existem problemas com estrutura física do espaço escolar, acessibilidade, número excessivo de alunos em sala de aula, falta de recursos pedagógicos, trocas constantes de professores.

A Declaração de Salamanca (1994) abriu novos caminhos para a educação inclusiva ao declarar que as escolas inclusivas:

[...] constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias, criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso tais escolas proveem uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência, em última estância o custo da eficácia de todo o sistema educacional.

Embora ainda haja vários desafios que necessitam de reflexão, o atendimento às crianças com deficiência evoluiu no momento em que ocorreu a inserção dessas crianças em um ambiente de aprendizagem favorável ao desenvolvimento social em escola regular para a convivência com todas as crianças, sem distinção.

Ainda a Lei de Diretrizes e Base da Educação - LDB nº 9394/96 apresenta em relação a Educação Especial em seu Capítulo V:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, nos termos do caput deste artigo, tem início na educação infantil e estende-se ao longo da vida, observados o inciso III do art. 4º e o parágrafo único do art. 60 desta Lei.

Diante deste cenário, programas e ações para a Educação Especial Inclusiva foram sendo evidenciados.

Vale ressaltar, ainda, que a formação de professores ganhou relevância para o atendimento aos alunos com deficiência já que alguns professores sentiam-se

inseguros ao receber uma criança que necessitasse de atenção diferenciada em sala de aula.

Para esse atendimento o professor da sala regular adquire conhecimentos básicos para lidar com as diferenças e, passa ser atendido por um professor especialista em deficiência não só para atender a esses alunos, mas também para ser orientado, no relacionamento diário e no desenvolvimento das ações.

Assim, a escola inclusiva assume o compromisso com conceitos e paradigmas em questões do contexto educação, respeitando e valorizando a diversidade de alunos, em busca de atender as necessidades e, desenvolvendo o potencial do aluno.

Para Veigas (2003, p. 23)

[...] a instituição escolar deve desenvolver, a partir da legislação vigente, propostas e níveis de acessibilidade capazes de viabilizar a prática de uma educação inclusiva, partindo de níveis diferentes: currículo, gestão e metodologias.

Para construir uma escola inclusiva é preciso ter o compromisso de rever paradigmas e respeitar as diferenças, valorizando a aprendizagem, fazendo uso das políticas públicas existentes, discutidas no âmbito escolar com foco a atender a todos na sua individualidade. É praticar a gestão democrática, dando voz e olhos a todos os envolvidos no processo de aprendizagem.

Considerando esta perspectiva, como declarado anteriormente, inquietações me levaram a procurar um curso de mestrado para acrescentar à minha formação conhecimentos de forma que levantamos como hipótese que os desafios da implementação das Políticas Públicas da Educação Especial inclusiva ocorrem de maneira satisfatória nos municípios da Região Metropolitana da Baixada Santista, atendendo os alunos com deficiência, conduzindo-os à inclusão, o que exigia uma pesquisa.

Para tanto, a presente pesquisa tem como objetivo analisar o processo de implementação das políticas públicas de educação especial inclusiva nos municípios que constituem a Região Metropolitana da Baixada Santista – RMBS, junto aos próprios órgãos dessa região assim como, às secretarias municipais de educação buscando-se, de início as pesquisas das produções acadêmicas recentes em

relação à política de inclusão para pessoas com deficiência, identificando os documentos oficiais relativos às políticas públicas que garantem o esse atendimento.

Assim, a pesquisa investigará o histórico do surgimento da Região Metropolitana da Baixada Santista, contextualizando os seus objetivos em relação ao atendimento educacional e pesquisando junto aos seus órgãos e às secretarias municipais de educação a implementação de políticas, programas, projetos que tratem da educação especial inclusiva.

A pesquisa está organizada tendo como primeiro capítulo, um histórico dos documentos oficiais das Políticas Públicas da Educação Especial, no Brasil, relacionando-os aos períodos históricos e políticos.

No capítulo 2, apresenta-se como a Região Metropolitana da Baixada Santista foi criada, seu histórico até a presente data e as discussões sobre a temática e as ações efetivamente implementadas na região.

Já no capítulo 3, apresenta-se a discussão sobre a formação docente na contemporaneidade e o que se exige nos dias atuais

O percurso metodológico está descrito no capítulo 4, para apresentar-se, em seguida a análise dos dados coletados com as considerações finais, o produto final proposto e as referências bibliográficas.

Nesse contexto, compreender como se apresenta a implementação de políticas públicas de Educação Especial Inclusiva na RMBS se torna relevante para contribuir com a ampliação dos conhecimentos acerca da temática.

1. POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

1.1 Histórico da educação especial no Brasil e os documentos oficiais.

A educação especial, no Brasil, passa por um processo de transformação e evolução histórica e política com vistas a atender as crianças especiais de maneira inclusiva sem qualquer forma de discriminação.

O percurso deste processo ocorre com acontecimentos históricos nos períodos Imperial, da Primeira República, do Estado Novo, da Segunda República, da Ditadura Militar, da Abertura Política e das Reformas Neoliberais e indica evolução com conquistas, no entanto em vários momentos a discriminação e os preconceitos se fizeram presentes, tornando as pessoas especiais excluídas do sistema social.

O atendimento educacional às pessoas especiais despontou na Europa e logo foi estendido a outros países, entre eles o Brasil.

No início desse percurso histórico o atendimento para pessoas especiais se dava em instituições privadas que prestavam assistência às pessoas com deficiências, separando-as das pessoas consideradas normais. O atendimento tinha caráter clínico e o aspecto educacional era desconsiderado por se entender que essas pessoas não evoluiriam, cognitivamente. O desconhecimento das chamadas anormalidades, por parte dos especialistas, contribuía para que as pessoas especiais se isolassem cada vez mais, sendo segregadas a um mundo marginalizado.

Mantoan (1998), apresenta a história da educação especial em três períodos que se caracterizam por ações significativas para a evolução do atendimento especial em cada época.

O 1º período (1854/1956) – Iniciativas de caráter privado

Neste período, surgem escolas de caráter privado que ofereciam serviços clínicos às pessoas com deficiências. Com o passar os anos, a sociedade percebeu que esses alunos com deficiências mostravam progresso na aprendizagem e o atendimento, aos poucos saiu da área da saúde para a área educacional.

Em 1854, D. Pedro II fundou o Imperial Instituto de Meninos Cegos, atual Instituto Benjamin Constant, na cidade de Rio de Janeiro. Em 1857, foi criado o Instituto dos Surdos – Mudos, posteriormente denominado Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) que atendiam crianças dos sete aos quatorze anos de idade.

As criações destas duas instituições pareceram inusitadas para alguns historiadores, considerando o contexto da época.

Teixeira comenta que:

Nada parece mais significativo desse longo período de omissão e estagnação, com medidas medíocres e lampejos de paternalismo, do que a criação do Colégio Pedro II e dos institutos de cegos e surdos-mudos, como as principais instituições educativas da capital do país em 60 anos de reinado (1968, p. 71).

Estas duas instituições ofereciam o que havia de melhor no processo formativo das crianças surdas e cegas para a época e, logo passou-se a pensar na necessidade e efetivação de um currículo direcionado em especializar os professores para atuarem nessas salas de aula atendendo essas crianças.

Fundado em 1874, na Bahia são criados o hospital Juliano Moreira e a Escola México, no Rio de Janeiro, em 1887, para prestar assistência médica aos alunos com deficiência intelectual e deficiências físicas e intelectuais, respectivamente.

Januzzi, identifica duas vertentes da educação especial no Brasil e as denomina e caracteriza como: médica-pedagógica – mais subordinada ao médico, não só na determinação do diagnóstico, mas também no âmbito das práticas escolares [...] “e psicopedagógica – que não impede ao médico, mas enfatiza os princípios psicológicos” (1992, p. 59).

Aranha nos relata que após a Proclamação da República profissionais que estudavam na Europa, voltaram ao Brasil entusiasmados em modernizar o país. (2005).

Historicamente a escola se caracterizou pela exclusão de uma grande parcela da população, passando a ser privilégio de um grupo, exclusão apresentada através da segregação e integração no momento em que os sistemas de ensino passaram a universalizar o acesso a todos na escola. (BRASIL, 2015).

Em 1926 é fundado o Instituto Pestalozzi, em Canoas, no Rio Grande do Sul, especializado em atendimento às pessoas com deficiência mental e mais tarde, em 1945 passam a atender também as pessoas com superdotação. As práticas

escolares oferecidas a esses alunos eram elaboradas a partir do diagnóstico médico que fundamentava o conceito de normalidade/anormalidade.

No ano de 1929 chega ao Brasil uma psicóloga russa, Helena Antipoff que estudou na França, na Universidade de Sourbonne, e que se radicou no Brasil influenciando o panorama da educação especial. No Brasil, criou o Laboratório de Psicologia Aplicada na Escola de Aperfeiçoamento de Professores, em Minas Gerais. Propôs a criação de classes homogêneas como parte da organização da educação primária. Foi a idealizadora dos serviços de diagnóstico, classes e escolas especiais. Em 1932 criou a Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais, que a partir de 1945 se expandiu por todo o país.

Envolvida no trabalho com crianças especiais, Helena Antipoff dá continuidade ao seu trabalho e, em 1939 cria o Complexo Educacional da Fazenda do Rosário, para aproximar a comunidade rural à escola. Fez parte do movimento que implantou a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, em 1954, influenciando vários profissionais a atuarem nessa área.

Cunha, (1988) nos aponta que embora houvesse interesse na educação especial, principalmente em diminuir as desigualdades sociais, respeitar as diferenças individuais, as técnicas adotadas e os diagnósticos contribuíram para aumentar a exclusão destas crianças nas escolas regulares. A preocupação era garantir a gratuidade do ensino, assim como a obrigatoriedade da frequência do aluno, nas aulas.

Jannuzzi (1992-2004) em seu estudo com as pessoas com deficiências intelectuais relata alguns pontos significativos sobre a atenção e trabalho realizado nesta época, concluindo que:

- Não houve solução escolar para elas;
- As conceitualizações sobre deficiência eram contraditórias e imprecisas e, incorporavam as expectativas sociais do momento histórico em curso;
- A concepção de deficiência intelectual englobou diversas e variadas crianças com comportamentos divergentes das normas sociais estabelecidas pela sociedade e então veiculadas nos padrões escolares;
- A classificação ficou mais ao nível do discurso e foi aplicada muito pouco em função da desescolarização geral predominante;

- A escassa educação das pessoas com deficiência intelectual neste período representava a síntese dos enfoques e procedimentos primeiramente franceses e posteriormente europeus e norte-americanos.

Enquanto em outros países predominava a preocupação com a criação de instituições e escolas que atendessem as crianças com deficiência, no Brasil notava-se a despreocupação com o atendimento a esses serviços. As crianças com deficiência eram classificadas como aqueles que:

[...] com atenção fraca, memória preguiçosa e lenta, vontade caprichosa, iniciativa rudimentar, com decisão difícil, reflexão laboriosa, credulidade exagerada, ou ao contrário insuficiente, donde confiança excessiva ou desconfiança irredutível (MELLO, 1917, *apud* JANNUZZI, 1985).

Na primeira metade do século XX observou-se o crescimento de classes especiais em escolas públicas de várias partes do mundo. O mesmo crescimento não foi observado no Brasil.

Ao analisar duas mil crianças de escolas públicas, no Rio de Janeiro, no período de 1934 a 1939, concluiu-se que:

[...] somente uma porcentagem insignificante destas crianças mereceria, a rigor, a denominação de “anormais”, isto é, aqueles escolares que não poderiam ser educados pela escola comum. [...] Registra-se ainda a partir de 1930 o aparecimento da expressão “ensino emendativo”, significando corrigir a falta, tirar defeito, suprir falhas decorrentes da anormalidade (JANNUZZI, 2004).

O Brasil passou pelo Estado Novo, 1937/1945 por um estágio de retrocesso na educação, considerando apenas o favorecimento do ensino superior, visando a necessidade de centralizar o poder político. O governo demonstra total descaso para com as pessoas que apresentavam qualquer deficiência.

Com a reforma do ministro Gustavo Capanema, o ensino secundário e profissionalizante, foram reformulados despontando, com mais evidência as escolas para a elite e outras para as classes populares.

A elaboração do anteprojeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, no período de 1948/1961, em um período em que a constituição era de cunho democrático e liberal, desponta a obrigatoriedade do ensino primário, faz com que aumente a luta pela escola pública.

Em 1954 é criada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais APAE, na cidade do Rio de Janeiro, influenciada pelos norte-americanos Beatrice Bemis e George Bemis que tentavam estimular a criação de mais associações com essa finalidade.

2º período: 1957/1993 – Ações Oficiais de Âmbito Nacional.

Nesta época a educação especial se firma como uma modalidade da educação, oferecendo diversos serviços em diferentes instituições de ensino, garantindo o acesso da pessoa com deficiência para desenvolver as suas potencialidades.

Foi no século XIX que surgem no Brasil, aos moldes de experiência europeia, grupos para atender pessoas com surdez e cegueira. Esse atendimento se concretiza no século XX com a fundação de alguns institutos de ensino.

No Brasil, até os idos de 1960, havia segregação de pessoas com deficiências que eram impedidas de frequentar a escola de ensino regular devido as “anormalidades”. Eram aceitas em instituições especializadas que os tratavam como seres incapazes de se desenvolverem no âmbito educacional.

No ano de 1970, as instituições adotam a integração para os alunos com deficiências, sem que eles tenham a oportunidade de desenvolver o aspecto cognitivo. Reis, (2013, p.80) nos fala que [...] “a escola não muda a sua rotina nem sua prática pedagógica e, sim, os alunos é quem tem que mudar para se adaptar a sua realidade e as suas exigências”. Os alunos com deficiências somente ingressavam nas escolas regulares.

Em 1900, no 4º Congresso Brasileiro de Medicina e Cirurgia, realizado no Rio de Janeiro, Carlos Eiras apresenta uma monografia intitulada: “A Educação e Tratamento Médico-Pedagógico dos Idiotas” que versava sobre a necessidade pedagógica para as pessoas com deficiência intelectual. (PEREIRA, 1993).

Seguem várias campanhas para complementar a educação especial, no Brasil. Ainda em 1990, surge uma reestruturação da educação especial, sendo extinta a SESP, antiga CENESP, ficando a responsabilidade da educação especial, com a Secretaria Nacional de Educação Básica – SENESB. Já no ano de 1992, o MEC cria a Secretaria de Educação Especial – SEESP.

A partir dessa explanação surge a criação de serviços mentais e saúde pública preocupando as autoridades públicas com a identificação e educação dos

estados chamados anormais de inteligência. A concepção de deficiência predominante à época era a de que se tratava de uma doença, em geral atribuída à sífilis, tuberculose, doenças venéreas, pobreza e falta de higiene. (MAGALHÃES,1913).

Vale lembrar que o processo de popularização da escola primária pública se inicia entre as décadas de mil novecentos e vinte e trinta, quando o índice de analfabetismo era de 80%. (ARANHA,1989).

Nesta mesma época, a vertente psicopedagógica da educação de pessoas com deficiência é influenciada por reformas no sistema educacional com o ideal do movimento escolanovista.

O movimento escolanovista surge como forma de questionamento e contraposição aos moldes tradicionais de ensino, creditando à educação como o mais importante elemento para a construção de uma sociedade fundamentada em ideais democráticos, justos, com igualdade de oportunidades e respeito à diversidade, preparando o aluno para vivenciar e acompanhar a transformação do mundo.

Os ativistas deste movimento no Brasil, defendiam a ideia de que somente uma reforma educacional que garantisse a educação para todos em um sistema estatal de ensino público laico e gratuito conseguiria combater as desigualdades sociais.

Envolvidos no movimento escolanovista, os estados promoveram reformas pedagógicas inserindo o uso da psicologia aplicando testes de inteligência para detectar o nível de comprometimento do aluno. Desta maneira, desponta uma preocupação maior com os alunos classificados como “casos leves” inseridos na escola regular. Os casos mais graves se mantinham isolados da escola pública, sem atendimento.

O Ministério da Educação, em 1958 lança assistência técnica-financeira para as secretarias de educação e instituições especializadas e se intensifica o debate sobre a implementação da educação popular e a reforma da educação universitária.

A promulgação da Lei Nº 4024 – de Diretrizes e Bases, em 1961 criou o Conselho Federal de Educação, surgindo a expressão “educação de excepcionais”. Mazzota (1990), considera a promulgação desta lei como o marco inicial para, oficialmente tratar a educação especial como um todo, deixando de ser decisões isoladas no país.

Assim, no ano de 1961, o atendimento educacional dado às crianças com deficiências, foi fundamentado na Lei nº 4024 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN. Em seu Artigo 88 manifestava o direito dos “excepcionais” à educação que, para integrá-los na comunidade, sua educação deveria, dentro do possível, enquadrar-se no sistema geral de educação.

Com a promulgação desta Lei, são lançados olhares mais direcionados para as ações do Estado no comprometimento do poder público em atender as crianças deficientes, haja vista que até o momento, na época as ações consistiam em atendimentos isolados nas regiões detentoras de maior recurso financeiro.

Em decorrência, aumenta o número de instituições especializadas no atendimento às “crianças excepcionais”, embora esse atendimento tivesse caráter assistencialista e o Estado se preocupava mais com a normatização das questões burocráticas, das novas instituições.

As discussões a respeito do assunto tomam um rumo mais acelerado e, em 1971 é promulgada a Lei que fixou as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, Lei Nº 5692/1971 dando outras providências, A Lei Nº 5692/1971 que estabeleceu que [...] “os alunos com deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto a idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial”. A lei estabelecia, ainda escolas especiais para essas crianças, mantendo-as fora da rede regular de ensino.

Com a omissão do setor público em atender a educação especial de modo a garantir a inclusão de todos com deficiência, surgem as instituições filantrópicas sem fins lucrativos, ficando a parte financeira ligada a assistência social, eximindo a educação de toda a responsabilidade que lhe competia.

O aumento dos índices de reprovação e evasão escolar passa a ser considerado como deficiência intelectual e surgem as classes especiais.

Com a ditadura militar, instaurada em 1964, com o empobrecimento da população, entre outros setores agravantes, a universidade perde a autonomia, dando espaço à privatização do ensino que se tornou um sistema empresarial, de natureza privada.

Essa privatização acelerada fez com que houvesse a necessidade de definir legalmente a educação especial, no Brasil. Embora já constasse na Lei nº 4024/1961, no artigo 88, foi reafirmada na Lei nº 5692/1971, elaborada no contexto militar e de interesse econômico mundial. Alterando, esta última inclusive, a

estrutura do ensino: ensino fundamental obrigatório dos 7 aos 14 anos e ensino médio de 3 anos.

A regulamentação da matéria com pareceres do Conselho Federal da Educação foi feita entre 1972 e 1974, muito embora o atendimento preconizado nestes documentos evidenciava uma abordagem mais terapêutica do que educacional. (NUNES e FERREIRA, 1994).

No artigo 9º da Lei nº 5692/1971 já há a representação dos alunos com deficiências físicas, mentais e, também os que apresentavam defasagem em série/idade no grupo de educação especial, citando também os alunos com superdotação. Conforme Kassar (1988), uma identificação dos problemas do fracasso escolar foi evidenciada com a expansão da rede pública nos anos sessenta.

A educação especial passa a ser tratada como prioridade somente no I Plano Setorial de Educação e Cultura (1972/1974), surgindo a Decreto nº 72425/1973 que criou o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), junto ao Ministério da Educação que definiu a política da educação especial.

O Centro Nacional de Educação Especial – CENESP foi criado em 1973, pelo Ministério da Educação e Cultura – MEC, para gerenciar e impulsionar as ações aplicadas à educação especial em todos os níveis da educação, para o público-alvo da educação especial. Este foi o primeiro órgão federal que organizou a educação especial a nível nacional.

As atividades do CENESP tinham as suas ações supervisionadas pela secretaria geral do MEC, proporcionando educação aos [...] “deficientes da visão, audição, mentais, físicos, educandos com problemas de conduta, deficiências múltiplas e os superdotados, visando a participação progressiva na comunidade”. (BRASIL/MEC/CENESP,1974, p.71)

Em seu artigo 2º:

O CENESP atuará de forma a proporcionar oportunidades de educação, propondo e implementando estratégias decorrentes dos princípios doutrinários e políticos, que orientam a Educação Especial no período pré-escolar, nos ensinos de 1ºs e 2ºs graus, superior e supletivo, para os deficientes de visão, audição, mentais, físicos, educandos com problemas de conduta para os que possuam deficiências múltiplas e os superdotados, visando sua participação progressiva na comunidade (BRASIL/MEC/CENESP,1974, p.71).

Em novembro do ano de 1986, o Decreto nº93.613, em seu artigo 3º transforma o CENESP em Secretaria de Educação Especial - SESP, como órgão central de direção superior, do Ministério da Educação.

Em 1977, o Ministério da Previdência e Assistência Social, junto com o Fundo de Previdência e Assistência Social, instrumento financeiro, centraliza as instituições responsáveis pelos programas de assistência social, como a Legião Brasileira de Assistência (LBA), órgão responsável pelo financiamento das instituições filantrópicas privadas.

Com a criação do Ministério da Previdência e Assistência Social, surgiram portarias que direcionavam os atendimentos aos “excepcionais”, integrando os setores médicos e assistenciais e os diagnósticos, porém os encaminhamentos eram acentuados nas áreas assistenciais.

Vale acrescentar que os primeiros cursos de formação de professores em educação especial em nível superior e cursos de pós-graduação surgiram no final da década de setenta. (NUNES et al, 1999; BUENO, 2002).

Com o término do governo militar e o início da abertura política surgem novos horizontes para a educação especial. Em 1985 a CENESP é elevada à condição de Secretaria de Educação Especial destinada a aprimorar as condições da educação especial para integrar o público-alvo à sociedade.

Com a Constituição Brasileira de 1988 se democratiza a educação e propostas para erradicar o analfabetismo e ampliar e melhorar a qualidade de ensino nas áreas de formação humanísticas e tecnológicas se apresentam. Se garante às pessoas com deficiência a educação em escola, preferencialmente no ensino regular, garantindo, também o atendimento educacional especializado.

Em seu artigo nº 208 Constituição Federal de 1988, trata da Educação Básica obrigatória e gratuita às crianças de 04 aos 17 anos de idade, proclamando que é dever do Estado [...] “garantir o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiências², preferencialmente na rede regular de ensino”. Notam-se os primeiros passos para o entendimento inclusivo dos alunos com deficiências.

² O termo "portadores de necessidades especiais"- PNE, foi oficialmente alterado para "pessoas com deficiência"- PcD, em 03/11/2010 pela Portaria nº2344/2010 da Secretaria de Direitos Humanos. Desde 2006, o termo "Pessoa com Deficiência" é usado na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovado pela Assembleia Geral da ONU.

Ainda nos artigos n.º. 205 e 206, da Constituição Federal de 1988, a Educação é citada como um direito para todos, [...] “garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho” e, [...] “a qualidade de condições de acesso e permanência na escola”.

Mais avanços são percebidos com a aplicação das referidas leis e a preocupação continua com estudos a respeito do assunto na expectativa de ampliar o atendimento às crianças especiais.

Em 1989 é promulgada a Lei Nº 7853 que trata da integração social das pessoas com deficiências obrigando a inserção da Educação Especial em escolas públicas.

Mais avanços são estabelecidos com o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei Nº 8069/1990 que garantiu o atendimento educacional especializado às crianças com deficiências, preferencialmente na rede regular de ensino, trabalho protegido ao adolescente com deficiência e prioridade de atendimento nas ações e políticas públicas de prevenção e proteção para as famílias com crianças e adolescentes nessas condições. Ainda determina em seu artigo 55 que [...] “os pais têm obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”, demonstrando a importância da participação da família no processo de aprendizagem dessas crianças.

Na década de 1990 a denominação “Educação Especial” é substituída por “Inclusão Escolar”, embora as condições estruturais físicas e burocráticas não fossem, ainda, favoráveis para promover a inclusão da criança especial nas salas de aula do ensino regular.

Para Sasaki (1997, p. 41), inclusão é:

Um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir em seus sistemas sociais gerais pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. [...] Incluir é trocar, entender, respeitar, valorizar, lutar contra exclusão, transpor barreiras que a sociedade criou para as pessoas. É oferecer o desenvolvimento da autonomia, por meio da colaboração de pensamentos e formulação de juízo de valor, de modo a poder decidir, por si mesmo, como agir nas diferentes circunstâncias da vida.

Ainda nessa década surgem documentos importantes como a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994) que incentivaram e fortaleceram as políticas públicas da educação inclusiva, no Brasil.

Em encontro internacional, no ano de 1990, em Conferência de Jomtien, a Declaração Mundial de Educação para Todos estabeleceu no Artigo 3, § 5º, que:

[...] as necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadoras de deficiência requerem atenção especial. É preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à Educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo.

Na Conferência Mundial de Educação para Todos, Jomtien/1990 houve a preocupação com o alto índice de crianças, adolescentes e jovens sem escolarização e chamou a atenção para a necessidade de se promover um sistema que ensino que assegure o acesso e permanência de todos na escola.

3º período: 1993 até os dias atuais – Ações em favor da inclusão.

A publicação, em 1994 da Declaração de Salamanca reafirmou o compromisso com a educação para todos e com as práticas em educação especial. O ponto principal foi a determinação de que todas as escolas passem a acolher as crianças, respeitando as diferenças, sejam de ordem sociais, intelectuais, econômicas e outras. Afirma, ainda, que a criança tem direito à educação de qualidade para atingir o nível adequado de aprendizagem para o seu pleno desenvolvimento devendo ser inseridas em escola regular, onde os sistemas educacionais devam atender à diversidade e necessidade de cada criança em sua especificidade.

Garante, ainda, que a escola regular é o meio mais eficaz de criar um ambiente acolhedor onde se combatem atos discriminatórios e, que dessa forma, se construa uma sociedade inclusiva que garanta a educação para todos.

A Declaração de Salamanca é considerada um dos mais importantes documentos de inclusão social sendo que a partir de 1994, estabeleceu-se o compromisso de que esse atendimento aconteceria na escola regular, trabalhando a especificidade de cada discente. Destaque deve ser dado da Declaração de Salamanca é a garantia de “Educação para todos, sem distinção”, inclusive os

adultos que não tiveram a oportunidade de frequentar a escola quando criança sejam, também, atendidos em suas necessidades.

Em 1996, nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, é promulgada, a LDB Nº 9394/1996 assegurando em seu Artigo 58 que a educação especial deva ser oferecida, preferencialmente em escolas de ensino regular para as pessoas com deficiência. Já no Artigo 59, da mesma Lei se garante que as instituições educacionais deverão assegurar a elaboração de currículo, métodos, técnicas, recursos educativos, enfim, uma organização específica para atender os alunos em suas especificidades, assegurando, ainda, a terminalidade do curso, além de professores com formação adequada às limitações apresentadas pelos alunos. Também se prevê que formação continuada dos professores das salas regulares que atuem como mediadores da integração desse aluno.

Treze anos após, a Resolução CNE/CEB Nº 04, de 2 de outubro de 2009, institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Em seu Artigo 2, definiu a função do Atendimento Educacional Especializado.

[...] como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem.

A educação especial passa a atender em todos os níveis de ensino, sendo o Atendimento Educacional Especializado parte integrante de todo o processo educacional.

Diante de vários estudos e pesquisas, se iniciam as promulgações de alguns documentos oficiais que tratam a educação especial de maneira a minimizar as diferenças e fazê-las inclusivas.

A Secretaria Nacional de Educação Básica (SENEB), em 1990 assumiu a responsabilidade de implementar a política para a educação especial. Uma reforma no Ministério da Educação e Cultura – MEC, recolocou a educação especial na condição de Secretaria – SEESP que se caracterizou como:

[...] pela centralização do poder de decisão e execução, por uma atuação marcadamente terapêutica e assistencial ao invés de educacional, dando ênfase ao atendimento segregado realizado por instituições especializadas particulares (MAZZOTTA,1990, p. 107).

Mas, a repetência escolar passou a ser o maior problema no ensino do então primeiro grau, na década de 1990 e a deficiência intelectual era tida como a causa da repetência, sendo essas crianças encaminhadas para o atendimento de crianças especiais, pois o serviço de avaliação e diagnóstico era muito precário. Confundiam-se os problemas sociais de pobreza com a aprendizagem em que a clientela escolar era constituída por alunos pobres e com histórico de repetência escolar que mobilizava a escola pública.

Era oferecida aos alunos com deficiência a alternativa de frequentar uma escola especial filantrópica que não trabalhava a escolarização ou a classe especial na escola pública estadual que excluía o aluno do contexto da aprendizagem. O modelo de educação especial não previa um currículo para essas crianças especiais, o trabalho se realizava no desenvolvimento das habilidades voltadas para etapas passadas e não assimiladas em anos anteriores. Dessa maneira, as crianças eram excluídas do meio social e de aprendizagem.

Os municípios não tinham autonomia para gerir as classes de educação especial e as escolas estaduais mantinham suas classes apenas assistencialmente. Com a Constituição de 1988 houve a descentralização de recursos financeiros e administração, dotando os municípios de autonomia para atender as necessidades locais abrindo uma nova perspectiva para a reformulação da educação especial.

A perspectiva de delinear uma educação inclusiva no Brasil enfatizou-se a partir dos anos de 1990 em um contexto marcado por mudanças significativas na educação básica, com ênfase no Ensino Fundamental, vislumbrando um acesso universal para todos.

Surgem pesquisas e trabalhos relacionados ao tema, criando-se também, escolas e classes especiais para esse público.

A educação especial torna-se, assim, uma forma de diminuir as diferenças entre os seres humanos, contribuindo para a reflexão da inclusão. Desta maneira, a escola se prepara para incluir os alunos com deficiência.

Os desafios da escola pautados nas políticas públicas passam a contemplar um ambiente escolar que promove a inclusão, respeitando a diversidade dos alunos. A inclusão é uma proposta que rompe barreiras para que todos sejam vistos com as suas respectivas particularidades.

Assim é, no final da década de 1990, a educação especial é marcada em um novo contexto educacional onde se destaca o discurso da inclusão escolar, em escolas regulares, com defensores dessa nova visão.

Michels (2002), ao analisar a política brasileira da educação especial enfatiza os avanços na legislação e, também, no entendimento sobre as necessidades dessa área de atuação, destacando a importância do desenvolvimento de novas políticas públicas que deixassem de ser assistencialista.

Por quase trinta anos o Brasil ficou imerso em uma política de integração escolar o que facilitou a criação de classes especiais que excluíam os alunos das escolas comuns transformadas hoje em salas de recursos em substituição às classes especiais que se propõe a dar suporte no ensino/ aprendizagem.

Assim, a educação como um direito de todos e a escola, como instituição promotora da educação acolhem a todos sem distinção, garantindo esse direito, na busca da universalização no atendimento aos alunos.

É importante lançar um olhar diferenciado que torne possível identificar as diferenças apresentadas pelas crianças na escola para, a partir dessa identificação promover um trabalho que realmente garanta a inclusão de todos na escola.

A escola inclusiva respeita e valoriza a diversidade dos alunos, buscando o aprimoramento e o desenvolvimento desse ser, em formação, considerando as suas potencialidades, sejam elas de caráter cognitivo, físico ou emocional.

Assim, na contemporaneidade, a proposta educacional de inclusão é que todos recebam atendimento, respeitando-se as diferenças, e que no decorrer do tempo contribuam para a igualdade de todos, atentando-se para as potencialidades de cada ser humano, transformando-os em seres participativos. Assim, as políticas públicas de educação especial dão suporte aos alunos especiais para que os mesmos sejam incluídos em escolas regulares.

Para atender as necessidades da educação, em 2001, é criado o Plano Nacional de Educação - PNE por meio da Lei 10.172/2001 cuja Meta nº 04 propõe [...] “universalizar, para a população de 4 a 17 anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular ” assegurando o acesso à educação básica com atendimento individual especializado, garantindo um sistema educacional inclusivo, com salas de recursos multifuncionais, em classes, escolas públicas ou privadas para os alunos com deficiência.

Já em 2002, a lei nº 10.436/02 assegura que o poder público deve garantir e difundir o uso da Língua Brasileira de Sinais – Libras como meio de comunicação aos portadores de deficiência auditiva. A Lei nº 10.436/2002 foi regulamentada pelo Decreto nº 5626 do ano de 2005 onde a linguagem de libras passou a ser inserida como disciplina obrigatória nos cursos de formação de professores no magistério, nível médio e superior, como também nos cursos de fonoaudiologia tanto em instituições públicas e privadas. A Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS é a língua de língua gestual usada por surdos dos centros urbanos brasileiros e legalmente reconhecida como meio de comunicação e expressão.

O dever do Estado com a educação especial é consagrado com o estabelecimento de diretrizes para a efetivação da inclusão, garantindo-se a permanência na escola, com serviços de apoio aos estudantes inclusivos e suporte técnico e financeiro do poder público, pelo Decreto nº 7.611/2011.

No Brasil, podemos citar, ainda, resoluções que organizam a educação especial e tentam minimizar as diferenças entre as pessoas a nível intelectual, social e físico.

A resolução CNE/CEB nº 02/2001 que institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica e, indica que seja realizada a identificação das necessidades educacionais dos alunos e a decisão do atendimento a ser aplicado na aprendizagem desses alunos por um técnico especializado. A escola deve prover corpo técnico para inserir esses alunos em classes comuns e acompanhar os níveis do progresso alcançado durante o decorrer do ano cursado.

Em 2009, a Resolução CNE/CEB nº 04 que contempla a escola de qualidade considerando a inclusão, valorizando e respeitando as crianças com deficiência. Cita a educação especial como parte integrante da educação básica, destacando a formação dos professores do Atendimento Educacional Especializado para trabalhar as práticas inclusivas, a acessibilidade arquitetônica e os mobiliários adequados a essa modalidade.

Mais recentemente, a Resolução CNE/CP Nº 02/2019 trata da importância da formação dos docentes, considerando-se a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC – Formação). Essa resolução define as diretrizes Curriculares Nacionais para a formação docente.

A Política de Educação Especial para a Educação Inclusiva implementada pelo Ministério da Educação na última década, impulsionou a discussão e

readequação de ações com vistas na escolarização de crianças com deficiências e altas habilidades em escolas nas salas regulares, substituindo as entidades específicas para a atendimento somente a esse público-alvo que era segregado socialmente, e tinha negado todos os seus direitos se se tornar um cidadão participativo na sociedade.

Essa política levantou a discussão sobre a concordância que essas crianças frequentassem a escola regular e, fossem acolhidas e respeitadas nas suas diferenças ou continuar nas instituições especiais. Surge, também, o questionamento sobre a formação dos professores em lidar com as diversidades em uma única sala de aula como também a falta de recursos físicos para atender as necessidades básicas desse público-alvo.

O foco de todas essas incertezas, têm permeado a construção de Políticas Públicas que contemplem uma educação de qualidade para todos, sem discriminação.

Ao reconhecer que as dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino evidenciam a necessidade de confrontar as práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las, a educação inclusiva assume espaço central no debate acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da exclusão. A partir dos referenciais para a construção de sistemas educacionais inclusivos, a organização de escolas e classes especiais passa a ser repensada, implicando uma mudança estrutural e cultural da escola para que todos os alunos tenham suas especificidades atendidas (BRASIL, 2007, p.1).

Importante destacar como as políticas públicas veiculadas em documentos internacionais influenciaram os trabalhos realizados com a educação especial, no Brasil.

O Brasil é um país signatário em alguns documentos internacionais, por isso, a legislação aplicada encontra-se de acordo com os documentos das Conferências Mundiais. A UNESCO, em relação a trajetória da exclusão escolar das pessoas com deficiência, estabeleceu a Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtien, na Tailândia, em 1990. Essa iniciativa teve como objetivo satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem devido ao alto índice de crianças, adolescentes e jovens sem escolarização. Enfatizava uma educação de qualidade para todos, preocupando-se com o preparo da escola de ensino regular para atender as pessoas com deficiência, acreditando que essas escolas seriam as condutoras

para combater o processo discriminatório, acolhendo a todos sem qualquer tipo de discriminação.

A Conferência Mundial de Educação Especial de Salamanca, realizada em 1994, na Espanha, reformulou as políticas educacionais de acordo com as necessidades inclusivas. Foram criadas diretrizes básicas de reformulação e adequação dos procedimentos e encaminhamentos da educação especial rumo a inclusão sem discriminação.

Outro ponto marcante foi a Convenção Interamericana para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra Pessoas Portadoras de Deficiência³, realizada na Guatemala, em 1999 que resultou, no Brasil, no Decreto nº 3956/2001 que afirma que as pessoas com deficiência têm [...] “os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que outras pessoas e que estes direitos, inclusive o direito de não ser submetidas a discriminação com base na deficiência”.

O centro desses encontros é fazer valer o acolhimento a todas as crianças, independentemente de suas diferenças, fazendo da inclusão um processo mundial irreversível e pautada nos direitos humanos.

A Constituição Federal (1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/1996) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA/1990) garantem o acesso e a permanência de todas as crianças em idade escolar com acesso e permanência na educação básica. Importante destacar a valorização das diferenças para garantir o direito a todos e, não somente oportunizar a igualdade de oportunidades.

Em seu artigo 2º, a Lei nº13.146/2015 – Lei Brasileira de Inclusão, considera:

Pessoa com deficiência aquela que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

O Projeto desta Lei teve início no ano de 2000 que trabalhava para a criação de um estatuto próprio para as pessoas com deficiência.

³ O termo "portadores de necessidades especiais"- PNE, foi oficialmente alterado para "pessoas com deficiência"- PcD, em 03/11/2010 pela Portaria nº2344/2010 da Secretaria de Direitos Humanos. Desde 2006, o termo "Pessoa com Deficiência" é usado na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovado pela Assembleia Geral da ONU.

Os debates ocorreram durante 15 anos, passando por diversas reformulações para atender a pessoa com deficiência, na busca de um tratamento igualitário, respeitando-se a diversidade humana.

A Lei Brasileira de Inclusão da pessoa com deficiência destaca como pontos relevantes: a definição da pessoa com deficiência, a inserção no mercado de trabalho, a inclusão escolar com a adoção de medidas individualizadas que assegurem a permanência e participação na aprendizagem, a acessibilidade em todos os locais de uso da pessoa com deficiência, direito à saúde por meio do SUS, com punição às pessoas que causem qualquer tipo de discriminação ou barreira de atendimento aos Planos de Saúde, fabricação de veículos adaptados, uso de LIBRAS.

Essa Lei trouxe avanços significativos relacionados às oportunidades para a efetivação da inclusão que garantam a ausência de qualquer tipo de discriminação.

A participação é um fator de grande importância para a inclusão da criança que deverá ser inserida e participando de situações cotidianas no sentido de vencer as dificuldades e, realmente se sentirem incluídas no sistema de aprendizagem.

A participação significa aprender junto com os outros e colaborar com eles em experiências compartilhadas de aprendizagem. Isto requer um engajamento ativo com a aprendizagem e ter algo a dizer sobre como a educação é experienciada. Mais profundamente, trata-se de ser reconhecido, aceito e valorizado pelo que se é. (BOOTH; AINSCOW, 2002, p. 8).

Essa participação proporciona o envolvimento de todos na construção do conhecimento, partindo das diferenças, resignificando o papel do professor não como detentor absoluto do saber, mas, como criador de um espaço estimulante e acolhedor para todos, facilitando o envolvimento com a aprendizagem.

A construção de culturas inclusivas está diretamente relacionada aos princípios éticos veiculados pelas políticas públicas e vivenciados nas práticas escolares. São considerados inclusivos os valores compartilhados no ambiente escolar por todos os seus membros, voltados à criação de uma comunidade receptiva, colaboradora, na qual todos são valorizados com o objetivo de estimular ao máximo o potencial de cada um. (BOOTH e AINSCOW, 2002).

Para Santos, desenvolver políticas de orientação inclusiva implica não somente a coragem de admitir o que se deseja e prevê como educação, como

também um planejamento sobre como colocar este desejo e esta previsão em prática. (SANTOS, 2009) E, para tanto, o desenvolvimento das políticas inclusivas exige o envolvimento de todos os segmentos da escola, em atendimento à diversidade da comunidade escolar.

As Políticas Públicas Educacionais cumprem seu papel quando respeitam o ser humano em suas diferenças e o envolve em um ambiente que propicie o seu desenvolvimento integral, reconhecendo suas habilidades, oferecendo uma educação de qualidade para conduzi-lo à superação das diferenças.

Embora as Políticas Públicas da Educação Especial garantam o acesso e a permanência do aluno na escola, para que os resultados sejam satisfatórios, nem sempre essa conquista é possível, conforme nos relata Mantoan (2006, p. 24):

[...] a resistência das instituições especializadas a mudanças de qualquer tipo; a neutralização do desafio à inclusão, por meio de políticas públicas que impedem que as escolas se mobilizem para rever suas práticas homogeneizadoras, meritocráticas, conteudistas, subordinadoras e, em consequência, excludentes; o preconceito, o paternalismo em relação aos grupos socialmente fragilizados, como o das pessoas com deficiência.

Ao oferecer serviços que se adequem ao atendimento do público-alvo da Educação Especial Inclusiva, ainda que lentamente, porém com a intenção de se obter um resultado promissor, as políticas educacionais da área vêm contribuindo para o encaminhamento de uma educação de qualidade.

Desenvolver as Políticas Públicas para a Educação Especial Inclusiva é garantir a inclusão em todos os setores da escola, inserindo em seu plano de desenvolvimento ações que atendam a diversidade da comunidade escolar.

2. A REGIÃO METROPOLITANA DA BAIXADA SANTISTA

2.1 Uma breve contextualização.

A Região Metropolitana da Baixada Santista – RMBS, foi criada por meio da Lei Complementar Estadual nº 815, de 30 de julho de 1996, organizando a primeira região metropolitana do Estado de São Paulo e do Brasil, formada por nove municípios: Bertioga, Guarujá, Santos, São Vicente, Cubatão, Praia Grande, Mongaguá, Itanhaém e Peruíbe (Figura 01).

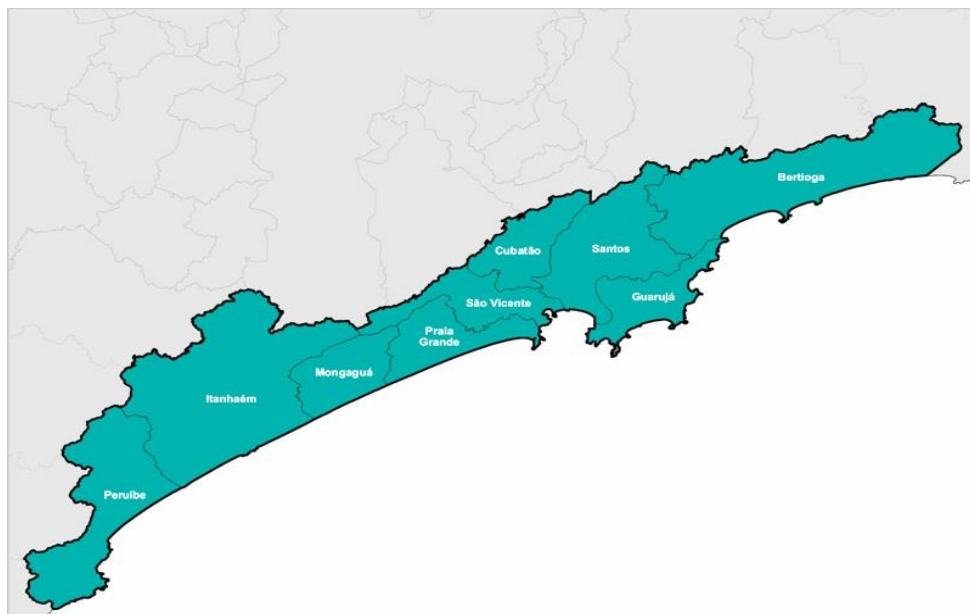


Figura 01: Mapa com localização e destaque dos Municípios que constituem a Região Metropolitana da Baixada Santista - RMBS.

Fonte: <https://emplasa.sp.gov.br/RMBS> - data da imagem: 09/06/2020.

O CONDESB, é o órgão colegiado, de caráter normativo e deliberativo, e tem o seu funcionamento regulado por um regimento que dentre outras questões estabelece não só as suas competências, como também a sua composição, a periodicidade das reuniões, assim como, a criação das Câmaras Temáticas e das Câmaras Temáticas Especiais com caráter consultivo, que dele receberão atribuições específicas, sendo coordenadas, preferencialmente, por um de seus membros, titular ou suplente.

O Conselho de Desenvolvimento da Baixada Santista – CONDESB é constituído por representantes das prefeituras, geralmente pelos próprios prefeitos e representantes das diversas secretarias de estado que atuam nos campos de interesses comuns. Os poderes legislativo municipal e estadual participam sob forma de convite, sem direito a voto, no entanto.

2.1.1 As Câmaras Temáticas.

Em 1997, foram criadas as Câmaras Temáticas que tem caráter consultivo e recebem atribuições específicas. Cada Câmara Temática tem um representante de cada município e um do estado, correspondente a área funcional. A coordenação destas Câmaras é feita por seu proponente que preferencialmente é membro titular ou suplente do CONDESB.

Em setembro do ano de 2017, a Deliberação CONDESB nº 022 reorganizou as Câmaras Temáticas em seus quatro campos funcionais:

- Campo Funcional de Mobilidade (mobilidade e logística)
- Campo Funcional de Meio Ambiente (Meio Ambiente, Saneamento Básico, Habitação, Agropecuária, Pesca e Economia Solidária e Defesa Civil).
- Campo Funcional de Políticas Públicas Sociais (Assistência e Desenvolvimento Social, Direitos Humanos, Segurança, Saúde, Educação e Esporte).
- Campo Funcional de Desenvolvimento Econômico (Planejamento e Desenvolvimento Econômico, Equalização das Leis Municipais com caráter Metropolitano, Cultura, Tecnologia da Informação e Turismo).

A Câmara Temática da Educação da RMBS, segundo documentos oficiais, trabalha em sistema integrado com os municípios para o fortalecimento do ensino na região e também para minimizar e encontrar soluções para os problemas de natureza comum, considerando a realidade local (Figura 02).



Figura 02: Novo modelo de gestão adotado pelo grupo de planejamento regional da Agência Metropolitana da Baixada Santista - AGEM.

Fonte: https://www.agem.sp.gov.br/?page_id=1065 - data da imagem: 09/06/2020.

A pesquisa foi realizada para que se pudesse coletar os dados e conhecer como tem se desenvolvido as discussões na Câmara de Educação e o trabalho com crianças especiais na Região Metropolitana da Baixada Santista. Esta Câmara é formada por um coordenador e membros titulares que discutem e propõem ações visando a implementação de projetos para a Região Metropolitana da Baixada Santista.

Para a pesquisa, foram pesquisadas as atas públicas do período de 2015 a 2020, constantes dos apêndices. Coletadas as atas, foram elaboradas sínteses, ano a ano, assim como análises em relação ao tema tratado.

2.1.2 A Agência Metropolitana da Baixada Santista – AGEM.

Em 1998, foi criada a Agência Metropolitana da Baixada Santista – AGEM, por meio da Lei Complementar Estadual Nº 853, de 23 de dezembro de 1998, como entidade autárquica com sede e foro em município da Região Metropolitana da Baixada Santista com a finalidade de integrar e organizar o planejamento e a execução das funções públicas de interesse comum na Região Metropolitana da Baixada Santista com atribuições próprias.

A AGEM foi criada como autarquia vinculada ao estado, com a função de atuar nas deliberações emanadas do CONDESB e, também, executar o planejamento das ações de interesses comuns, na região.

A Agência Metropolitana da Baixada Santista – AGEM, é dotada de autonomia financeira e administrativa sendo a atividade do conselho deliberativo considerada Serviço Público Relevante, portanto, exercida sem prejuízo das funções próprias dos seus titulares.

A AGEM tem em sua estrutura organizacional o Conselho Deliberativo e Normativo que é órgão superior da AGEM, e composto por um representante de cada Município que integra a Região Metropolitana da Baixada Santista e por representantes do Estado nos campos funcionais de interesse comum.

A AGEM conta ainda com uma Diretoria Executiva constituída por uma Diretoria Técnica e Diretoria Administrativa sendo a Diretoria Técnica, com nível de Coordenadoria, constituída de um Grupo de Organização e Relações Institucionais, Grupo de Análise de Planos e Projetos e Grupo de Captação e Otimização de Recursos, sendo que os grupos previstos têm nível de Departamento Técnico. Já a

Diretoria Administrativa, com nível de Coordenadoria, é constituída de: Assistência Técnica; Grupo Jurídico, Centro Administrativo e Núcleo de Recursos Humanos.

Regulamentada pelo Decreto Estadual Nº 44.127 de 21 de julho de 1999, a AGEM passou a obter recursos do estado e prefeituras para custeio de investimentos. Os documentos oficiais indicam ainda que seus componentes devem agir de maneira descentralizada, arrecadando receitas próprias, fiscalizando a execução das leis da região metropolitana, estabelecendo metas, planos e projetos que sejam de interesse comum.

A AGEM também é responsável em atualizar as estatísticas necessárias para o planejamento metropolitano de ordem físico-territorial, demográfica, financeira, urbanística, social, cultural e ambiental, divulgando anualmente os feitos da entidade, se responsabiliza pela aplicação dos recursos, fiscalizando e acompanhando os projetos do Fundo de Desenvolvimento Metropolitano da Baixada Santista, acompanha todos os projetos, mesmo concluídos em fase de prestação de contas. É, ainda, de sua competência coordenar as ações da Câmara Temática de Tecnologia da Informação e Comunicação do CONDESB gerenciando a aquisição de equipamentos necessários aos trabalhos desenvolvidos.

2.1.3 O Fundo de Desenvolvimento Metropolitano da Baixada Santista.

O Fundo de Desenvolvimento Metropolitano da Baixada Santista – FUNDO garante suporte financeiro ao planejamento e ações conjuntas no que se refere às funções públicas de interesse comum entre os municípios da Região Metropolitana da Baixada Santista e o Estado.

O FUNDO é regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.833, de 28 de janeiro de 1998, e tem como objetivos financiar e investir em projetos de municípios da RMBS, contribuindo para a melhoria dos serviços municipais e qualidade de vida dos munícipes, e contribuindo para a redução da desigualdade social da região.

Os recursos do FUNDO são provenientes do Estado e Municípios, transferências da União, empréstimos nacionais e internacionais, retorno e produtos de operações financeiras, montante de aplicação de multas de competência da RMBS e doações de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras para a realização de programas e projetos.

Todos os recursos aplicados pelo FUNDO são supervisionados pelo Conselho de Orientação, composto por seis membros sendo 04 representantes do CONDESB eleitos por um período de dois anos e 02 membros da Secretaria Executiva do CONDESB, também por um período de dois anos.

Cabe, ainda, ao Conselho de Orientação analisar toda a solicitação de continuidade dos auxílios financeiros, observando a conformidade dos projetos junto à Secretaria de Estado.

2.2 Caracterização dos Municípios da RMBS.

A Baixada Santista está geograficamente situada no litoral centro do estado de São Paulo, é composta por nove municípios presentes entre a Serra do Mar e o Oceano Atlântico. A partir de 1996, foi estabelecida como Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS), formada administrativamente pelos municípios de Bertioga, Guarujá, Santos, São Vicente, Cubatão, Praia Grande, Mongaguá, Itanhaém e Peruíbe.

2.2.1 Bertioga.

Bertioga tem um papel de destaque na História do Brasil devido a ser um dos primeiros pontos como povoamento regular. Foi palco de grandes batalhas entre portugueses, representados por Martim Afonso de Sousa, e da barbárie representada pelos tamoios de Aimberê, Casaquira, Pindobuçú e Cunhambebe, em constantes embates com os colonizadores.



Figura 03: Brasão do Município de Bertioga – SP, cidade integrante da RMBS.

Fonte: http://www.bertioga.sp.gov.br/imagens//servicos/assinatura_1.jpg - data da imagem: 09/06/2020.

No século XVIII, Bertioga se destacou pelo uso do azeite de baleia para a iluminação pública e particular, devido a “Armação das Baleias” para a pesca de baleias e construção de grandes tanques para o armazenamento do seu azeite.

Esse trabalho favorecia a iluminação de Santos, São Vicente, São Paulo e parte da cidade do Rio de Janeiro.

Na década de 40 se inicia a transformação de Bertioga em Estância Balneária. Em 1944, é transformada em distrito de Santos e a partir de 1958 é realizado um movimento de pró-emancipação, conseguindo a sua autonomia em 19 de maio de 1991.

Bertioga é uma Estância Balneária, inserida entre os municípios que cumprem pré-requisitos definidos por Lei Estadual, promovendo o turismo regional.

A ligação de Bertioga com os demais municípios é feita por meio de Ferry Boat (Santos e Guarujá) e também pelas rodovias Mogi – Bertioga (1982) e a Rodovia Rio Santos. Dados do IBGE/2019 estima a população em 63.249 habitantes.

2.2.2 Guarujá.

A cidade de Guarujá está situada na Ilha de Santo Amaro, onde no dia 20 de janeiro de 1502, Américo Vespúcio aportou na ilha. A ilha permaneceu por mais de trezentos anos abandonada devido a sua topografia e também por conta dos indígenas hostis que viviam no local, afastando todos que ali se aproximassem.



Figura 04: Brasão do Município de Guarujá – SP, cidade integrante da RMBS.

Fonte: <https://www.guaruja.sp.gov.br/sample-page-2/identidade-visual/> - data da imagem: 09/06/2020.

Guarujá é conhecida como “A Pérola do Atlântico” devido às belezas naturais, oferecendo aos seus moradores e visitantes várias construções históricas, trilhas de ecoturismo e pesca artesanal em algumas de suas praias. Cumprindo pré-requisitos de Lei Estadual, Guarujá é considerada Estância Balneária, recebendo verba do estado para promover o turismo regional. Atualmente a cidade é referência nacional pela qualidade de suas praias, desenvolvimento portuário, náutico, hoteleiro, empresarial, imobiliário e do comércio. Sua população é estimada em 320.450 mil habitantes, de acordo com os dados do IBGE/2019.

2.2.3 Santos.

Em 1543, foi fundada a Santa Casa de Misericórdia de Todos os Santos, marcando oficialmente a fundação do povoado, até então conhecido como Porto. Por meio do porto, a vila recebia as mercadorias enviadas de Portugal.



Figura 05: Brasão do Município de Santos – SP, cidade integrante da RMBS.

Fonte: <https://www.novomilenio.inf.br/santos/h0208.htm>- data da imagem: 09/06/2020.

Com o crescimento do povoado é elevada à condição de Vila, por Brás Cubas, recebendo imigrantes portugueses e espanhóis. O local do nascimento de Santos é o outeiro de Santa Catarina, existente até os dias atuais. Santos tem 7km de praia com o maior jardim de orla do mundo, título concedido pelo Guinness Book, o livro dos recordes. O porto de Santos foi inaugurado em 02 de fevereiro de 1892, com 260 m de cais entregues pela Companhia Docas de Santos. É considerado o maior porto da América Latina. A cidade de Santos tem uma população de 433.966 mil habitantes, de acordo com os dados do IBGE/2015.

2.2.4 São Vicente.

Em 22 de janeiro de 1532, após passar mais de um ano navegando, enfrentando tempestades e participando de um combate a navios franceses que contrabandeavam escravos, Martim Afonso de Sousa desembarca em São Vicente.



Figura 06: Brasão do Município de São Vicente – SP, cidade integrante da RMBS.

Fonte: https://turismo-do-brasil.blogspot.com/2013_12_19_archive.html- data da imagem: 09/06/2020.

A primeira escola-seminário para meninos brancos e índios foi fundada em São Vicente pelo padre Leonardo Nunes, em 1549, que mais tarde se transformou em Colégio dos Jesuítas do Brasil.

Com o passar do tempo, os indígenas passaram a se rebelar contra o trabalho escravo e atacaram as lavouras de São Vicente. O IBGE estimou em 360.380 mil habitantes no censo realizado em 2017.

2.2.5 Cubatão.

Cubatão está situada no sopé da Serra do Mar, onde tropeiros, comerciantes e jesuítas faziam suas paradas para chegar ao Planalto. A cidade foi emancipada em 01 de janeiro de 1949, permanecendo sob a administração da cidade de Santos até o dia 09 de abril de 1949, quando assumiu o seu primeiro prefeito.



Figura 07: Brasão do Município de Cubatão – SP, cidade integrante da RMBS.

Fonte: <https://seeklogo.com/vector-logo/111590/prefeitura-municipal-de-cubatao> - data da imagem: 09/06/2020.

Cubatão se desenvolveu muito na área industrial com o recebimento de investimentos federais. Entre os anos de 1955 e 1975 foram implantadas 24 indústrias, sendo que duas delas, possuem terminais portuários próprios para o embarque de seus produtos finalizados. Desde o ano de 1985, Cubatão e o Governo do Estado de São Paulo trabalham em um projeto de recuperação ambiental, juntamente com a Organização das Nações Unidas – ONU, conseguindo recuperar o símbolo de sua fauna, o “guará-vermelho”.

A população de Cubatão estimada pelo IBGE/2019 foi de 130.705 mil habitantes.

2.2.6 Praia Grande.

Os arqueólogos descobriram em Praia Grande, “montes de conchas” o que indica que seus primeiros habitantes foram o de cultura sambaqui. Eles se alimentavam de peixes, mariscos, ostras e depositavam os restos sempre no mesmo local, formando colinas de 20m a 30m de altura.



Figura 08: Brasão do Município de Praia Grande – SP, cidade integrante da RMBS.

Fonte: http://www.praiagrande.sp.gov.br/PraiaGrande/imagens/brasao_prefeitura.png - data da imagem: 09/06/2020.

Foi organizado um plebiscito em 1963 e, em 19 de janeiro de 1967 Praia Grande se emancipou com a nomeação de um interventor federal. Em 15 de novembro de 1968, Praia Grande elege seu primeiro prefeito.

Com um projeto de urbanização, a cidade se organiza e viabiliza a qualidade de vida.

A população de Praia Grande foi estimada em 325.073 mil habitantes, no censo do IBGE/2019.

2.2.7 Mongaguá.

Mongaguá é uma palavra de origem indígena que significa “águas pegajosas”. Os índios guaranis que habitavam as margens dos rios Mongaguá e Aguapeú, assim a denominaram.



Figura 09: Brasão do Município de Mongaguá – SP, cidade integrante da RMBS.

Fonte: <http://www.camaramongagua.sp.gov.br/Pagina/Listar/653> - data da imagem: 09/06/2020.

Mongaguá começou a se desenvolver após a Segunda Guerra Mundial com a construção da Rodovia Padre Manoel da Nóbrega que liga Mongaguá a São Paulo.

Em 31 de dezembro de 1959, Mongaguá é elevada à categoria de cidade. Mais tarde, em 1977, Mongaguá é declarada Estância Balneária.

A população estimada pelo IBGE/2018 é de 55.731 mil habitantes.

2.2.8 Itanhaém.

Itanhaém é a segunda cidade mais antiga do Brasil, fundada em 22 de abril de 1532, por Martim Afonso de Sousa, sendo elevada a vila em 1561.



Figura 10: Brasão do Município de Itanhaém – SP, cidade integrante da RMBS.

Fonte: <http://www2.itanhaem.sp.gov.br/simbolos-oficiais/> - data da imagem: 09/06/2020.

Seu nome teve origem do som do mar batendo nas pedras, derivando do tupi: *itá-nhaé* – significa pedra que canta ou pedra que chora. A cidade é conhecida como a “Terra de Anchieta” devido ao Padre Anchieta morar na cidade por muitos anos, catequizando os índios, batizando e ensinando.

A população estimada pelo IBGE/2019 foi de 101.816 mil habitantes.

2.2.9 Peruíbe.

Peruíbe pertencia a capitania de Martim Afonso de Sousa por se localizar próximo a São Vicente. Em 1640, passou a ser conhecida como “Aldeia de São João Batista”. Em 1789, com a expulsão dos padres jesuítas do Brasil, a aldeia é abandonada e fica submetida ao município de Itanhaém, como uma vila de pescadores.



Figura 11: Brasão do Município de Peruíbe – SP, cidade integrante da RMBS.

Fonte: <https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-peruibe.html> - data da imagem: 09/06/2020.

Com a construção de rodovias para o litoral sul, a atividade comercial começa a crescer, sendo que em 24 de dezembro de 1958 é realizado um plebiscito para definir a emancipação política de Peruíbe.

Em 18 de fevereiro de 1959, Peruíbe é desmembrada de Itanhaém e, em 1974 é reconhecida como Estância Balneária. O uso medicinal da lama negra de Peruíbe ganhou repercussão internacional, sendo aplicada após estudos comprobatórios.

A população estimada pelo IBGE em 2018, foi de 67.548 mil habitantes.

Vale acrescentar, que a proximidade desses nove municípios que constitui a Região Metropolitana da Baixada Santista – RMBS é um aglomerado urbano regional que conta com uma população fixa próxima de 1,5 milhões de habitantes. Além dessa característica conta com o maior polo siderúrgico e petroquímico do Estado de São Paulo e ainda nela se encontra o maior porto da América Latina, o Porto de Santos responsável pela exportação de cerca de 42% do Produto Interno Bruto Brasileiro, o que revela sua importância. Por se caracterizar como uma região de grande afluxo de turistas, existe intensa movimentação e circulação tanto se considerando a região metropolitana como cada um de seus municípios.

2.3 A Educação Especial nos municípios da Região Metropolitana da Baixada Santista.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, criado, em 1937 com o objetivo de organizar e avaliar, constantemente a gestão educacional atua desde a Educação Básica até o Ensino Superior e está veiculado ao Ministério da Educação e Cultura – MEC. Sua missão é subsidiar a

Municipal Urbana	464	1.448	6.322	0	12.462	5	7.372	41	0	0	1.443	0
Municipal Rural	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Estadual e Municipal	464	1.448	6.322	0	18.794	8	15.886	165	8.939	83	1.443	1.074
ITANHAEM												
Estadual Urbana	0	0	0	0	0	0	1.393	9	3.644	342	0	367
Estadual Rural	0	0	2	0	5	0	28	0	8	0	0	0
Municipal Urbana	62	2.292	2.530	210	7.557	353	4.433	88	0	0	442	0
Municipal Rural	0	0	0	23	0	83	0	98	0	0	0	0
Estadual e Municipal	62	2.292	2.532	233	7.562	436	5.854	195	3.652	342	442	367
MONGAGUA												
Estadual Urbana	0	0	0	0	21	0	19	0	2.083	32	152	247
Estadual Rural	0	0	6	0	20	0	10	0	0	0	0	0
Municipal Urbana	0	842	1.403	0	3.759	456	3.239	233	0	0	268	0
Municipal Rural	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Estadual e Municipal	0	842	1.409	0	3.800	456	3.268	233	2.083	32	420	247
PERUIBE												
Estadual Urbana	0	0	0	0	14	0	3.416	0	2.125	488	220	426
Estadual Rural	0	0	8	0	32	0	14	0	0	0	0	0
Municipal Urbana	692	368	1.711	0	4.683	0	314	0	0	0	129	0
Municipal Rural	0	0	11	0	28	0	0	0	0	0	0	0
Estadual e Municipal	692	368	1.730	0	4.757	0	3.744	0	2.125	488	349	426
PRAIA GRANDE												
Estadual Urbana	0	0	3	0	7	0	5.076	198	8.923	1.792	74	360
Estadual Rural	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Municipal Urbana	3.246	6.326	3.343	4.436	19.554	1.587	10.617	311	0	0	577	473
Municipal Rural	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Estadual e Municipal	3.246	6.326	3.346	4.436	19.561	1.587	15.693	509	8.923	1.792	651	833
SANTOS												
Estadual Urbana	0	0	0	0	152	0	6.278	627	8.716	770	0	770
Estadual Rural	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Municipal Urbana	848	2.864	2.813	1.173	10.161	3.521	4.084	666	0	0	1.228	0
Municipal Rural	0	49	4	27	46	50	44	17	0	0	20	0
Estadual e Municipal	848	2.913	2.817	1.200	10.359	3.571	10.406	1.310	8.716	770	1.248	770
SAO VICENTE												
Estadual Urbana	0	0	0	0	556	0	5.757	1.146	8.967	422	306	790
Estadual Rural	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Municipal Urbana	426	3.439	6.575	12	17.420	847	7.614	232	0	0	544	0
Municipal Rural	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Estadual e Municipal	426	3.439	6.575	12	17.976	847	13.371	1.378	8.967	422	850	790

Municipal Urbana	8	9	440	0	14	175	0	0	0	0	0	0
Municipal Rural	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Estadual e Municipal	8	9	449	0	175	0	139	0	46	0	3	0
CUBATAO												
Estadual Urbana	0	0	0	0	17	3	48	5	114	16	0	9
Estadual Rural	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Municipal Urbana	22	6	61	12	238	17	161	0	0	0	24	0
Municipal Rural	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Estadual e Municipal	22	6	61	12	255	20	209	5	114	16	24	9
GUARUJA												
Estadual Urbana	0	0	0	0	89	0	162	3	183	3	0	18
Estadual Rural	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Municipal Urbana	6	17	143	0	443	0	299	1	0	0	37	0
Municipal Rural	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Estadual e Municipal	6	17	143	0	532	0	461	4	183	3	37	18
ITANHAEM												
Estadual Urbana	0	0	0	0	0	0	34	0	108	2	0	2
Estadual Rural	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Municipal Urbana	0	13	27	0	191	10	155	4	0	0	8	0
Municipal Rural	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0
Estadual e Municipal	0	13	27	0	191	10	189	6	109	2	8	2
MONGAGUA												
Estadual Urbana	0	0	0	0	0	0	0	0	47	0	1	2
Estadual Rural	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Municipal Urbana	0	3	20	0	97	4	112	1	0	0	5	0
Municipal Rural	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Estadual e Municipal	0	3	20	0	97	4	112	1	47	0	6	2
PERUIBE												
Estadual Urbana	0	0	0	0	0	0	67	0	67	5	6	10
Estadual Rural	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
Municipal Urbana	3	0	18	0	129	0	13	0	0	0	4	0
Municipal Rural	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Estadual e Municipal	3	0	18	0	129	0	81	0	67	5	10	10
PRAIA GRANDE												
Estadual Urbana	0	0	0	0	0	0	94	2	141	15	0	4
Estadual Rural	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Municipal Urbana	58	64	112	115	913	26	370	7	0	0	18	8
Municipal Rural	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Estadual e Municipal	58	64	112	115	913	26	464	9	141	15	18	12
SANTOS												
Estadual Urbana	0	0	0	0	0	0	180	13	245	3	0	43
Estadual Rural	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Municipal Urbana	26	34	114	27	541	41	247	17	0	0	58	0
Municipal Rural	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0

Estadual e Municipal	26	34	114	27	541	41	428	30	245	3	58	43
SAO VICENTE												
Estadual Urbana	0	0	0	0	13	0	101	21	153	8	7	18
Estadual Rural	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Municipal Urbana	8	23	198	0	698	8	247	0	0	0	141	0
Municipal Rural	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Estadual e Municipal	8	23	198	0	711	8	348	21	153	8	148	18

Considerado o ano de 2019 tem-se a evolução das matrículas na Educação Especial dos nove municípios da RMBS na Educação Básica (Figura 13 / Tabela 03).

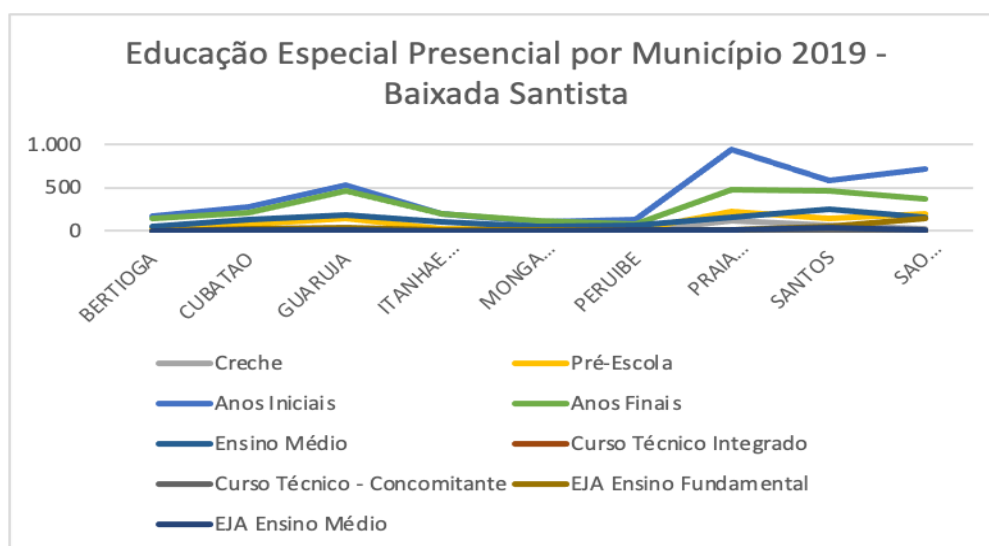


Figura 13: Total de matrículas da modalidade de Educação Especial, efetuadas na rede pública de ensino em 2019 - RMBS.

Fonte: Dados obtidos no Censo Escolar e adaptados pelo autor - data da imagem: 09/06/2020.

Tabela 03 - Total de alunos matriculados da modalidade Educação Especial por etapa de ensino, na Rede Pública em 2019 - RMBS

Os resultados são apresentados pelo Estado de São Paulo e municípios da Região Metropolitana da Baixada Santista.												
Unidades da Federação Municípios Dependência Administrativa	Matrícula inicial											
	Educação Especial (Alunos de Escolas Especiais, Classes Especiais e Incluídos)										EJA Presencial	
	Educação Infantil				Ensino Fundamental				Médio		Fund	Médio
	Creche		Pré-escola		Anos Iniciais		Anos Finais					
	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral		
RMBS	123	160	694	154	3383	110	2314	76	1068	52	300	114
TOTAL GERAL RMBS = 8548												

Embora o censo da Educação Básica da rede pública já registre as matrículas na Educação Especial, o faz de forma geral, sem considerar a distinção entre o número de alunos em escolas especiais, classes especiais e incluídos, o que de certa forma é contraditório já que a política hoje se apresenta como de inclusão e os dados poderiam ser uma forma de pressão para o aumento dessas matrículas.

Além dos dados levantados no INEP foram também pesquisados os sites oficiais da Secretarias Municipais de Educação desses nove municípios que compõem a Região Metropolitana da Baixada Santista, encontrando-se informações complementares e podendo se identificar o trabalho realizado em cada cidade no atendimento às crianças com deficiência.

Em Bertioga, os alunos com deficiências em nível severo são atendidos no Centro Educacional Especializado por profissionais especializados. Os alunos com deficiências em grau moderado e leve são matriculados nas escolas regulares e recebem acompanhamento no atendimento educacional especializado - AEE e frequentam as salas de recursos multifuncionais para a realização de atividades específicas com material pedagógico que atenda a especificidade de cada um. A rede de ensino conta com cuidadores que auxiliam estes alunos nas salas regulares. Todo o trabalho realizado é supervisionado por uma equipe especializada que atua na Secretaria de Educação.

Em Cubatão, o atendimento à educação especial se dá na creche, na pré-escola, nos anos iniciais e nos anos finais do Ensino Fundamental na EJA.

O município de Guarujá investe para oferecer um atendimento educacional especializado – AEE. No ano de 2019 o município atendeu 1002 estudantes público-alvo da educação especial.

O município oferece atendimento no turno da aula com o professor de educação especial e atendimento especializado no contraturno, nas salas de recursos multifuncionais.

O quadro de profissionais da educação especial, do município é formado por professor especialista em educação especial – AEE, em sala de aula e SRMF, professor de apoio inclusivo, estagiários, intérpretes e instrutores de LIBRAS.

Os alunos contam também, com o atendimento de uma equipe multidisciplinar de apoio pedagógico: psicólogos, psicopedagogos, assistente social, fonoaudiólogo e coordenador técnico. Os estudantes com impedimento médico para frequentar as aulas presenciais são atendidos em casa, pelos especialistas.

Guarujá mantém entidades conveniadas: Associação de Pais e Amigos do Autista de Guarujá (APAAG), Associação dos Pais e Amigos do Excepcional (APAE), Centro de Recuperação de Paralisia Infantil e cerebral do Guarujá (CRPI), Lar da Moças Cegas e o Instituto Evolução. Todas as entidades são supervisionadas pela Administração Municipal.

No município de Santos, no ano de 2019, a Secretaria da Educação iniciou um estudo para transformar uma escola de educação especial em escola de ensino regular/inclusiva, para atender a legislação vigente. Esta escola aponta uma diminuição de alunos matriculados, haja vista o atendimento realizado em escolas regulares para os alunos especiais.

Em 2019, as escolas regulares do município de Santos atenderam 928 alunos com os profissionais do atendimento educacional especializado – AEE em salas de recursos multifuncionais. Contavam, também, com os professores de mediação da inclusão escolar para atendimento de casos mais específicos no padrão individual e para os alunos que apresentam um quadro mais leve, o atendimento era feito por rodízio. Esses profissionais de apoio são citados na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – LBI nº13.146/15.

O município oferece o intérprete de LIBRAS aos alunos com deficiência de surdez que também fazem uso das salas de recursos multifuncional. Para os alunos com impedimento de saúde que não podem frequentar a escola, é oferecido o atendimento domiciliar.

Em 2018, a cidade de São Vicente se organizou para implantar o Centro Dia e CER (Centro Especializado em Recuperação) para atender crianças, jovens e adultos especiais.

A cidade contava com cerca de 940 atendimentos da creche até a EJA. Para o atendimento destes estudantes, havia o suporte de 92 salas de recursos multifuncionais, profissionais de apoio e atendentes especializados.

Em 2019, São Vicente reativou o Conselho da Pessoa com Deficiência e inaugurou um novo polo de atendimento multidisciplinar para atender a população na Área Continental.

Por meio da Secretaria de Saúde, a prefeitura mantém o Centro de Atendimento Especializado à Criança com Deficiência São Camilo. O público-alvo deste atendimento são crianças até 12 anos com paralisia cerebral e/ou síndromes neurológicas com comprometimento das funções físicas, neurológica e/ou sensorial.

Oferece, ainda, os serviços de ambulatório, fisioterapia, neuropediatria, perícia, fisioterapia, hidroterapia, fonoaudiologia, psicologia, enfermagem, assistência social, terapia ocupacional e nutrição.

A prefeitura, por meio da Secretaria de Assistência Social (SCAS) faz atendimento familiar com a APAE, com a atenção voltada a inserir os jovens no mercado de trabalho.

Em Praia Grande aconteceram vários eventos que discutiram a Educação Especial na Perspectiva Inclusiva para a troca de experiências e atenção à novas medidas passíveis de adoção para melhorar a qualidade de atendimento em toda a região.

O trabalho ao atendimento dos alunos especiais é elaborado pelos profissionais da Divisão de Educação Especial de acordo com as políticas públicas e, é elaborado um plano de trabalho que é enviado às escolas. Anualmente este plano é revisto e atualizado para atender às novas demandas.

Os alunos especiais têm atendimento educacional especializado – AEE, salas de recursos multifuncionais, equipe multifuncional, intérprete de LIBRAS e, atendimento domiciliar quando comprovada a necessidade.

Os professores especializados visitam, constantemente as salas de aula para orientação de atividades adaptadas. Cada aluno tem um plano próprio com as necessidades de base.

O município participa do projeto de Materiais Pedagógicos Acessíveis (MPA) desenvolvido pelo Instituto Rodrigo Mendes com o apoio da Fundação Lemann. Os professores dos alunos especiais participam de uma formação para a construção de materiais pedagógicos a serem usados em situação de ensino/aprendizagem.

Em 2018, o município contava com 29 escolas que faziam o atendimento educacional especializado – AEE, em sala de recursos multifuncionais. O município capacita os professores de educação especial por meio de palestras com especialistas no assunto de deficiência.

Na cidade de Mongaguá o transporte escolar aos alunos especiais é garantido. A rede educacional conta com cuidadores (mediadores de inclusão) que auxiliam os alunos nas salas regulares. Há o intérprete de LIBRAS para os alunos surdos. A equipe de educação inclusiva ministra encontros periódicos de formação de professores das salas regulares, professores especialistas e cuidadores para organizar de maneira síncrona o atendimento a estes alunos.

O município de Itanhaém trabalha a educação inclusiva de acordo com o Plano Municipal de Educação com vigência de 2015 a 2024, baseado nos Parâmetros Curriculares Nacionais e as Adaptações Curriculares- Estratégias para a Educação de Alunos com Deficiência e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

A educação especial do município é trabalhada em classes especiais, no Projeto Lugar ao Sol e na rede regular de ensino. As classes especiais funcionam em duas escolas municipais regulares, totalizando quatro salas de atendimento na rede de ensino. O Projeto Lugar ao Sol atende os alunos no contraturno das aulas.

As salas de atendimento educacional especializado – AEE, foram implantadas no município, em 2009. A secretaria de educação trabalha com a adequação do Projeto Político Pedagógico – PPP para atender a realidade local.

O atendimento aos alunos especiais atende a demanda do município de acordo com a necessidade de acessibilidade e oferece capacitação, constante, aos professores. Todas as ações convergem para aprimorar a qualidade do ensino oferecido na rede municipal.

Em Peruíbe, estagiários dão suporte às crianças especiais que são atendidas em salas regulares. As salas de atendimento educacional especializado – AEE atendem os alunos com material adequado às necessidades individuais. A formação continuada é considerada de fundamental importância na prática docente.

Vale destacar que os dados foram pesquisados nos sites das referidas prefeituras com datas de 2019 e 2020, portanto são suscetíveis às mudanças devido à demanda escolar que carece de atualizações, periodicamente.

2.3.1 – A implementação das Políticas Públicas nas Secretarias de Educação da Região Metropolitana da Baixada Santista.

A educação envolve vários aspectos que necessitam de reflexão e busca de soluções para minimizar os impactos em sala de aula. Com a criação das Regiões Metropolitanas, os pontos em discussão deixam de ser tratados isoladamente, passando por uma avaliação coletiva em nível regional com a discussão de cada município.

De acordo com Viana (2010, p. 19):

Na década de 1980, foram criados os Conselhos de Administração Estadual (CAE) e de Administração Municipal (CAM), em cada região do Governo, por iniciativa do Governo do Estado, demarcando o início de uma institucionalização da organização regional da Baixada Santista.

Os municípios que compõem a RMBS têm como princípio, se unir para discutir e tentar solucionar os problemas em comum, de maneira a minimizar os impactos educacionais da região, assim as políticas públicas como recursos criados em nível federal, estadual e municipal visam garantir os direitos da população. Estas políticas contribuem, ainda, para o aprimoramento da gestão governamental, proporcionando melhor qualidade de vida e participação da comunidade.

Em especial, as políticas públicas para a educação inclusiva em uma Região Metropolitana deveriam abranger a formulação, a implementação, a análise de uma política regional que garantissem o direito à educação inclusiva para todos.

A Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) viabiliza uma educação de qualidade para todos, oportunizando a participação e o aprendizado sem discriminação.

Segundo os acessos às informações nos sites das secretarias de educação da RMBS as mesmas atendem a Política da Educação Inclusiva desenvolvendo ações que contribuem para o desenvolvimento do aluno:

- ✓ Atendimento Educacional Especializado – AEE: é realizado por profissionais com formação superior em Educação Especial que identifica as necessidades específicas do aluno e elabora material pedagógico que atendam a essas necessidades.
- ✓ Mediador de Inclusão (cuidador): intervém com os alunos da educação especial em toda a relação com os profissionais da escola, contribuindo para o processo de aprendizagem do aluno.
- ✓ Intérpretes de LIBRAS: atuam com alunos com surdez, auxiliando a comunicação em todo o ambiente escolar.
- ✓ Atendimento domiciliar: este atendimento é prestado aos alunos que não podem frequentar as aulas por motivo de tratamento de saúde, comprovado por atestado médico.

- ✓ Atendimento por equipe multidisciplinar: psicólogo, fonoaudiólogo, fisioterapeuta, psicopedagogo, terapeuta ocupacional.

As secretarias de educação da RMBS trabalham com as políticas instituídas pelo governo federal, com os alunos matriculados nas escolas regulares, garantindo não somente o acesso, mas, também, a permanência deste aluno com condições físicas de acessibilidade e materiais adequados para ofertar uma educação de qualidade com professor especializado. Esta linha de trabalho é citada nos sites das referidas secretarias municipais de educação.

2.4 – Ações para promover adaptações das Políticas Públicas de nível federal e estadual às realidades locais.

O direito à educação de qualidade e o desenvolvimento do educando estão garantidos nas políticas educacionais, inseridas nas políticas públicas sociais em nível federal e estadual normatizando as redes municipais de ensino.

As políticas educacionais são regidas pela Constituição Federal e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional de 1996, que garantem o acesso, a permanência e a qualidade do ensino e da aprendizagem. A LDB, em seu artigo 3º considera os princípios:

[...] de igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; liberdade de aprender; pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; respeito à liberdade e apreço à tolerância; valorização do profissional da educação escolar e garantia de qualidade.

Os governos, ao criar espaços adequados e garantir condições para atender os estudantes de maneira integral, estruturam a matriz curricular dos cursos, disponibilizam materiais que deem suporte à aprendizagem.

Com o aporte das legislações vigentes, na região Metropolitana da Baixada Santista, cada município tem se organizado para atender as carências próprias, assumindo a responsabilidade pela implementação de ações locais que contribuam para a melhoria e evolução do sistema educacional, em especial em relação à Educação Especial.

Considerando as diferenças em cada município, embora todos pertençam a RMBS, os olhares dos dirigentes municipais se voltam a analisar e refletir sobre a realidade local, priorizando um processo de interação e atendimento na perspectiva

da implementação das políticas públicas, em um processo dinâmico que atenda os alunos em geral.

Considerando, ainda, que os recursos oferecidos possam estar aquém para a resolução do atendimento no município, a intervenção do dirigente local se torna mais relevante e necessária para planejar e replanejar as ações, sem ferir as legislações vigentes. O reconhecimento das situações que envolvem mudanças de ações é permeado por várias causas e exige:

Delimitar um problema público é politicamente fundamental no processo de elaboração de uma política pública; envolve definir quais são seus elementos e sintetizar em uma fase a essência do mesmo. No entanto, é importante destacar que qualquer definição oficial do problema é temporária. Nas fases sucessivas de formulação das alternativas e, principalmente, na implementação, os problemas públicos podem ser redefinidos e adaptados por alguns dos atores envolvidos (DIAS; MATOS, 2012, p.69).

As equipes técnicas trabalham na implementação, acompanhamento e avaliação das ações para a solução de problemas, analisando os recursos disponíveis e viáveis para o município e as variáveis encontradas.

Para acompanhar este processo, Reinaldo Dias orienta:

A avaliação deve ser considerada um elemento fundamental para o sucesso das políticas públicas, não deve ser realizada somente ao final do processo, mas em todos os momentos do ciclo de políticas. Constitui uma fonte de aprendizado que permite ao gestor perceber quais ações tendem a produzir melhores resultados. A avaliação é um processo transversal a toda a política, implica a definição da finalidade, metodologia, e como o processo de análise pode produzir informações válidas sobre o desempenho da política e consequente tomada de decisão com relação a possíveis modificações, continuidade ou exclusão de uma política ou programa público (DIAS; MATOS, 2012, p.84)

Embora os municípios, como apontado, trabalhem na implementação, acompanhamento e avaliação das ações para a solução de problemas, não se identificou o que os uniu na RMBS, ou seja, um grande projeto que permitisse o atendimento na Educação Especial Inclusiva.

3. A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A VIABILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO REGULAR

3.1 A formação de professores para a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.

As discussões sobre a formação de professores têm recebido grande destaque no contexto das políticas públicas educacionais para a educação inclusiva, discutindo-se a necessidade de professores com formação específica para assegurar o direito à aprendizagem de todos os alunos.

De acordo com Brabo (2015), os professores não estão preparados para trabalhar com alunos com deficiências. A maioria destes profissionais não tem formação específica.

A falta de uma formação específica ou de acompanhamento de um profissional qualificado nesta promove insegurança em relação às práticas pedagógicas em sala de aula pelos professores das salas regulares. É preciso que o professor se conscientize do seu papel e importância na educação especial, que pratique o acolhimento a essas crianças, planejando suas aulas com práticas inovadoras de ensino.

A política de formação de professores para a inclusão escolar de estudantes com deficiências é preconizada, segundo Pimentel (2012), a partir da Lei de Diretrizes e Base Nacional – LDB (1996) e, define que os sistemas de ensino devem assegurar professores capacitados para oferecer uma educação de qualidade com currículos, métodos, técnicas e recursos educativos que atendam às necessidades destes educandos. (BRASIL,1996).

Sobre a formação de professores para atuação na educação especial, Mantoan (2006) defende que os currículos dos cursos de formação sofram alterações para que os professores aprendam a lidar com as diferenças, pois a formação enfatiza a importância de seu papel, tanto na construção do conhecimento como na formação de atitudes e valores do cidadão. Por essa razão a formação vai além dos aspectos instrumentais de ensino.

A formação específica para a educação especial não deve distanciar a parceria com o professor da sala de ensino regular. As práticas pedagógicas devem ser aplicadas de maneira comum que atendam todos os alunos e o atendimento

educacional especializado deverá estar integrado em uma proposta comum de ensino.

Martins (2012) destaca que mesmo com as resoluções do Conselho Nacional de Educação – CNE algumas instituições de ensino superior não oferecem disciplinas relacionadas à inclusão em seus cursos de licenciatura. Muitas vezes, quando oferecidas, não atendem a aquisição de conhecimentos que considerem a diversidade dos alunos com deficiências.

Ainda sobre a formação de professores, Nóvoa (1995, p.25) enfatiza que:

A formação não se constrói por acumulação de cursos, conhecimentos e técnicas, mas sim, através de um trabalho de flexibilidade crítica sobre as práticas. Práticas de formação que tomem como referência as dimensões coletivas e que contribuam para a consolidação de uma profissão que é autônoma na produção dos seus saberes e dos seus valores.

É preciso que a formação dos professores aconteça, prioritariamente de maneira reflexiva e crítica sobre as práticas aplicadas, deixando à parte os conhecimentos descontextualizados, que geram ações desvinculadas com a realidade que não resultam em mudanças de posturas e práticas.

O saber docente é, segundo Tardif (2014, p.36) um “saber plural”, formado de saberes oriundos da formação profissional e de saberes disciplinares, curriculares e experienciais.

Cartolano (1998), afirma que a educação de alunos com deficiência é parte integrante e indissociável do curso de formação profissional da educação, e como tal, deve ser pensado no bojo das reformulações que vêm sendo realizadas nos cursos de Pedagogia. Uma sólida formação básica comum, de modo que as reflexões se encaminhem não como questão meramente técnica de alterações curriculares, mas em uma perspectiva de política fundamental para o momento histórico atual.

É o profissional com formação que se habilita a lidar com a realidade em que atua e possa usufruir de condições de trabalho favoráveis à reflexão da prática pedagógica com conhecimento teórico e prático, na condução de resultados positivos diante da diversidade.

Assim, a formação dos professores é uma ação determinante na efetivação das políticas educacionais de inclusão e deve ser pensada para atender os alunos da educação infantil até o ensino superior.

Para concretizar esse atendimento, há de se pensar na busca de novos posicionamentos nos processos de ensino e de aprendizagem, com práticas pedagógicas que atendam a diversidade em sala de aula e que conforme Mantoan (1997) “o princípio democrático de “educação para todos” só se evidencia nos sistemas educacionais em todos os alunos e não apenas em um deles”.

Os professores ao se apropriarem de conhecimentos que permitam identificar as necessidades de todos os alunos, satisfazendo as carências específicas de aprendizagem de cada criança, incentiva-os a aprender, no sentido de desenvolver a autonomia intelectual e social, superando as discriminações e exclusões.

A inserção de alunos com deficiência em classes regulares de ensino exige uma qualificação diferenciada do professor para que esse aluno permaneça na escola, garantindo a aprendizagem e seu desenvolvimento. Xavier, (2002, p.19) considera que:

A construção da competência do professor para responder com qualidade às necessidades educacionais especiais de seus alunos em uma escola inclusiva, pela mediação da ética, responde à necessidade social e histórica de superação das práticas pedagógicas que discriminam, segregam e excluem, e, ao mesmo tempo, configura, na ação educativa, o vetor de transformação social para a equidade, a solidariedade, a cidadania.

Além da formação inicial, a formação continuada do professor ao estar engajada com a qualidade de ensino, assegurando a implantação de novas propostas e práticas de ensino capazes de responder às necessidades de seus alunos permite analisar os domínios dos alunos e assim elaborar atividades e materiais que aprimorem os conhecimentos já adquiridos.

Glat e Nogueira (2002) afirmam, ainda que:

[...] para garantir uma educação para todos, deve-se assegurar a oferta de uma formação que possibilite aos professores analisar, acompanhar e contribuir para o aprimoramento dos processos regulares de escolarização, no sentido de que possam dar conta das mais diversas diferenças existentes entre os alunos. (2002, p.27).

Para esses autores, as políticas públicas para a inclusão devem ser concretizadas na forma de programas de capacitação e acompanhamento contínuo, que orientem o trabalho docente na perspectiva da diminuição gradativa da exclusão escolar, que venha beneficiar não apenas os alunos com deficiência, mas, de uma forma geral, a educação escolar como um todo (GIAT e NOGUEIRA, 2002).

É preciso, ainda, ressaltar que a Lei de Diretrizes e Bases – LDB/96 aponta uma diretriz para a formação docente em atendimento às crianças com deficiência ao garantir professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores de ensino regular, capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns.

Assim, a formação dos professores para o atendimento educacional especializado – AEE, deve ocorrer tanto na formação inicial em cursos específicos devendo esses profissionais darem o apoio aos professores das classes regulares, auxiliando-os na adoção de práticas pedagógicas que flexibilizem o aprendizado das crianças com deficiência.

O cenário da inclusão escolar no âmbito educacional brasileiro tem provocado muitos questionamentos sobre a formação de professores, seja ela direcionada à formação do professor especialista em educação especial, ou seja, à formação do professor da sala regular de ensino. A qualificação dos profissionais que lidam com a educação especial tem representado uma barreira para o êxito do processo de inclusão. O profissional ao lidar com a situação em tempo real precisa contar com a formação continuada e estudos das situações que surjam em sala de aula para garantir a aprendizagem dos alunos.

Alguns profissionais ainda reagem com perplexidade quando o assunto é relacionado à inclusão de alunos na escola regular. Tal fato se dá, devido ao número de professores formados em um processo de educação tradicionalista, onde o professor era o detentor absoluto do saber, sendo os seus ensinamentos, indiscutíveis. Sendo assim, a atenção era voltada aos alunos que conseguiam memorizar os conceitos e os demais eram excluídos dessa aprendizagem. O professor, dessa geração tradicionalista de formação, ainda pensa que os alunos devem aprender todos ao mesmo momento.

O aumento considerável dos alunos com deficiência em classes regulares, demanda várias ações que sustentam a permanência, a aprendizagem e o desenvolvimento do aluno. Nesse sentido, Xavier (2002, p.19) considera que:

A construção da competência do professor para responder com qualidade às necessidades educacionais especiais de seus alunos em uma escola inclusiva, pela mediação da ética, responde à necessidade social e histórica de superação das práticas pedagógicas que discriminam, segregam e excluem, e, ao mesmo tempo, configura, na ação educativa, o vetor de transformação social para a equidade, a solidariedade, a cidadania.

O professor de atendimento educacional especializado – AEE deverá possuir habilitação específica para a docência e formação específica inicial ou continuada na educação especial. No atendimento educacional especializado, o professor especialista deverá elaborar os atendimentos às crianças especiais, observando as necessidades específicas, produzir material para o desenvolvimento das aulas, elaborar plano de desenvolvimento, aplicar os recursos disponíveis nas salas de recursos multifuncionais, acompanhar e orientar o trabalho da família para que, de fato a inclusão ocorra.

Para tanto, Mantoan (2003, p.34) afirma que:

Tem-se um ensino de qualidade a partir de condições de trabalho pedagógico que implicam formação de redes de saberes e de relações, que se entrelaçam por caminhos imprevisíveis para chegar ao conhecimento; existe ensino de qualidade quando as ações educativas se pautam na solidariedade, na colaboração, no compartilhamento do processo educativo com todos os que estão direta ou indiretamente nele envolvidos.

Este atendimento educacional especializado complementa a formação com vistas nas necessidades apresentadas para desenvolver a autonomia dos alunos, na escola e em todas as situações por eles experimentadas.

O alcance na qualidade de ensino está na busca de novos caminhos, essenciais, trilhados pelos professores para desenvolver práticas pedagógicas que atendam os alunos de maneira igualitária. Surgem novos paradigmas que unem saberes, antes isolados, no encontro de ações no cotidiano, social e cultural. A velocidade das redes de informações e comunicações contribuem para romper barreiras e promover mudanças comportamentais e educacionais, rumo à escola inclusiva.

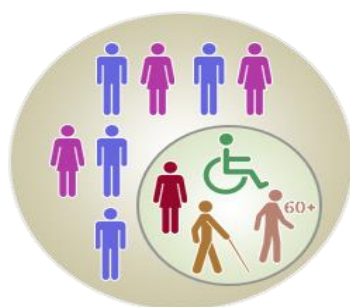
3.2. Integração x Inclusão.

Outra questão que merece destaque se dá em relação a integração e a inclusão, que parecem ter significados semelhantes, porém são bastante diversos quando se trata da política de inclusão na rede regular de ensino.

Mantoan (2003, p.22) nos diz que no processo de integração escolar:

Os movimentos em favor da integração de crianças com deficiência surgiram nos Países Nórdicos, em 1969, quando se questionaram as práticas sociais e escolares de segregação. Sua noção de base é o princípio de normalização, que não sendo específico da vida escolar, atinge o conjunto de manifestações e atividades humanas e todas as etapas da vida das pessoas, sejam elas afetadas ou não por uma incapacidade, dificuldade ou inadaptação.

A palavra integração significa ato ou efeito de integrar, sendo que essa palavra pode ter outra interpretação, dependendo da área em que é aplicada. No campo social, significa o processo de introdução de pessoas em vários contextos sociais. Na sociedade, a integração é feita de maneira diferenciada, sendo que alguns elementos não se misturam ao grupo inicial, tornando-se isolados, sem a oportunidade de usufruir dos mesmos direitos do grupo que, inicialmente, são considerados como grupo comum.



INTEGRAÇÃO

Figura 14: Esquema visual para ilustrar o conceito de integração.

Fonte: <http://www.guiadoeducadorinclusivo.org.br/capitulos/capitulo-1> - data da imagem: 09/06/2020.

Integrar é colocar junto, o que não garante a participação e a atuação efetiva em um processo de aprendizagem. Algumas vezes, o aluno é integrado, “colocado junto” em uma sala de ensino regular, porém, não é atendido em suas necessidades específicas. Dessa maneira, o aluno não atua, não aprende e não desenvolve.

Integração é o processo de inserir alunos com deficiência no sistema regular de ensino em salas especiais, separados das crianças sem deficiências.

Para Sassaki (2017), inserção é um processo maior, amplo que é dividido em duas etapas históricas; a integração e a inclusão. Ambas são inserção, propõem que as pessoas com deficiência sejam aceitas e participem da sociedade em geral, porém de formas diversas.

Antes de surgir a integração, por volta de 1960, convivíamos com a exclusão total, sendo assim, o processo de integração foi visto como um grande avanço para as pessoas com deficiência. Na integração, a pessoa com deficiência poderia ser inserida na sociedade desde que atendesse a maneira de agir deste grupo. A sociedade não se adaptava ao sujeito com deficiência. Essa adaptação era feita apenas pela própria pessoa que lutava contra as diferenças.

No entanto, considerando que a educação é um processo que ocorre na escola e na família, ela trata não só a aprendizagem, mas, também, da socialização, em uma visão ampla da sociedade, se faz necessário trabalhar a inclusão das pessoas no meio social, de maneira ampla e coletiva.

Uma das mudanças mais significativas na educação especial foi o surgimento do conceito de inclusão em substituição ao processo de integração. Essa mudança, porém, não garante que o processo de integração tenha sido completamente eliminado, na área educacional.

O processo de inclusão vem se desenvolvendo lentamente, por meio de ações para incluir todos os alunos em um mesmo espaço e com as mesmas oportunidades de aprendizagem em uma escola para desenvolver novos saberes.

A inclusão de pessoas com deficiência deve ser tratada priorizando o desenvolvimento da autonomia, desconsiderando o sentimento e o atendimento assistencialista. O atendimento inclusivo é pautado em concepções pedagógicas e experiências práticas de todos os envolvidos neste processo.

Nas formas de conceber a educação inclusiva, Mendes (2020, p.70) considera que:

No contexto da educação, o termo inclusão admite, atualmente, significados diversos. Para quem não deseja mudança, ele equivale ao que já existe. Para aqueles que desejam mais, ele significa uma reorganização fundamental do sistema educacional. Enfim, sob a bandeira da inclusão estão práticas e pressupostos bastante distintos, o que garante em consenso apenas aparente e acomoda diferentes posições que, na prática, são extremamente divergentes.

No processo de inclusão, os professores discutem com seus pares os problemas educacionais da escola, atentando para o aprendizado do aluno com foco em uma intervenção na mudança de mentalidade, priorizando a valorização das diferenças individuais no processo de aprendizagem, tendo o professor como mediador e colaborador nas trocas das experiências em sala de aula, reconhecendo a cultura e saber de cada aluno.

Na inclusão, a aprendizagem é realizada com a troca de experiências dos alunos que se apropriam de diversas linhas culturais, interiorizando a que melhor se adapta a sua realidade. Para conduzir esse trabalho, o profissional tem que conhecer o processo da educação especial inclusiva, planejar e organizar ações educativas que colaborem com o desenvolvimento deste público-alvo.

Para Mantoan (2003, p. 29),

A educação escolar deve ser pensada a partir da ideia de uma formação integral do aluno, conforme suas capacidades e talentos, um ensino participativo acolhedor e solidário. E para que isso aconteça de forma plena é importante que haja o exercício diário de cooperação, de fraternidade, do reconhecimento e do valor das diferenças.

A inclusão viabiliza a aprendizagem para todos os alunos considerando que todos são capazes de aprender. A efetivação da inclusão ocorrerá quando as diferenças individuais são reconhecidas como condições para o desenvolvimento das práticas pedagógicas, com resultados positivos de aprendizagem. A busca de estratégias para o desenvolvimento de todos os alunos é primordial para o atendimento de todos os alunos com as várias habilidades, já adquiridas.

A educação inclusiva, assim, exige do professor a coragem e determinação nas mudanças de suas atitudes em sala de aula, para promover a abertura de novos caminhos da diversidade. A qualidade do aprendizado depende da aplicação de estratégias criativas e diferenciadas, em sala de aula, tendo sempre o respeito e conhecimento à diversidade cultural.

Vale destacar que ao se falar em inclusão, há que se considerar também a participação da família em todo o processo de aprendizagem. A escola ao estabelecer a parceria com a família, demonstra com suas ações, o benefício deste trabalho inclusivo. Os pais ao compreenderem o trabalho da escola inclusiva, detentores de valiosas contribuições para a adequação das ações pedagógicas, ao

tomarem consciência do que se pretende alcançar se sentirão participantes e valorizados em todas as ações realizadas.

Na educação inclusiva, a escola deve priorizar o atendimento dos pais com os professores, estreitando a confiança mútua, onde se sintam encorajados a expor todas as preocupações que os afligem e que serão minimizadas no processo inclusivo. Ao tomar conhecimento dos motivos da inclusão, os pais aumentam a cooperação e ajuda, almejando pela evolução da criança.

Para Mantoan (2003, p. 34),

Uma escola se distingue por um ensino de qualidade, capaz de formar pessoas nos padrões requeridos por uma sociedade mais evoluída e humanitária, quando consegue aproximar os alunos entre si; tratar as disciplinas como meios de conhecer melhor o mundo e as pessoas que nos rodeiam e ter como parceiras as famílias e as comunidades na elaboração e no cumprimento do projeto escolar.

Incluir significa muito mais que integrar. Não basta inserir os alunos com deficiência em uma sala de aula do ensino regular, a escola precisa se transformar para receber os alunos proporcionando a participação de todos, efetivamente, nas ações pedagógicas desenvolvidas no espaço escolar, igualmente.

Para construir uma escola inclusiva é preciso planejar e transformar a realidade, tendo como ponto de partida o respeito às diferenças individuais.

4. PERCURSO METODOLÓGICO

A presente pesquisa, de caráter qualitativo buscou como objetivo principal a análise da implementação das políticas públicas da educação especial, inclusiva, nos nove municípios da Região Metropolitana da Baixada Santista, junto às secretarias municipais de educação, buscando conhecer o desenvolvimento do trabalho desta região com as adversidades apresentadas pelos municípios que a compõem.

Na pesquisa, buscou-se investigar o histórico da Região Metropolitana da Baixada Santista, a partir de sua criação ocorrida no ano de 1996 e a abrangência de seus municípios.

Apurou-se, inicialmente os dados pertinentes ao tema em produções acadêmicas recentes em relação à política de inclusão de pessoas com deficiência,

identificando os documentos oficiais relativos às políticas públicas que garantam o atendimento a este público-alvo.

O interesse do tema surgiu da importância em conhecer o trabalho da Câmara Temática da Educação, na RMBS, que se propõe a trabalhar em sistema integrado com os nove municípios da baixada santista para o fortalecimento do ensino na região, analisando e expressando soluções para as adversidades de natureza comum, refletindo sobre as realidades locais.

Ao expor o histórico dos documentos oficiais das políticas públicas para a educação especial no Brasil, ressaltamos a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, de 2015 e a Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ratificada pelo Brasil, em 2008, relacionando-os aos períodos históricos e políticos.

Apresentou-se, ainda, como a Região Metropolitana da Baixada Santista, constituída pelos municípios de Bertioga, Guarujá, Santos, São Vicente, Cubatão, Praia Grande, Mongaguá, Itanhaém e Peruíbe, criada pela Lei Complementar Estadual Nº 815, em 30 de julho de 1996, com seu histórico, até a presente data, tem conduzido as discussões sobre a temática da educação especial, inclusiva, as ações efetivamente implementadas na região, com a reflexão sobre a questão da formação docente na contemporaneidade e o que se exige nos dias atuais por meio da consulta às atas das reuniões da Câmara temática de Educação de 2015 a 2020.

Segundo os estudos de Glat, Ferreira, Oliveira e Senna (2003),

Os atuais desafios da Educação Inclusiva Brasileira centram-se na necessidade de desenvolver instrumentos de monitoramento sistemáticos (indicadores dos programas implantados), realização de pesquisas qualitativas e quantitativas que possam evidenciar os resultados dos programas implantados e identificação de experiências de sucesso; implantação de programas de capacitação de recursos humanos que incluam a formação de professores dentro da realidade das escolas e na sala de aula regular do sistema de ensino (2003, p.35).

A pesquisa, do ponto de vista de sua natureza é classificada como uma pesquisa qualitativa aplicada, uma vez que gera conhecimentos e possíveis resoluções do problema pesquisado, além de criar um produto que tem por objetivo, colaborar com a finalidade da proposta da Câmara Temática da Educação, da

RMBS que considera que [...] “a questão educacional envolve pontos relevantes que não comportam tratamento isolado e distanciado, mas, sim, integrado e interligado a nível regional e a necessidade de fortalecimento da rede pública de ensino regional” (AGEM).

Segundo Knechtel (2014), a pesquisa qualitativa é complexa, permite diversidade e flexibilidade, abrangendo tendências diversas, apoiadas, também, em raízes filosóficas.

Fez-se uso de uma coleta de dados, explorando atas, sites e um questionário on-line, com perguntas elaboradas para serem respondidas pelos responsáveis do setor da educação especial em cada secretaria de educação dos municípios da RMBS.

Na coleta de dados foram utilizados documentos oficiais em relação a temática, pesquisa nas atas da Câmara de Educação da RMBS, pesquisa nos sites das secretarias municipais de educação dos nove municípios e um questionário on-line, aplicado, a convite, aos responsáveis das secretarias pela Educação Especial.

Marconi e Lakatos (2003, p.201/202) definem o questionário como sendo um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador.

Com a coleta de informações baseada nas respostas do questionário enviado às secretarias de educação, na RMBS, foi realizada uma análise para compreender não só a atuação da Câmara Temática da Educação, junto aos municípios pesquisados, quanto a aplicação das políticas públicas da educação especial e, também conhecer a condução e acompanhamento da educação especial como referencial regional, na baixada santista.

Apresentam-se, ainda além da análise de dados coletados, as considerações finais com as referências bibliográficas e o produto final proposto.

5. ANÁLISE DE DADOS

Para a análise do tema estudado foram consideradas como ferramentas de pesquisa, as atas das reuniões da Câmara Temática da Educação da RMBS, no período de 2015 a 2020 e, a aplicação de um questionário junto às secretarias de educação, na Região Metropolitana da Baixada Santista, composta pelos municípios de Bertioga, Guarujá, Santos, São Vicente, Cubatão, Praia Grande, Mongaguá, Itanhaém e Peruíbe.

As atas anexadas foram pesquisadas no site oficial da Agência Metropolitana da Baixada Santista – AGEM.

Para a conclusão da pesquisa, foram analisados os questionários dos municípios de Bertioga, Cubatão, Praia Grande, Itanhaém, Peruíbe e Mongaguá.

Devido às condições de exigência pelo município de Santos para responder ao questionário, não foi possível aguardar o prazo estipulado para obtermos uma resposta de cunho positivo ou negativo e, portanto, não contamos com os dados do referido município.

Os municípios de Guarujá, São Vicente não enviaram as respostas dos questionários, embora tenham se comprometido em fazê-los.

O questionário foi elaborado com ênfase nas Políticas Públicas da Educação Especial adotadas em cada município, e, também, a maneira como são efetivadas as ações/projetos para esse público-alvo.

Das atas consultadas de 2015 a 2020, conforme quadro nos anexos observamos que no ano de 2015, foram realizadas oito reuniões sob a coordenação do Sr. Rubens Antônio Mandetta de Souza, representante da Secretaria de Estado da Educação e coordenador da Câmara Temática. Estas reuniões deveriam acontecer mensalmente, porém não encontramos registros nesse ano nos meses de março, agosto, novembro e dezembro e não há justificativas para estas ausências. As reuniões aconteceram com a presença de representantes de cada um dos nove municípios que compõem a Região Metropolitana da Baixada Santista e representantes da Câmara Temática da Educação.

Ao fazer a leitura das atas disponibilizadas, se constata que os assuntos são fragmentados, sem conclusão das discussões dos mesmos, ou seja, os assuntos não são retomados para que se avalie e se proponham novos encaminhamentos, deixando implícito a pouca relevância para tratar assuntos de interesse comum na

RMBS, o que também revela que cada município desenvolve seu trabalho de acordo com interesses próprios, deixando escapar a unidade da RMBS.

Arretche (2001), dentre outros, aponta distintos fatores que têm influenciado o desenvolvimento das políticas sociais, como o distanciamento dos programas em relação a seus objetivos iniciais, em decorrência, geralmente, de distorções na sua implementação pela forma como os benefícios são apropriados pela população, bem como a baixa cobertura dos programas, a escassez e/ou má utilização de seus recursos financeiros e a má qualidade dos serviços prestados, o grau de privatização dos programas e sua implementação de forma a privilegiar interesses de grupos privados em detrimento do grupo supostamente beneficiário da política. (TAVARES, 2003).

Durante o ano de 2015, foram pontuadas em média de 33% a 77% de ausências, sendo que o mês de outubro houve 100% de ausência, o que causou o cancelamento da reunião (Figura 15).

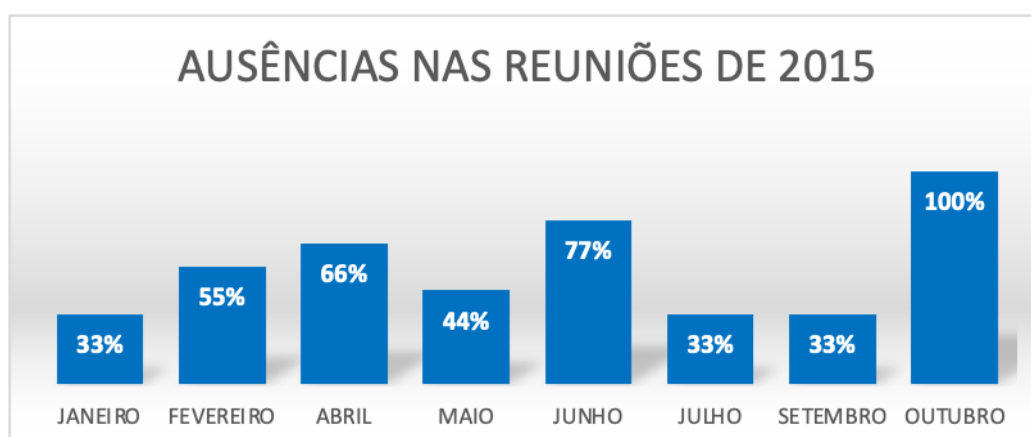


Figura 15: Frequência nas reuniões realizadas pela Câmara Temática durante o ano de 2015.
Fonte: Dados obtidos nas atas das reuniões e adaptados pelo autor - data da imagem: 09/06/2020.

Destacam-se os assuntos tratados durante o ano em tela: Calendário da Secretaria de Estado da Educação, Semana da Educação Metropolitana, cortes do Governo do Estado, prazos de convênios, escola em período integral, repasse do FUNDEB, Projeto Mais Educação, Cursos de Especialização para Gestão Escolar, Ampliação de verbas para a Educação Infantil, Plano Estadual de Educação, Curso de Aperfeiçoamento para diretores, Ensino Profissionalizante, matrículas para o próximo ano, falta de quórum, criação do Comitê Metropolitano de Educação

Integral, observando-se que a Educação Especial não foi tratada e não apresentou relevância para discussão e acompanhamento durante o ano de 2015.

Já as reuniões do ano de 2016 iniciaram com 100% de ausência na representatividade dos municípios e foram presididas pelo coordenador Sr. João Bosco Arantes Braga Guimarães, representante da Secretaria de Estado da Educação. Em reunião realizada no mês de abril, houve sugestão para que os próximos encontros acontecessem, bimestralmente.

Os assuntos apresentados durante o ano de 2016 seguiram os dos anos anteriores, ou seja, fragmentação na proposição dos mesmos, não havendo continuidade dos assuntos anteriores, conforme proposto.

As pautas pontuaram a criação de um plano para aproximar os trabalhos das redes municipal e estadual, haja vista a percepção de uma acentuada diferença na qualidade da educação entre as redes.

Durante a reunião, destacou-se a diferença de gestão entre os municípios, surgindo a propositura de um treinamento administrativo para os gestores. Ampliou-se a preocupação com o atendimento ao aluno público-alvo da educação especial e, refletiu-se como melhorar a qualidade do trabalho de adaptação durante o período de transição da rede municipal para a rede estadual de ensino.

Em reunião no mês de junho, os representantes dos municípios relataram como procedem no atendimento aos alunos especiais. Neste mesmo momento, o coordenador comentou sobre a rigidez das regras da educação, porém não citou quais seriam as regras que necessitavam de flexibilização. Mais adiante, no mês de outubro surge a incerteza quanto à periodicidade da realização das reuniões: mensalmente ou bimestralmente.

A explanação sobre a educação especial, mais uma vez foi adiada, dando espaço para a discussão sobre a qualidade de ensino entre Município e Estado.

As ausências dos representantes dos municípios da Região Metropolitana da Baixada Santista ficaram entre 22% e 88% (Figura 16), sendo que duas reuniões foram reagendadas por falta de quórum.

Apesar de o assunto da educação especial ter sido explanado durante este ano, não houve continuidade conforme o proposto em algumas reuniões. Ficou apenas a indagação de como atender o aluno público-alvo da educação especial.



Figura 16: Frequência nas reuniões realizadas pela Câmara Temática durante o ano de 2016.

Fonte: Dados obtidos nas atas das reuniões e adaptados pelo autor - data da imagem: 09/06/2020.

No ano de 2017 foram realizadas quatro reuniões sob a coordenação do Sr. João Bosco Arantes Braga Guimarães, representante da Secretaria de Estado da Educação e coordenador da Câmara Temática da Educação da Região Metropolitana da Baixada Santista.

As reuniões passaram a ocorrer bimestralmente, devido as ausências nos anos anteriores. Algumas atas não foram encontradas e, também não houve justificativa para a ausência destas ausências. O registro da primeira reunião, do ano, é no mês de junho.

As ausências foram registradas em 77%, 22% e 44%, nos meses de junho, setembro e novembro, respectivamente. No mês de agosto não houve ausência, a reunião foi realizada com a representatividade de todos os municípios da Região Metropolitana da Baixada Santista (Figura 17).

Os assuntos tratados no ano de 2017 são fragmentados, não tendo sequência, nem fechamento dos mesmos que foram tratados em reuniões anteriores.

Em reunião realizada em 10/09, o município de Bertioga expôs a todos os presentes o trabalho realizado com a educação especial, citando as atendentes de educação e reconhecendo a importância da família no atendimento pedagógico/educacional.

Outros municípios de mostraram preocupados em atender o público-alvo da educação especial. Foi sugerido a realização de um Encontro sobre Educação Especial, assim como alinhar uma proposta com características próprias para a Região Metropolitana da Baixada Santista.



Figura 17: Frequência nas reuniões realizadas pela Câmara Temática durante o ano de 2017.
 Fonte: Dados obtidos nas atas das reuniões e adaptados pelo autor - data da imagem: 09/06/2020.

O coordenador da Câmara Temática da Educação da Região Metropolitana da Baixada Santista, Sr. João Bosco Arantes Braga Guimarães presidiu as reuniões do ano de 2018. Foram registradas cinco reuniões durante o ano, realizadas nos meses de: janeiro, fevereiro (duas reuniões), maio e junho. Observa-se que não foi seguido o calendário de realização bimestral conforme acordado, anteriormente.

Vale acrescentar que a gestão implica:

[...] uma capacidade de gerar uma relação adequada entre a estrutura, a estratégia, os sistemas, o estilo, as capacidades, as pessoas e os objetivos superiores da organização considerada [...] a capacidade de articular os recursos de que se dispõe de maneira a se alcançar o que se deseja. Numa visão que evoca o tema da identidade em uma organização, a gestão implica a geração e a manutenção de recursos e processos em uma organização para que ocorra aquilo que se tenha decidido que ocorra [...] (CASASSUS, 1997, p.4).

Durante todas as reuniões foram abordados estudos sobre a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2018). Os representantes dos municípios expuseram como estão abordando este assunto em toda a rede de educação, trocando informações sobre o andamento do trabalho e discutindo pontos em comum, também com o Governo do Estado.

Iniciou-se a organização da Conferência Intermunicipal da Educação – CONAE. Mais uma vez, foi solicitada a presença dos secretários de educação dos municípios, assim como a colaboração dos municípios, na divisão das tarefas para a realização da referida Conferência. As ausências dos municípios variaram entre 11% e 55% (Figura 18).



Figura 18: Frequência nas reuniões realizadas pela Câmara Temática durante o ano de 2018.

Fonte: Dados obtidos nas atas das reuniões e adaptados pelo autor - data da imagem: 09/06/2020.

No ano de 2019 não há atas disponíveis, o que se tem como hipótese que não foram realizadas reuniões da Câmara Temática da Educação da Região Metropolitana da Baixada Santista. Também não foi encontrada justificativa para a ausência das reuniões.

Em 2020, devido a situação pandêmica – COVID – 2019, as reuniões da Câmara Temática da Educação da RMBS foram realizadas via on-line, sob a coordenação do Sr. João Bosco Arantes Braga Guimarães, com ausências girando em torno de 11%. Foram realizadas duas reuniões nos meses de julho e agosto, onde todos os municípios discutiram os protocolos para o retorno das aulas presenciais, destacando a preocupação com os protocolos sanitários.

Nestas reuniões houve a participação dos representantes das Diretorias Regionais da Saúde e políticos da região que destacaram a importância e preocupação com uma possível contaminação em massa. Discutiram a relevância de adotarem os mesmos protocolos sanitários para todos os municípios da Região Metropolitana da Baixada Santista, assim como sugeriram providenciar um mapeamento de cada escola, para conhecer a realidade de cada escola, neste momento de pandemia.

Os destaques das reuniões, no ano de 2020, foram: a elaboração dos protocolos sanitários para um possível retorno às aulas presenciais, o conhecimento da realidade de cada unidade escolar, a participação dos representantes das Secretarias de Saúde para direcionar as medidas futuras e preocupação com a contaminação em massa. Este ano houve uma sequência nos assuntos tratados e preocupação com a complexidade da situação – Pandemia – COVID-2019.



Figura19: Frequência nas reuniões realizadas pela Câmara Temática durante o ano de 2020.

Fonte: Dados obtidos nas atas das reuniões e adaptados pelo autor - data da imagem: 09/06/2020.

Se comparados as temáticas tratadas na Câmara da Educação da RMBS e as informações obtidas nos sites oficiais de cada município, de domínio público, identifica-se que os encaminhamentos são particulares, individualizados, cada secretaria conduzindo o seu processo da educação municipal, mais especificamente sobre educação especial, objeto da pesquisa.

Vale ainda lembrar que a Câmara Temática da Educação, da RMBS, quando da sua instalação em 1997, considera que:

A questão educacional envolve pontes relevantes que não comportam tratamento isolado e distanciado, mas sim integrado e interligado a nível regional e a necessidade de fortalecimento da rede pública de ensino regional em todos os níveis, com a consequente solução de problemas como o espaço físico, número de unidades, o aparelhamento das escolas e o aperfeiçoamento do corpo docente e o desenvolvimento das práticas voltadas à realidade local (Deliberação CONDESB, nº007/1997)

De fato, pode-se afirmar que a Câmara Temática da Educação, da RMBS não conseguiu atingir seus objetivos, não considerando a possível integração entre as redes públicas estadual e municipal e sem estabelecer um plano regional.

As entrevistas realizadas com os seis representantes das secretarias municipais de educação que responderam ao convite encaminhado revelam dados relevantes. A cada uma das questões realizou-se uma análise.

Adoção de uma política para a inclusão de alunos com deficiência.

Constatamos que os seis municípios que participaram da pesquisa, por meio do questionário encaminhado consideram relevante a adoção de uma política para a inclusão das crianças com deficiência nas escolas regulares. Os municípios de Peruíbe, Praia Grande e Bertioga, destacaram, respectivamente:

- ✓ Serviço de educação inclusiva e atendimento multidisciplinar dando suporte às famílias.
- ✓ O aluno é matriculado em escola mais próxima da sua residência, exceto os alunos com surdez que são atendidos em polos inclusivos.
- ✓ O município conta com 25 professoras de AEE para atendimento dos alunos no contraturno; projeto Equipe Multidisciplinar /2019 com AEE e fonoaudióloga para posterior encaminhamento aos especialistas da saúde para abordagem clínica detectando deficiência ou reforço escolar; Projeto de Intervenção para alunos com dificuldades de aprendizagem que contam com o apoio da AEE para os diversos laudos que não contemplam o atendimento ao público-alvo; parceria com a secretaria da Saúde para atendimento com pediatra e neurologista; formação da equipe gestora de toda a rede de ensino com foco na implantação do Currículo Adaptado; investimento em material pedagógico para as salas de AEE; formação permanente de professores de AEE e agentes de apoio escolar; investimento e formação em eliminação de barreiras arquitetônicas, de comunicação, transportes, tecnologias e ações atitudinais.

Referências e diretrizes adotadas na política, projetos ou ações de fomento à educação especial pelos municípios.

Constatamos que os municípios de Bertioga, Cubatão e Itanhaém fazem uso das mesmas referências: MEC, ONGS, SEDUC, para o atendimento dos alunos com deficiência. O município de Praia Grande tem como referência o MEC e outras que não foram especificadas. Em Mongaguá, o referencial para o atendimento é o MEC (Figura 20).

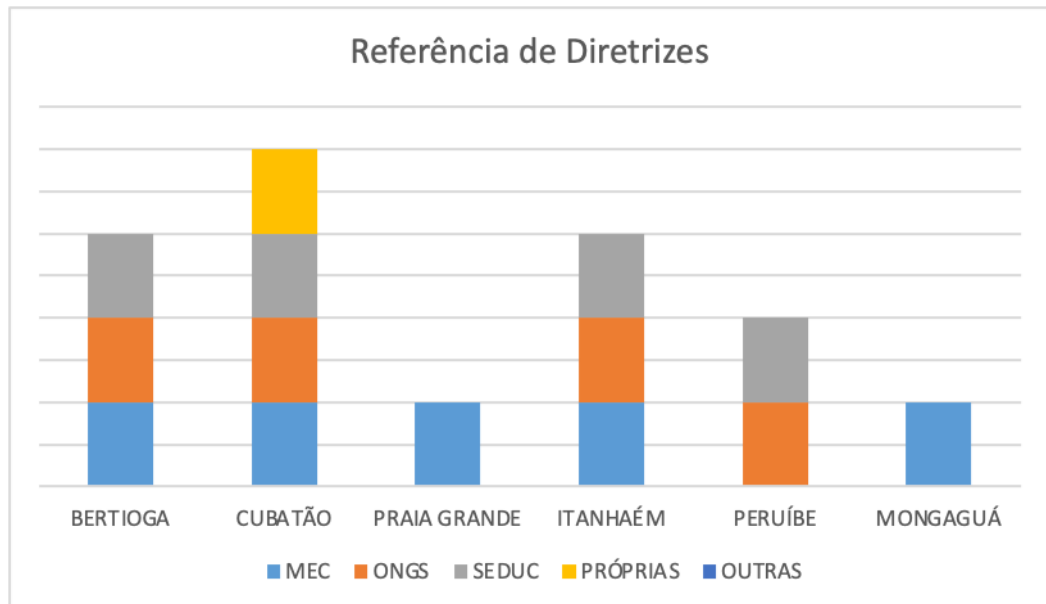


Figura 20: Referências utilizadas na política ou projetos dos municípios pesquisados.
Fonte: Dados obtidos nos questionários aplicados e tabulados pelo autor.

Implantação de ações para atendimento dos alunos público-alvo da modalidade de Educação Especial nos municípios.

A inclusão de alunos com deficiência nas salas regulares de ensino ocorreu em momentos diferentes, de acordo com a necessidade e condição de efetivação da medida da inclusão (Figura 21).

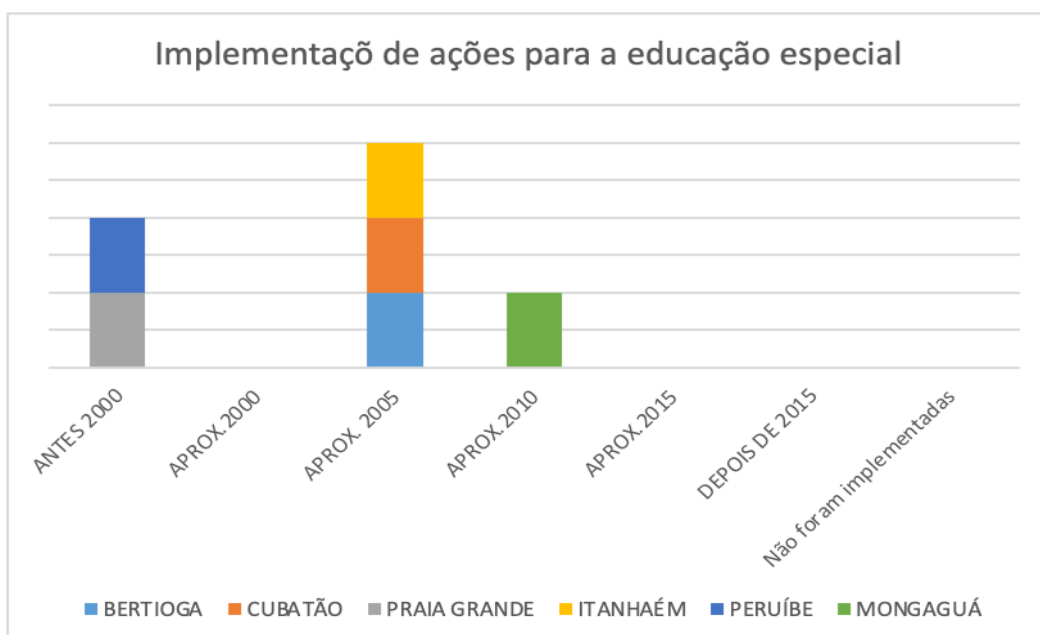


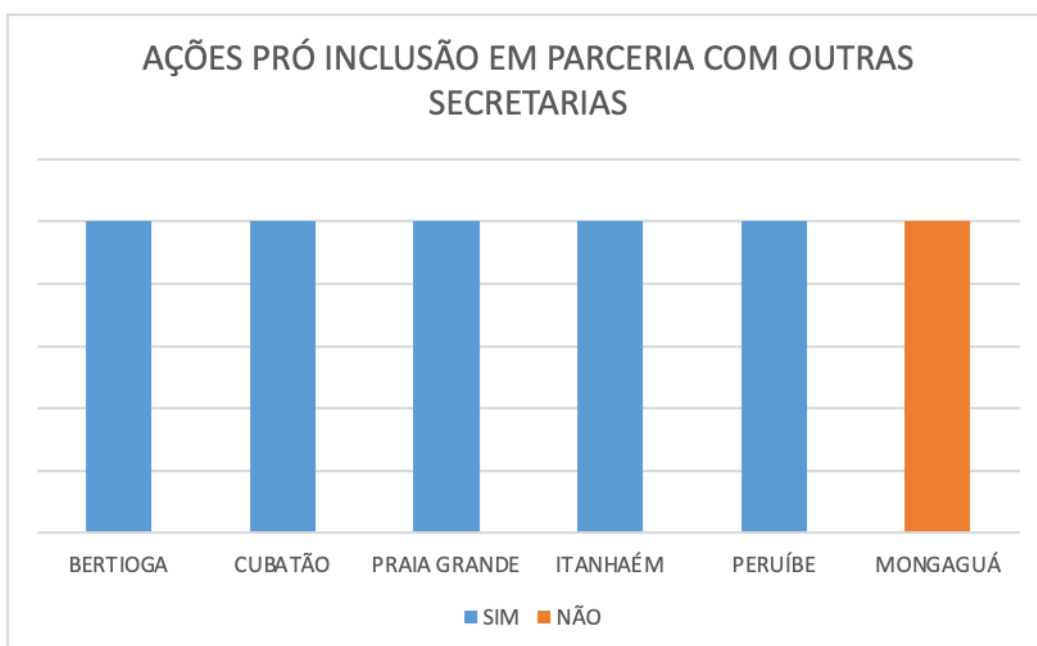
Figura 21: Implantação de ações para atendimento dos alunos nos municípios pesquisados.
Fonte: Dados obtidos nos questionários aplicados e tabulados pelo autor.

Antes do ano de 2000, em 1997, o município de Praia Grande iniciou a inclusão de alunos especiais em salas do ensino regular. O município de Peruíbe incluiu os alunos nas salas regulares antes de 2000, porém não especificou o ano em que essa medida foi adotada.

No ano de 2005, a inclusão em salas regulares se efetivou nos municípios de Bertiooga, Cubatão e Itanhaém. Em Mongaguá, este atendimento ocorreu a partir do ano de 2010.

Ações de fomento à inclusão em parceria com outras secretarias de outros municípios da RMBS.

No que tange ao trabalho de sistema integrado com os municípios, na Região Metropolitana da Baixada Santista para o fortalecimento do ensino na região, e, também, encontrar soluções para problemas de natureza comum, considerando a realidade local



.Figura 22: Ações de fomento à inclusão realizadas pelos municípios pesquisados, em parceria com outras secretarias de outros municípios da RMBS.

Fonte: Dados obtidos nos questionários aplicados e tabulados pelo autor.

Os municípios envolvidos nesta pesquisa, excetuando Mongaguá (Figura 22), afirmaram desenvolver projetos/ações com outras secretarias, por meio de reuniões com apresentação e discussão das ações adotadas em cada município, adequadas às realidades locais; participação em Fóruns Regionais e grupos de WhatsApp com os responsáveis pela educação especial em cada município.

A Câmara Temática da Educação como organização implementadora de políticas públicas voltadas à Educação Especial.

A Câmara Temática da Educação, na RMBS, trabalha para a implementação de políticas públicas em educação, orientando as secretarias quanto ao atendimento e aplicação das políticas públicas, em cada município. Os municípios de Bertiooga, Cubatão, Praia Grande, Itanhaém e Peruíbe formam um grupo que recebe essas orientações, excetuando o município de Mongaguá que não recebe orientação quanto a essa aplicabilidade.

Projetos com desenvolvimento em âmbito municipal para atender a educação especial inclusiva.

Todos os municípios participantes da presente pesquisa, desenvolvem projetos para o atendimento da demanda em educação especial, conforme apresentado abaixo na Figura 23:

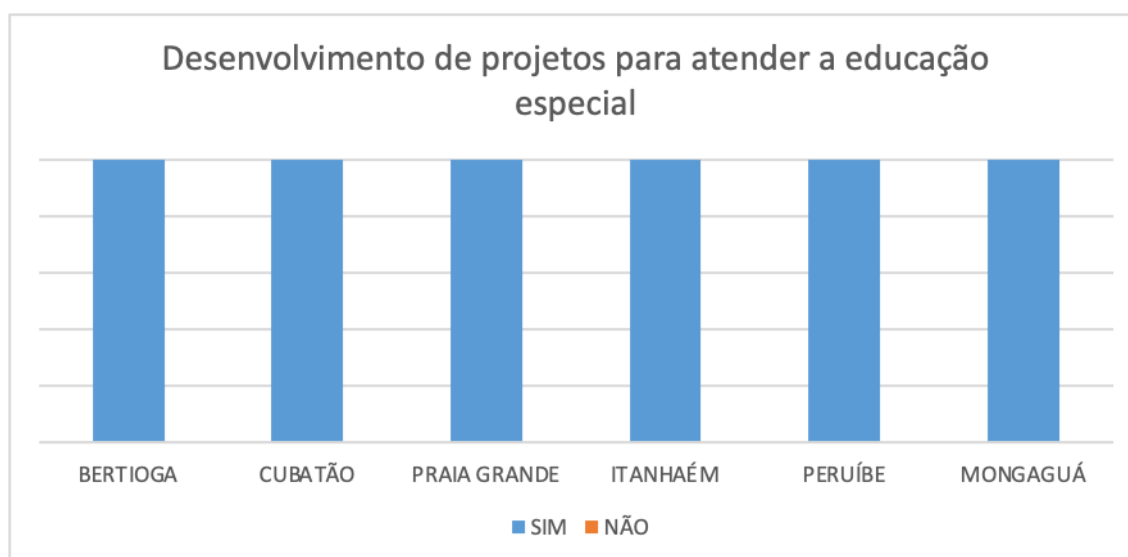


Figura 23: Projetos com desenvolvimento em âmbito municipal para atender a educação especial inclusiva.

Fonte: Dados obtidos nos questionários aplicados e tabulados pelo autor.

No município de Bertiooga, há a existência de um Projeto Equipe Multidisciplinar e Projeto de Intervenção/AEE para os alunos que apresentam

dificuldades na aprendizagem, mas, o laudo médico não o inclui no público-alvo da educação especial.

O município de Cubatão pontuou ações como a estimulação precoce nas crianças com deficiência e/ou TEA, com musicalização, desde a creche. Além disso, são realizadas oficinas nas unidades de ensino que atendem o público-alvo da educação especial (oficina de corpo e movimento, culinária e horta, qualidade de vida, artesanato e expressão cênica).

Cubatão também oferece profissional de apoio escolar: suporte de ensino para a inclusão em salas regulares. Como também, parceria com a secretaria de esportes para a oferta de modalidades como natação, lutas e jogos de tabuleiro. Além do mais, há a realização do Projeto Matemática, com o uso de material concreto e a prática de formação continuada voltada aos professores de educação especial.

A cidade de Praia Grande contempla igualmente com projetos direcionados à educação especial, desde a estruturação de uma equipe de professores especializados – assistentes técnicos pedagógicos (ATP's) para visitar as unidades escolares e, atendimento educacional especializado – AEE para suporte e aporte. Além disso, o município conta com uma sala de língua portuguesa em LIBRAS, desde o ano de 2005 para atender os alunos com surdez, como também, sala de AEE específica para surdos. Do mesmo modo, ocorrem ações como HTPI on-line com temas para os alunos com deficiência, atendimento domiciliar, professores interlocutores de LIBRAS, reunião com equipe da saúde e curso de LIBRAS on-line.

Em Itanhaém, as ações realizadas em contexto municipal são os projetos LIBRAS para todos, Projeto Lugar ao Sol, formação in loco, itinerância, formação continuada para os profissionais de apoio (estagiários), atividades para desporto, equoterapia e o Projeto Cuidar, realizado em parceria entre as secretarias da educação, saúde e desenvolvimento social.

Já Peruíbe revela uma realidade de atendimento, com 7 profissionais de apoio às escolas e Projeto de Formação Continuada, ressaltando uma demanda bastante intensa.

Por fim, o município de Mongaguá expressa que, o departamento de Educação conta com duas coordenadoras de Educação Inclusiva que desenvolvem ações voltadas à interlocução com a literatura que se dedica a coordenação pedagógica e à inclusão escolar. Além disso, realizam o acompanhamento e ênfase

no atendimento das rotinas do cotidiano escolar e observância dos procedimentos burocráticos, secundarizaram, entre outras coisas, a reestruturação do Projeto Político Pedagógico, bem como, a possibilidade de mobilização da escola em torno da problematização e da sistematização de um projeto escolar inclusivo.

Ações que apontaram sucesso para o atendimento ao público da educação especial em cada município pesquisado.

Os municípios analisados nesta pesquisa apontaram como sucesso, algumas ações desenvolvidas para melhorar o atendimento aos alunos da educação especial. Essas ações foram desenvolvidas de acordo com a necessidade, específica, de cada secretaria, e elencadas a seguir.

Iniciamos expondo as ações apontadas pelo município de Bertioga, onde neste município, a participação da família no processo de aprendizagem é vista como ponto positivo para o desenvolvimento cognitivo do aluno, assim como, a participação ativa dos profissionais da educação. A união da sociedade em busca da melhoria da qualidade de atendimento em relação a uma educação equitativa também foi considerada importante na aplicação das ações adotadas.

Na cidade de Cubatão, o Projeto de musicalização na Educação Infantil, as Oficinas de Inclusão, os Profissionais de Apoio, as Salas de AEE, os profissionais de apoio da Escola Técnica de Música e Dança, o ensino bilíngue em LIBRAS e o BRAILLE para os alunos com cegueira, se destacaram como ações assertivas no trabalho desenvolvido com os alunos da educação especial.

Em Praia Grande, as ações de reconhecimento e algumas vezes referência no atendimento ao aluno com deficiência, a busca de matrícula no município devido ao trabalho de qualidade realizado e o envolvimento da SEDUC no processo da educação inclusiva, trouxeram grande incentivo para a continuidade do trabalho desenvolvido, sendo consideradas ações de sucesso.

Já no município de Itanhaém, as ações do fortalecimento no processo de inclusão escolar do segmento do fundamental II (6º ao 9º), o Projeto de LIBRAS para Todos (alunos, professores e funcionários) e o profissional de apoio para a locomoção, higiene, comunicação e outros, trouxeram a certeza de estarem realizando um trabalho de sucesso com a educação especial.

Na realidade de Peruíbe, a ampliação do número de matrículas dos alunos com deficiência, a ampliação do número de profissionais especialistas – AEE e a ampliação do número de matrículas no atendimento educacional especializado apontaram para a conquista de ações realizadas com sucesso para o público-alvo.

Enfim, em Mongaguá, a atendimento educacional especializado e o profissional de apoio marcaram o sucesso das ações desenvolvidas no município.

Maiores dificuldades encontradas para o atendimento do público-alvo da educação especial no município.

Embora os municípios pesquisados tenham mostrado sucesso no desenvolvimento de ações para o público-alvo da educação especial, algumas vezes, se depararam com pontos frágeis, que os impediram de alcançar o resultado esperado, de maneira satisfatória, conforme expressos a seguir.

Um dos pontos apresentados pelo município de Bertioga, que revelam dificuldades para realizar o trabalho com eficiência é a negação, por parte de alguns profissionais em aceitar a inclusão no ambiente escolar. Outra dificuldade é a barreira de comunicação entre a educação e saúde que caminham, separadamente. Ainda, em Bertioga, a situação socioeconômica dos responsáveis, às vezes atrapalham o andamento dos trabalhos.

Em Cubatão, a dificuldade é sentida na conscientização dos pais quanto à necessidade de um profissional de apoio e, também, na manutenção, do aluno, na sala de atendimento multifuncional como parte do AEE.

Ponto este, também endossado por Praia Grande, onde a falta de reconhecimento dos pais nos atendimentos do AEE e a colaboração nas atividades de casa, prejudicam o desenvolvimento do aluno que está inserido no contexto da educação especial.

No município de Itanhaém foram apontadas como dificuldades para o atendimento do público-alvo da educação especial, a falta de uma equipe multidisciplinar para que o trabalho aconteça de forma integrada e, também, a escassez de investimento financeiro e formativo, oferecido pelo Ministério da Educação – MEC.

Peruíbe revela um obstáculo expressivo, revelando que este município tem como maior dificuldade no atendimento à educação especial, a emissão de laudos médicos.

Já em Mongaguá, os responsáveis pela educação especial, apresentam como maiores dificuldades para o atendimento do público-alvo da educação especial a resposta de forma proativa de professores, pedagogos e educadores aos resultados de cada uma das políticas públicas em curso e, planejamento para criar um mercado educacional mais promissor. Citam, também, que no campo da educação inclusiva, a intersetorialidade tem sido observada como elemento fragmentado. Os profissionais acreditam na intersetorialidade entre educação e saúde seja premissa para o desenvolvimento integral. Criação de projetos que articulem saúde e educação, prevendo o enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento das crianças.

A realidade da Educação Especial nos municípios pesquisados frente ao Decreto nº10.502/2020.

Recentemente, em 30 de setembro de 2020, foi editado o Decreto nº10.502/2020 que trata da “Política Nacional da Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida”. Este documento causou grande polêmica ao ser interpretado por vários segmentos, principalmente os da educação. Diante de tantos desencontros de opiniões e da educação especial ser o tema desta pesquisa, solicitamos uma argumentação de cada município sobre teor do documento e das medidas adotadas por cada um, na Região Metropolitana da Baixada Santista.

Ao indagarmos os responsáveis do município de Bertioga, percebemos que seu posicionamento frente ao Decreto nº10.502/2020 vem garantir o direito de escolha para que cada responsável possa estudar as possibilidades ofertadas e que atenda melhor a demanda de cada educando. O ideal é que a responsabilidade não fique apenas nas mãos dos responsáveis e, que possa ser compartilhada com a equipe multidisciplinar a qual atende o educando para que possa potencializar o pleno desenvolvimento do mesmo.

Já o posto pelo município de Cubatão mostra que o previsto pelo Decreto não alterará o funcionamento, em Cubatão. O funcionamento continuará em luta pela

conscientização da inclusão escolar, sendo utilizada a Unidade Municipal de Ensino Princesa Isabel apenas em casos em que a oferta na rede regular, não seja comprovadamente indicada por profissionais da saúde e da educação.

O município de Praia Grande classifica o referido decreto como um grande retrocesso a todas as conquistas, além de se interpor à Constituição Federal (1988).

A consideração acima é endossada por Itanhaém, haja vista que, para os profissionais responsáveis pela educação especial, no município de Itanhaém, o Decreto nº10.502/2020 sugere um modelo padronizado e de segregação para os alunos público-alvo da educação especial inclusiva que não atenderem os padrões para estarem incluídos na perspectiva da educação inclusiva, onde todos têm os seus direitos garantidos, aprendendo com e para a diversidade nas escolas públicas de qualidade. Este decreto também traz um projeto capitalista de sociedade, com muitos interesses econômicos de instituições que irão lucrar com esse retrocesso.

A SME de Peruíbe está realizando estudos sobre o decreto, porém, para o ano de 2021 o atendimento permanecerá como antes. Não existe previsão de abertura de salas especiais, pois, estão avançando muito com o que já estava previsto.

Finalmente, em Mongaguá os especialistas são favoráveis e acreditam na inclusão, citando o artigo 2º do referido decreto que considera como escolas especializadas:

[...] as instituições de ensino planejadas para o atendimento educacional aos educandos da educação especial que não se beneficiam, em seu desenvolvimento, quando incluídos em escolas regulares inclusivas e que apresentam demanda por apoios múltiplos e contínuos (BRASIL, 2020, Art. 2).

Já em relação ao artigo 3º há destaque em relação a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida quanto à [...] “participação de equipe multidisciplinar no processo de decisão da família ou do educando quanto à alternativa educacional mais adequada”.

Ressaltam que o direito de escolha não é o de retornar às escolas e classes especiais, mas o de garantir os direitos da população nos processos educacionais. Contudo, há crianças com síndromes, transtornos severos, que necessitam de atendimento totalmente diferenciado e que não se beneficiam da inclusão. Cada criança é única, sendo necessário e primordial um olhar, um estudo de caso para a melhor decisão a ser tomada.

Adequações de atendimento após a publicação do Decreto Nº 10.502/2020.

Embora haja discordâncias quanto a aceitação do Decreto nº 10.502/2020 que trata da “Política Nacional da Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida”, os seis municípios participantes desta pesquisa afirmaram que o conteúdo deste documento não trouxe mudanças no trabalho realizado com o público-alvo da educação especial (Figura 24).

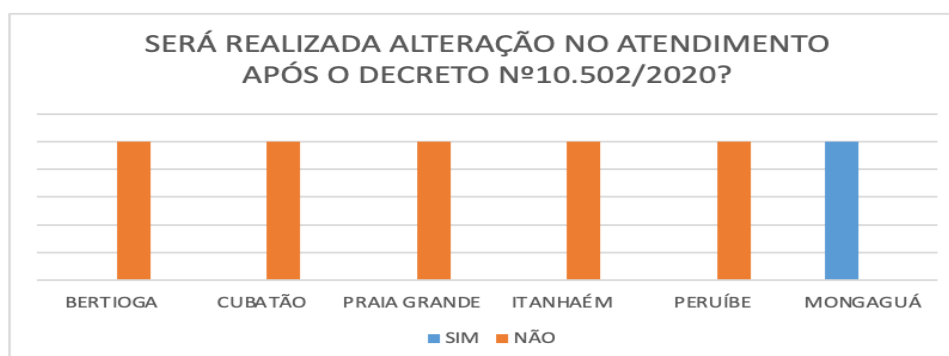


Figura 24: Adequações de atendimento após a publicação do Decreto nº10.502/2020, conforme apontamentos dos municípios pesquisados

Fonte: Dados obtidos nos questionários aplicados e tabulados pelo autor.

Alguns municípios pesquisados, afirmaram também que, estudarão com toda a equipe escolar o que propõe, efetivamente este documento. Enquanto isso, o próximo ano que se inicia, 2021, seguirá com todos os projetos e orientações já desenvolvidos em cada município.

Recursos utilizados pelo município para atendimento à Educação Especial.

Os recursos utilizados para o atendimento do trabalho realizado com as crianças da educação especial são oriundos de recursos físicos, humanos, materiais, recursos federais e/ou estaduais (Figura 25).

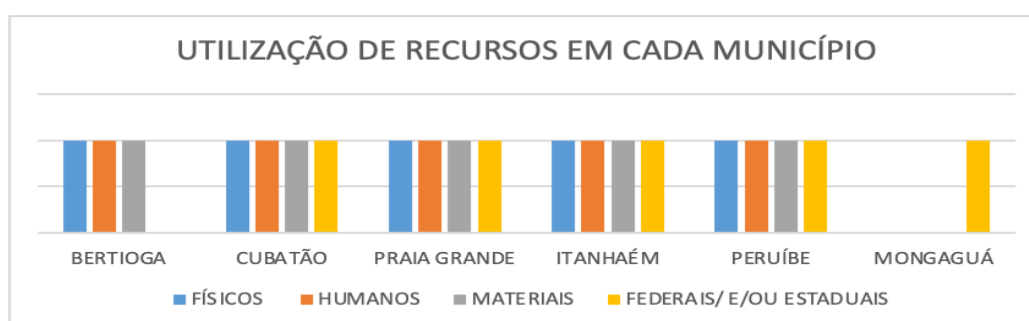


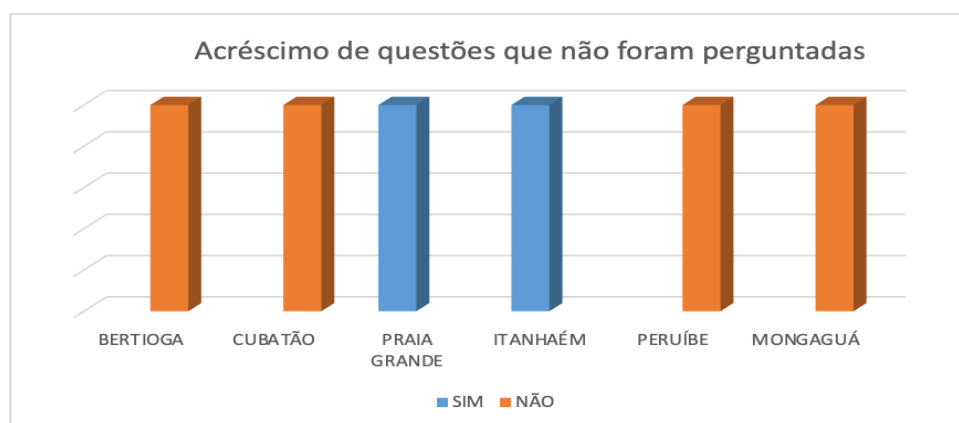
Figura 25: Recursos utilizados pelo município para atendimento à Educação Especial, conforme apontamentos dos municípios pesquisados.

Fonte: Dados obtidos nos questionários aplicados e tabulados pelo autor.

Observamos que, cada município faz uso do recurso que melhor lhe aprouver. Os municípios de Cubatão, Praia Grande, Itanhaém, Peruíbe fazem uso dos recursos físicos, humanos, materiais, recursos federais e/ou estaduais. O município de Mongaguá citou a utilização dos recursos federais e/ou estaduais e, o município de Bertioga faz uso dos recursos físicos, humanos e materiais.

Considerações dos participantes à pesquisa.

Para encerrar o questionário, foi perguntado se algum representante gostaria de acrescentar alguma questão que não foi perguntada, frisando a importância da opinião de todos (Figura 26).



Figura

Considerações dos participantes à pesquisa.

Fonte: Dados obtidos nos questionários aplicados e tabulados pelo autor.

26:

Embora a questão tenha sido aberta a todos os municípios participantes da pesquisa, apenas Itanhaém opinou sobre o assunto.

O município de Itanhaém observou a necessidade de investimento das universidades públicas e privadas com maior amplitude em parcerias com os municípios da Região Metropolitana da Baixada Santista para a oferta de bolsas de estudos. Citam que é nas universidades onde acontecem as pesquisas e, esses estudos precisam chegar na ponta da educação, que é a escola.

Causa uma certa perplexidade o fato de os municípios assumirem um papel isolado. Parece válido o argumento de que há uma incapacidade, uma paralisação no sentido de promover uma mudança efetivamente desejada por eles mesmos. Esse descompasso poderia, no entanto, ser canalizado para o fortalecimento da Câmara Temática de Educação em um movimento que implicasse um consenso em relação às políticas de inclusão adotadas nos nove municípios da RMBS.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados apresentados por meio da pesquisa revelam o processo de implementação das políticas públicas de educação especial, nos nove municípios que compõem a Região Metropolitana da Baixada Santista.

Buscou-se reunir dados que apresentassem como se desenvolve o trabalho realizado pelas secretarias municipais em relação a educação especial, considerando o objetivo do CONDESB e da Câmara Temática da Educação que é trabalhar em sistema integrado com os municípios, visando o fortalecimento do ensino, e, também, diminuir e solucionar os problemas de natureza comum, respeitando a realidade local. Considerou-se a educação especial, voltada ao atendimento de pessoas com deficiências, sempre na perspectiva de minorar e respeitar as diferenças como relevante para o atendimento das crianças e jovens.

Após a promulgação de várias legislações e de acordos em Convenções, dentre elas a Convenção de Salamanca (1994) que destacou a importância da inserção das pessoas com deficiências em escolas de ensino regular, o sistema educacional brasileiro iniciou uma trajetória de mudanças significativas em favor da inclusão;

As mudanças implementadas ainda causam uma certa tensão, seja por parte das escolas que muitas vezes não se sentem preparadas para atender as políticas que vêm sendo implementadas, considerando as especificidades necessárias, seja também pelos professores que, muitas vezes, sem formação adequada, sentem-se inseguros.

Os resultados obtidos nesta pesquisa, exigem, ainda, uma reflexão quanto às fragilidades na implementação das políticas públicas voltadas ao atendimento da educação especial, presentes nos municípios participantes, tendo em vista a pouca representatividade, dos municípios, nas reuniões da Câmara Temática da Educação, onde o tema “educação especial”, despontou nas atas das reuniões de maneira fragmentada, sem continuidade e sem conclusão.

Sabe-se, também que o processo para a implementação de políticas públicas empreende compromisso por parte de todos os envolvidos e, também, a garantia de liberação de recursos financeiros e humanos.

As ações apresentadas pelas secretarias da educação evidenciam a ausência de um trabalho educacional regional, principalmente quando se trata de educação especial/inclusiva.

A dificuldade em trabalhar com as mudanças necessárias na área da educação especial é sentida, ainda nos dias de hoje, haja vista o apontamento de alguns municípios, sobre a necessidade em se promover cursos e formações constantes, nesta área, além da ampliação das equipes multidisciplinares para o atendimento em salas regulares de ensino.

Os municípios também concordam que há necessidade em equipar espaços físico, adequadamente, para garantir a acessibilidade às pessoas com deficiência. Para se concretizar a educação inclusiva com qualidade os municípios têm recorrido a projetos e aplicação de recursos próprios dos governos estadual e federal, para equipar as salas de atendimento educacional especializado, como investimento.

Neste sentido, o Programa Dinheiro Direto na Escola, tem contribuído sobre a execução dos recursos financeiros inclusive assegurando que sejam destinados à promoção da acessibilidade e inclusão escolar de estudantes público-alvo da educação especial em classes comuns do ensino regular, em seu art.2º:

Art. 2º Os recursos financeiros de que trata o caput do artigo anterior serão destinados à promoção da acessibilidade e inclusão escolar de estudantes público-alvo da educação especial em classes comuns do ensino regular, devendo ser empregados na aquisição de: I – materiais e bens e/ou contratação de serviços para construção e adequação de rampas, alargamento de portas e passagens, instalação de corrimão, construção e adequação de sanitários para acessibilidade e colocação de sinalização visual, tátil e sonora; II – cadeiras de rodas, bebedouros acessíveis e mobiliário acessíveis; e III – outros produtos de alta tecnologia assistiva.

A meta da inclusão é não deixar ninguém fora do sistema escolar e para tanto, não só as escolas terão que se adequar para atender essas pessoas de modo a suprir suas dificuldades sem nenhum tipo de discriminação, mas também os profissionais envolvidos neste processo.

Alves, (2009, p.37) cita:

O importante não é só capacitar o professor, mas também toda a equipe de funcionários dessa escola, já que o indivíduo não estará apenas dentro da sala de aula. [...] Alguém tem por obrigação treinar estes profissionais. Não adianta cobrar sem dar subsídios suficientes para uma boa adaptação deste indivíduo na escola. Esta preparação, com todos os profissionais serve para promover o progresso no sentido do estabelecimento de escolas inclusivas.

Ainda há que se acrescentar que, no momento em que tudo parecia caminhar no sentido de promover a inclusão nas escolas regulares, é editado em 30 de setembro de 2020, o Decreto nº10.502 que instituiu a “Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida”. Essa publicação causou inquietação nos municípios, como também, diferentes formas de interpretação.

Alguns municípios se posicionaram contrários a mudar o atendimento oferecido na rede de ensino, por terem obtido resultados positivos, até a presente data, com os projetos já desenvolvidos. Outros concordaram, em parte, com o teor do decreto, desde que algumas adaptações possam ser feitas, considerando as realidades locais.

Várias manifestações surgiram a respeito do teor do referido Decreto.

A Associação Brasileira de Saúde Coletiva – ABRASCO, publicou em seu site oficial, uma nota de repúdio ao referido Decreto, expressando entre vários pontos que:

A presente política, instituída pelo Decreto nº 10502/2020, viola um direito humano da pessoa com deficiência assegurado constitucionalmente, quando viabiliza e legitima formatos educacionais na contramão das práticas inclusivas, corroborando para a segregação de tais sujeitos. Ao localizar no pressuposto da inclusão ou na “insuficiência da escola” a justificativa para não garantir o direito à convivência entre as diferenças, o presente decreto estigmatiza, exclui e segrega as pessoas com deficiência.

A Campanha Nacional pelo Direito à Educação (2020), enfoca que o atual decreto [...] “desonra, descumpre e ignora compromissos internacionais de que o país é signatário de documentos que pugnam pela inclusão, incondicionalmente”.

Romeu Kazumi Sasaki (2020), consultor de inclusão social, membro da Associação Nacional do Emprego Apoiado, publicou uma análise do Decreto nº10.502/2020, na Revista Reação, cita que:

Esse decreto contém medidas retrocessivas, pois retornam a um período anterior a 1994 (época da aprovação da Declaração de Salamanca, que oficializou a adoção de sistema educacional inclusivo, escolas inclusivas para alunos com e sem deficiência). Nessa trajetória de volta ao passado, as medidas atropelaram a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (que foi incorporada à Constituição Federal em 2008) e também a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (que entrou em vigor em 2016) (SASSAKI, 2020, s/p).

Andressa Pellanda (2020) coordenadora geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, publicou em site oficial que:

1. que o Estado brasileiro qualifique a oferta para que ninguém seja excluído, de acordo com as convenções e tratados internacionais dos quais é signatário e também em consonância com os preceitos constitucionais;
2. a aprovação, na Lei de regulamentação do Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), prazo para que as instituições filantrópicas encerrem suas atividades substitutivas à escolarização e passem a atuar como apoio às escolas comuns, dentro da perspectiva inclusiva; e
3. a revogação por inconstitucionalidade do Decreto por ofertar escolas segregadas, exclusivas.

Diante dessas inquietações, o que se propõe é que esse decreto seja amplamente discutido com pesquisadores da área e representantes das secretarias municipais de educação da RMBS. Estudos e discussão com uma agenda de reuniões a serem realizadas *online*, para garantir a representatividade de cada município. Conforme já se constatou, nas últimas reuniões realizadas *online* pela Câmara de Educação, devido ao período pandêmico, a representatividade alcançou os 100%.

Um estudo aprofundado, poderá definir a necessidade de mudanças e aperfeiçoamento dos projetos em andamento, em uma conotação realista. Não há como se editar decretos sem que os pesquisadores dessa temática sejam ouvidos, a pesquisa representa a ciência da qual não se pode abdicar.

Outro ponto que a considerar é o papel das universidades da região, na promoção de um trabalho voltado para a educação especial, envolvendo palestras e mesas redondas sobre o trabalho realizado nos municípios com a participação de pesquisadores e representantes das secretarias municipais.

Com o aporte das investigações, pode-se afirmar que na Região Metropolitana da Baixada Santista, cada município tem se organizado para atender as carências próprias, assumindo a responsabilidade pela implementação de ações locais, que contribuam, efetivamente, para a inclusão de pessoas com deficiências, em escolas de ensino regular, sempre tendo como finalidade, o respeito e o atendimento às especificidades, dessas pessoas, mas que distante dos objetivos da Região Metropolitana da Baixada Santista, ainda não se articulam em políticas regionais.

PRODUTO FINAL



**MESTRADO PROFISSIONAL
PRÁTICAS DOCENTES NO ENSINO FUNDAMENTAL**

2021

**“INCLUSÃO E EXCLUSÃO:
A EDUCAÇÃO ESPECIAL E A ESCOLA”.**

**Lucia Helena Carvalho
Gonzalez**

ENCAMINHAMENTO DE CARTA ABERTA

Como produto final foi elaborada uma “Carta Aberta”, por se tratar de um documento que encaminha opiniões e argumentos para serem apreciados com proposta de encaminhamento à Câmara Temática de Educação do CONDESB e às secretarias municipais de educação participantes da pesquisa.

Leite (2014, p.78) nos diz que “mais do que qualquer outro gênero, a Carta Aberta procura dialogar e interagir com o leitor, que pode ser uma autoridade, uma comunidade ou um determinado indivíduo”.

“CARTA ABERTA À CÂMARA TEMÁTICA DE EDUCAÇÃO DO CONDESB E ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DA BAIXADA SANTISTA E PARTICIPANTES DA PESQUISA REALIZADA”

Santos, 20 de fevereiro de 2021.

A Universidade Metropolitana de Santos - UNIMES, sob a coordenação da Prof.^a Dra. Elisabeth dos Santos Tavares, realizou um Projeto de Pesquisa no Programa de Mestrado Profissional em Práticas Docentes no Ensino Fundamental, sob o título “Políticas Públicas na Educação Especial na Região Metropolitana da Baixada Santista – dos documentos oficiais às realidades locais”, desenvolvido pela mestranda Lucia Helena Carvalho Gonzalez.

Essa pesquisa teve como objetivo destacar não só a temática que se aborda, mas, também, o caráter que se quer dar à relevância da criação de uma região metropolitana que tem como objetivo a adoção de políticas regionais como forma de melhor implementar políticas públicas contemporâneas.

O que se buscou com esta pesquisa foi a análise do processo de implementação das políticas públicas de educação especial, nos nove municípios que constituem a Região Metropolitana da Baixada Santista – RMBS (Bertioga, Guarujá, Cubatão, Santos, São Vicente, Praia Grande, Mongaguá, Itanhaém e Peruíbe).

Investigamos o histórico da RMBS, contextualizando os seus objetivos em relação ao atendimento educacional e sobre as discussões de temáticas com as ações, efetivamente, implementadas na região.

Pesquisamos junto a Câmara de Educação do CONDESB da RMBS e, convidamos as secretarias municipais de educação da região a responder um questionário para conhecer as políticas públicas implementadas para a educação especial, assim como os projetos desenvolvidos para atender as pessoas com deficiências inclusos em escolas regulares.

A pesquisa identificou como ocorre a implementação das políticas públicas, em cada município e, como cada um se organiza para atender as suas especificidades, proporcionando ao público-alvo da educação especial uma educação diferenciada de caráter inclusivo. As secretarias que participaram da pesquisa, citaram, a Declaração de Salamanca (1994) como sendo a abertura de novos caminhos para a educação inclusiva. Esse documento declara que:

[...] constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias, criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso tais escolas proveem uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência, em última estância o custo da eficácia de todo o sistema educacional.

Ao analisar os dados contidos nas atas da Agência Metropolitana/ Câmara Temática da Educação e o questionário aplicado junto às secretarias de educação da Região Metropolitana da Baixada Santista sob à ótica de um pesquisador, indicamos como produto final uma “Carta Aberta” para a Câmara Temática da Agência Metropolitana e secretarias de educação da Região Metropolitana Da Baixada Santista, considerando a adoção de algumas medidas a seguir, com vistas a fortalecer a promoção de políticas públicas e ações eficazes na consolidação da Educação Especial, como promotora de condições de igualdade a todos os alunos.

Consideramos, ainda, como sugestão das secretarias que seja realizada uma organização periódica, de encontros, com os responsáveis da educação especial dos municípios da RMBS e especialistas e pesquisadores da área.

Nosso respeito e consideração.

Lucia Helena Carvalho Gonzalez – Mestranda.

Prof.^a Dr.^a Elisabeth dos Santos Tavares – Orientadora.

SEMINÁRIO

No transcorrer da presente pesquisa, uma das colaborações apresentadas nas entrevistas com as secretarias municipais de educação da RMBS, foi incorporada para a elaboração do produto final que se segue. Logo, consolidamos a proposta de realização de um seminário anual de fomento às políticas públicas e ações no âmbito da educação especial. A organização e realização dar-se-ão por meio do uso de ferramentas digitais de comunicação à distância, no caso, conferências *on-line*, com convites de participação aos membros dos municípios integrantes da RMBS e representantes da Câmara Temática da Educação.

Propusemos essa indicação para a ponderação de sua aplicabilidade na efetivação de uma educação inclusiva de qualidade para todos, dentro dos pressupostos da Câmara Temática da Educação que é trabalhar em sistema integrado com os municípios para o fortalecimento do ensino na região e, também, para minimizar e encontrar soluções para os problemas de natureza comum, considerando a realidade local.

O uso da ferramenta digital de comunicação à distância (*on-line*), talvez seja capaz de reunir todos os membros dos municípios integrantes da RMBS, fazendo com que a Câmara Temática da Educação cumpra a sua função social de maneira efetiva.

A Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2018, p.9) em sua competência geral nº 5 destaca que:

Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

Os encontros presenciais, conforme consulta em atas oficiais, apontaram um índice bem elevado de ausências. Sendo assim, com o uso dessa ferramenta espera-se envolver um número significativo de participantes que possa colaborar com o aprimoramento da educação especial, na RMBS.

No seminário virtual, discutir-se-ão temas que contribuam para o aprimoramento das ações e políticas públicas aplicadas à educação especial, especialmente na RMBS.

É de grande valia a parceria com universidades locais que possam contribuir

com a divulgação da realidade da educação especial/inclusiva, na região em tela e, assim, aprimorar o trabalho desenvolvido nos cursos de formação superior para que as escolas tenham profissionais preparados em aplicar estratégias de inclusão eficientes, tornando a escola de ensino regular, um ambiente acolhedor na educação especial.

A política da inclusão dos alunos na rede regular de ensino que apresentam necessidades educacionais especiais, não consiste somente na permanência física desses alunos, mas o propósito de rever concepções e paradigmas, respeitando e valorizando a diversidade desses alunos, exigindo assim que a escola defina a responsabilidade criando espaços inclusivos. Dessa forma, a inclusão significa que não é o aluno que se molda ou se adapta à escola, mas a escola consciente de sua função coloca-se a disposição do aluno (CARVALHO, 2006, p. 23).

Ao proclamar que a educação é para todos, a escola assume o papel de garantir uma aprendizagem de qualidade, sem distinção. Todos têm direito em permanecer na escola, tendo garantida a participação mediante a novas práticas pedagógicas. Essas práticas envolvem, principalmente, a capacitação dos docentes e o conhecimento dos alunos, em suas diferenças, estimulando-os por meio de atividades desafiadoras.

Garcia (2004), nos fala que a inclusão:

[...] consiste na relação travada em contexto histórico-social, por sujeitos sociais, ou seja, uma prática complexa e contraditória, com sentido de luta, de embate, que convive necessariamente com seu contrário – a exclusão –, mas que se estabelece na direção de questionar e superar práticas sociais baseadas na desigualdade (GARCIA, 2004b, p. 2).

O seminário contribuirá para a reflexão e discussão de temas que ampliarão o cenário da educação especial/inclusiva, na região. Irá fortalecer e ampliar as ações desenvolvidas no campo de atuação da RMBS, abordando temas que remetam ao aprimoramento da educação especial/inclusiva, no âmbito regional.

O seminário se destina a oferecer aos participantes momentos de reflexão e socialização das ações que fortaleçam o trabalho desenvolvido na educação especial/inclusiva, nos municípios da RMBS. Os temas iniciais presentes no cronograma anexo, foram considerados a partir da presente pesquisa. A proposta é que, com base na realização do primeiro seminário, os temas sejam determinados a

partir do interesse de cada município, considerando a diversidade do trabalho realizado na área da educação especial/inclusiva.

O seminário será realizado, anualmente, por organização da Universidade Metropolitana de Santos – UNIMES, em período noturno, destinados a profissionais da educação, convidando os representantes da Câmara Temática da Educação, os representantes das secretarias municipais da educação, da RMBS para discussões em formato de mesa redonda.

O modo *on-line* facilitará a participação dos convidados, haja vista o desenho geográfico que distancia os municípios.

A diversidade de temas será pontuada de modo a dar continuidade e fechamento das ações propostas, por meio de metas selecionadas, previamente, conforme cronograma a seguir.

Título do Seminário “Inclusão e Exclusão: A educação especial e a escola”.

Objetivo Geral

Proporcionar momentos para reflexão e discussão sobre documentos relacionados às pessoas com deficiência no Brasil, fortalecendo e ampliando as ações desenvolvidas na RMBS.

Objetivos Específicos

- Refletir, a partir de referenciais teóricos da educação especial inclusiva os conceitos de inclusão como direito, relacionando-os com a consolidação dos direitos das pessoas com deficiência e, também, os conceitos de inclusão e exclusão, como antagônicos num processo tensionado;
- Contribuir para a (re)significação da compreensão do que se entende por inclusão escolar e, para se repensar a maneira como historicamente a escola vem lidando com as pessoas com deficiências.

Carga Horária

Em período noturno com duração de 4 horas.

Metodologia

Exposição verbal dialógica.

Apresentação

Abertura: Prof.^a Dr.^a Elisabeth dos Santos Tavares

- 1) Relato de uma pesquisa na Região Metropolitana da Baixada Santista – RMBS.
Ementa: A relevância da criação de uma região metropolitana no contexto da implementação de políticas públicas da educação especial para o fortalecimento da educação a nível regional.
- 2) As contradições e marcas presentes no processo de inclusão na escola.
Ementa: Discussão de conceitos pré-estabelecidos que excluem a criança no processo de inclusão. A importância em estabelecer pontos relevantes `condição de cada ser com deficiência para praticar, realmente, a inclusão.
- 3) Afetividade e relações esperançosas e de amorosidade na Educação Inclusiva.
Ementa: Como a afetividade pode contribuir nas relações família x escola, professor x aluno na qualidade da aprendizagem, promovendo a inclusão sem barreiras. O professor afetivo se torna mediador no processo de aprendizagem.
- 4) Transtornos Invasivos do Desenvolvimento e Inclusão.
Ementa: Os desafios para incluir alunos com transtornos invasivos na escola de ensino regular. O papel ativo da escola e família no envolvimento com a aprendizagem. Ações reflexivas são importantes para atingir a diversidade e praticar a inclusão.
- 5) A deficiência visual e a educação inclusiva.
Ementa: O sistema BRAILLE como facilitador na leitura e escrita de pessoas com deficiência visual, incluindo essas pessoas na sociedade, proporcionando o desenvolvimento social e acadêmico. A oferta de cursos de capacitação para professores e funcionários da escola para o ensino/aprendizagem dessas pessoas.
- 6) Formação Docente e Educação Inclusiva.
Ementa: A formação docente na perspectiva da educação inclusiva visando o alcance de uma educação de qualidade. O olhar diferenciado para as competências dos alunos como ponto de partida para o trabalho pedagógico, respeitando os diversos ritmos de aprendizagem.

Público-alvo

Representantes da Câmara Temática da Educação e secretarias da educação da RMBS, educadores, alunos do curso de Pedagogia e demais interessados.

O seminário constituirá um espaço de sociabilização de práticas educativas focadas nas políticas públicas, aprimorando o compromisso político em defesa de uma “Educação para Todos”.

REFERÊNCIAS

- ABRASCO. Associação Brasileira de Saúde Coletiva. **Nota de repúdio ao Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020:** que institui a Política Nacional de Educação Especial. Disponível em <<https://www.abrasco.org.br/site/noticias/nota-de-repudio-ao-decreto-no-10-502-de-30-de-setembro-de-2020-que-institui-a-politica-nacional-de-educacao>> acesso em 12/02/2021.
- ADORNO, S. **Desigualdade Social.** IN: José Tadeu Arantes. Agencia.fapesp.br/desigualdadesocial-toma-o-combate-a-covid19-ainda-mais. Acesso em 16/04/2020.
- AGEM, Agência Metropolitana da Baixada Santista. **Dados e atas das reuniões da Câmara Temática.** Disponível em: <www.agem.sp.gov.br> acesso em 09/06/2020.
- ALVES, F. **Inclusão:** Muitos olhares, vários caminhos e um grande desafio. Vol.4. RJ, Wak Editora, 2009.
- ANTIPOFF, H. **Sua vida sua Obra,** Rio de Janeiro, José Olympo, 1975.
- ARANHA, M. L. A. **História da Educação,** São Paulo, Editora Moderna, 1989.
- BARRETO, et al. **A formação de professores e os moldes das políticas públicas atuais de educação especial/inclusão escolar no Espírito Santo,** Vitória/ES. EDUFES, 2013.
- BERTIOGA. Prefeitura do Município. **Dados histórico-geográficos do município.** Disponível em: <www.bertioga.sp.gov.br> acesso em 09/06/2020.
- BOOTH, T.; AINSCOW, M. **Desenvolvendo a aprendizagem e a participação na escola.** 2a. Edição. Edição: UNESCO/CSIE. Tradução: Monica Pereira dos Santos.
- BORGES, M. C.; PEREIRA, H. O. S.; AQUINO, O. F. **Inclusão versus integração:** a problemática das políticas e da formação docente. Revista Ibero-americana de Educação, nº 59/3, p. 1-11, 2012.
- BRABO, G. M. B. **A formação docente inicial na perspectiva da educação inclusiva:** Com a palavra o professor formador. 37ª Edição Nacional da ANPED – UFSC, Florianópolis/SC, 2015.
- BRASIL. **Constituição Federal 1988.** Brasília: Senado, 1988.
- BRASIL. Lei nº 9394/06. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** In: Diário Oficial da União, nº248,23/12/1996.
- BRASIL. **Orientações para implementação da Política da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília, 2015.
- BRASIL/MEC/CENESP. **Diretrizes Básicas para a ação do Centro Nacional de Educação Especial.** Brasília, 1974.
- CARTOLANO, M. T. P. **Formação do educador no curso de pedagogia.** A educação especial. Caderno Cedes, Campinas, v.19, nº46, set.1998.
- CARVALHO, R. E. **Educação Inclusiva com os pingos nos “is”.** 12ª edição, Porto Alegre: Mediação, 2018, p. 125.

CASASSUS, J. **Descentralización de la gestión a las escuelas y calidad de la educación: mitos o realidades?** In GÓMEZ, A. S. [et al]; COSTA, V. L. C. (org.). *Descentralização da educação: novas formas da coordenação e financiamento*. São Paulo: FUNDAP/Cortez. p.13-30, 1999.

CASASSUS, J. **Marcos conceptuales para el análisis de los cambios en la gestión de los sistemas educativos**. [Presentado no Seminário Internacional de Reformas de la Gestión de los Sistemas Educativos en la Década de los Noventa, Santiago, Chile, 13 e 14 de noviembre], 1997.

CNDE. Campanha Nacional pelo Direito à Educação. **Carta à Sociedade Brasileira pelo Decreto Nº 10.502/2020 que institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida**. Disponível em <<https://campanha.org.br/noticias/2020/10/02/cartaasociedadebrasileiradecreton105022020queinstituiapoliticanacionaldeeducacaoespecialquitativainclusivaecomaprendizado-ao-longo-da-vida>> acesso em 12/02/2021.

CONTEMPORARTES, Revista de Difusão Cultural. **Educação in-exclusiva e direitos: o que dizem os coletivos sobre o decreto 10.502/2020**. Disponível em <<https://revistacontemporartes.com.br/2020/10/10/educacao-in-exclusiva-e-direitos-o-que-dizem-os-coletivos-sobre-o-decreto-10-502-2020>> acesso em 12/02/2021.

CUBATÃO. Prefeitura do Município. **Dados histórico-geográficos do município**. Disponível em: <www.camaracubatao.sp.gov.br> acesso em 09/06/2020.

CUNHA, B. B. B. **Classes de Educação Especial para deficientes Mentais: Intenção e Realidade**, dissertação de mestrado, São Paulo, Universidade de São Paulo. 1988.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. **Seção 1: 07/07/1973, p.6426** (publicação Original).

DIAS, R.; MATOS, F. **Políticas Públicas- Princípios, Propósitos e Processos**. São Paulo: Atlas, 2012.

FERREIRA, J. R.; GALT, R. **Reformas Educacionais pós LDB: a inclusão do aluno com necessidades especiais no contexto da municipalização**. p.372-390. Rio de Janeiro, 2003.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GARCIA, R. M. C. **Discursos Políticos sobre Inclusão: Questões para as Políticas Públicas de Educação Especial no Brasil**. GT: Educação Especial nº15-UFSC.

GLAT, R.; NOGUEIRA, M. L. L. **Políticas educacionais e a formação de professores para a educação inclusiva no Brasil**. In: Revista Integração. Brasília. Ministério da Educação, ano 14, nº24, 2002.

GUARUJÁ. Prefeitura do Município. **Dados histórico-geográficos do município**. Disponível em: <www.guarujá.sp.gov.br> acesso em 09/06/2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Dados populacionais dos municípios**. Disponível em: <www.cidades.ibge.gov.br> acesso em 09/06/2020.

ITANHAÉM. Prefeitura do Município. **Dados histórico-geográficos do município**. Disponível em: <www.itanhaem.sp.gov.br> acesso em 09/06/2020.

JANNUZZI, G. M. A. **A luta pela Educação do Deficiente Mental no Brasil**, 2ª ed., Campinas, Autores Associados, 1992.

JANUZZI, G. M. A. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI.** Campinas: Autores Associados, 2004.

LAKATOS, E. M. MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da Metodologia Científica.** 6ªed.São Paulo.Atlas.2005

LEITE, A. M. C. **Cadeias referenciais em textos do gênero Carta Aberta: um projeto didático para a educação de jovens e adultos.** Tese de Doutorado. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

MAGALHÃES, B. **Tratamento e educação das crianças anormais de inteligência: contribuição para o estudo desse complexo problema científico e social, cuja solução urgentemente reclamam – a bem da infância de agora e de gerações porvindouras.** 1913.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar de deficientes mentais: Formação de professores.** IN: Integração de pessoas com deficiência-Contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo, Memmon,1997.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2006.

MANTOAN, M. T. E. **O direito à diferença na escola.** Pátio-revista pedagógica. Ano VII,nº32, nov.2004 – jan.2005. Porto Alegre, Artmed,2004,p.12-15.

MARTINS, L. A. R. **Reflexões sobre a formação de professores com vistas à educação inclusiva.** Salvador: EDUFBA, 2012.

MAZZOTTA, M. J. S. **História da Educação Especial no Brasil,** em: Temas em Educação Especial, São Carlos, Universidade Federal de São Carlos, vol.1,pp.106-107. 1990.

MEC. Ministério da Educação. **Declaração de Salamanca.** Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> acesso em 12/02/2021.

MEC. Ministério da Educação. Edital nº01 de 26 de abril de 2007. **Programa de Implantações Salas de Recursos Multifuncionais.** Secretaria da Educação. portal.mec.gov.br – Acesso em 16/06/2020.

MEC. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Inclusão.** 2008. portal.mec.gov.br – Acesso em 16/06/2020.

MEC. Ministério da Educação. **Programa Dinheiro Direto na Escola.** Disponível em <<https://www.fnde.gov.br/index.php/acesoinformacao/institucional/legislacao/item/4544-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-18>> acesso em 12/02/2021.

MEC. Secretaria de **Educação Especial (SEESP).** **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC/SEESP, 2008.

MEDEIROS, M. I. O. **A contribuição do psicopedagogo à educação inclusiva.** Revista Brasileira de Educação e Saúde, v.1, nº1,p.28,2013.

MENDES, E. G. **Desafios atuais na formação do professor de educação especial.** IN: Revista Integração. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial, ano 14,nº24,2002.

MENDES, E. G. **Perspectivas para a construção da escola inclusiva no Brasil.** In: PALHARES, M. ; MARINS, S. (org.) Escola Inclusiva. São Carlos: EdUFSCar, p. 61-85, 2002 a.

MICHELS, M. H. **Caminhos da exclusão: a política para a educação e a educação especial nos anos de 1990**, Ponto de Vista – revista de educação e processos inclusivos, Florianópolis, 2002, vol. num.3-4, pp 73-83.

MONGAGUÁ. Prefeitura do Município. **Dados histórico-geográficos do município**. Disponível em: <www.mongagua.sp.gov.br> acesso em 09/06/2020.

MORAES, R. A.; PEREIRA, E. W. **A política de educação a distância no Brasil e os desafios na formação de professores na educação superior**. 2009, p.65.

MORÁN. J. **Mudando a educação com metodologias ativas**. In: SOUZA, C. A.; MORALES, O. E. T. (Orgs). Coleção Mídias Contemporâneas. Convergências Mediáticas, Educação e Cidadania: aproximações jovens. Vol.II.PG Foca, Foto. Proex/UEPG, 2015.

NÓVOA, A. **Formação de professores e profissão docente**. 2. ed. Portugal: Publicações Dom Quixote, 1995.

NUNES, L. R. D. P.; JR. F. **Deficiência Mental: O que as pesquisas têm revelado**, em: Tendências e Desafios da Educação Especial, Brasília, Ministério da Educação e Desporto, Secretaria da Educação Especial, 1994.

OMOTE, S. A. **A formação do professor da educação especial na perspectiva da inclusão**. IN: BARBOSA, Raquel L. (ORG) Formação de Educadores: desafios e perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

PEREIRA, J. A. **Presidente da APAE-Ibiporã faz balanço**, Mensagem da APAE, num.44 pp.38-42. 1986.

PERUÍBE. Prefeitura do Município. **Dados histórico-geográficos do município**. Disponível em: <www.peruibe.com> acesso em 09/06/2020.

PRAIA GRANDE. Prefeitura do Município. **Dados histórico-geográficos do município**. Disponível em: <www.praia grande.sp.gov.br> acesso em 09/06/2020.

REIS. M. **Política Pública, Diversidade e Formação Docente: uma interface possível**. 2013.f.278. Tese Doutorado em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento. Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento, Instituto de Economia UFRJ, Rio de Janeiro, 2013.

SANTOS. In: **Nova Enciclopédia Barsa: Macropédia**, São Paulo. Enciclopédia do Brasil Publicações, 1998.V.13 p.101.

SANTOS. Prefeitura do Município. **Dados histórico-geográficos do município**. Disponível em: <www.santos.sp.gov.br> acesso em 09/06/2020.

SASSAKI, R. **Diversidade, Inclusão e Integração**. TV Câmara São Paulo, 2017.

SASSAKI, R. **Inclusão ou desinclusão? Uma análise do Decreto 10.502/2020**. Revista Nacional de Reabilitação. Disponível em <<https://revistareacao.com.br/inclusao-ou-desinclusao-uma-analise-do-decreto-10-502-2020/>> acesso em 12/02/2021.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 3. ed. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SERRA, D. **Inclusão e ambiente escolar**. IN: Monica Pereira Santos; Marcos Moreira. Inclusão em Educação:culturas,políticas e práticas. 2ªed. São Paulo, Cortez,2008.

SILVA, W. S.; FERNANDES, M. A. V. **Estrutura e funcionamento da educação básica.** São Paulo: Editora Sol, 2011.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão: um guia para educador.** Porto Alegre: Artmed, 1999.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional.** 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

TAVARES, E. S. **A Proposta de Descentralização no Sistema Educativo do Estado de São Paulo: Um Modelo de Gestão para as Diretorias de Ensino: do Discurso às Práticas.** Dissertação apresentada na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, no Programa de Pós-Graduação em Educação: Currículo, 2003. São Paulo.

TEIXEIRA, A. S. **Educação é um direito,** São Paulo, Companhia Nacional. 1968

UNISANTOS. **Políticas Públicas e Programas Municipais para a Inclusão Escolar de Pessoas com Deficiência na Região Metropolitana da Baixada Santista.** 2016. Disponível em <<https://biblioteca.unisantos.br>>.

VEIGA, I. P. A.; RESENDE, L. M. G. **Escola: espaço do Projeto Político Pedagógico.** São Paulo: Ed. Papyrus, 2003

VIANA, M. A. **Navegando pelas ondas do desenvolvimento: Baixada Santista em busca de um porto seguro.** Desenvolvimento, Metropolização e os (des)compassos da gestão urbana regional em múltiplos olhares sociais. 2010. p. 439 Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010.

XAVIER, A. G. P. **Ética, técnica e política: a competência docente na proposta inclusiva.** In: Revista Integração, ano 14, no 24. Brasília: Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Especial, 2002.

ZEPPONE, R. M. A. **A conferência mundial de educação para todos e a declaração de Salamanca: alguns apontamentos.** Revista Educação Especial, v. 24 n.41. 2011. Disponível em <<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/3558>>.

APÊNDICES

APÊNDICE 1. Questionário aplicado aos responsáveis por Educação Especial nas Secretarias Municipais de Educação nos municípios integrantes da RMBS.

Este é um convite para você preencher o questionário do Projeto de Pesquisa:

POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA REGIÃO METROPOLITANA DA BAIXADA SANTISTA – DOS DOCUMENTOS OFICIAIS AS REALIDADES LOCAIS

A Universidade Metropolitana de Santos – UNIMES, sob a coordenação da Prof.^a Dr.^a Elisabeth dos Santos Tavares, está realizando um Projeto de Pesquisa no Programa de Mestrado Profissional em “Práticas Docentes no Ensino Fundamental”, sob o título “Políticas Públicas na Educação Especial na Região Metropolitana da Baixada Santista – dos documentos oficiais às realidades locais”, desenvolvido pela mestranda Lucia Helena Carvalho Gonzalez.

Este questionário enquadra-se no âmbito da dissertação da referida pesquisa, onde os resultados obtidos serão utilizados apenas para fins acadêmicos. O questionário é anônimo, não devendo, portanto, conter qualquer identificação pessoal, apenas a identificação do município. Por esta razão, solicita-se que se responda de forma espontânea e verdadeira.

Agradecemos a colaboração de todos.

- 1- A Secretaria Municipal de Educação entende ser relevante a adoção de uma política para inclusão de alunos com deficiência nas suas escolas?
 Sim. Como isso se dá?
 Não. Justifique por quê.

- 2- A política ou projetos desenvolvidos tiveram como referência diretrizes emanadas por:
 MEC
 ONGS
 Próprias

SEDUC

Outras.

Você pode assinalar mais do que uma alternativa.

3- Quando foram implantadas ações para o atendimento aos alunos no seu município?

Antes de 2000

Aproximadamente desde 2000

Aproximadamente desde 2005

Aproximadamente desde 2010

Aproximadamente desde 2015

Depois de 2015

Ainda não foram implementadas.

4- A Região Metropolitana da Baixada Santista – RMBS, segundo documentos oficiais, trabalha em sistema integrado com os municípios para o fortalecimento do ensino na região e, também, para encontrar soluções para problemas de natureza comum, considerando a realidade local. Seu município desenvolve ações pró inclusão de pessoas com deficiência com outras secretarias, de outros municípios da RMBS?

Sim. Quais ações/projetos?

Não.

5- Existe uma Câmara Temática da Educação, da Região Metropolitana da Baixada Santista para a implementação de políticas públicas em educação. A sua secretaria já recebeu alguma orientação para atendimento e aplicação das políticas públicas da Educação Especial, em seu município?

Sim

Não.

6- A Secretaria Municipal de Educação desenvolve projetos próprios para atender educação especial inclusiva?

Sim. Quais? Especifique.

Não.

- 7- Quais os maiores sucessos no desenvolvimento para o atendimento ao público da educação em seu município? Cite 3 deles, se houver.
- 8- Quais as maiores dificuldades encontradas para o atendimento ao público da educação especial em seu município? Cite 3 delas, se houver.
- 9- Recentemente, foi editado o Decreto nº10.502/2020 que trata da “Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida”. Faça um comentário argumentativo a respeito.
- 10-A edição desse decreto provocou alguma orientação às escolas de seu município? Essa medida alterará o atendimento que, atualmente, é oferecido ao público-alvo da educação especial, em seu município? Explícite.
- 11- O município, ao prestar atendimento ao público da educação especial o faz com recursos próprios:
- () Físicos
 - () Humanos
 - () Materiais
 - () Recebe auxílio de recursos federais e/ou estaduais.
- 12- Você gostaria de acrescentar alguma questão que não lhe foi perguntada? A sua participação é muito importante para nós.

Agradecemos, mais uma vez a colaboração e nos comprometemos a encaminhar, ao término da nossa pesquisa, a dissertação de mestrado profissional para conhecimento de todos.

Santos, 18/11/2020.

Prof.^a Dr.^a Elisabeth dos Santos Tavares
Lucia Helena Carvalho Gonzalez.

ANEXOS

ANEXO 1. Levantamento das Atas da Câmara de Educação, organizadas pela AGEM

ANEXO 1.1 Atas da Câmara de Educação - 2015

Data da Pesquisa: 09/09/2020	
Data da reunião: 27/02/2015	
Coordenação:	Rubens Antônio Mandetta de Souza
Presentes	Representação
Rubens Antônio Mandetta de Souza	Secretaria de Estado da Educação
Maria Nazareth Guimarães Cardoso	Secretaria de Estado da Educação
Claudia Maximino Meirelles	PM Praia Grande
Irene Clementina M. Tupiná	PM Mongaguá
Fátima Miranda	PM Praia Grande
João Bosco Arantes Braga Guimarães	Secretaria de Estado da Educação
Enéas Machado	PM Santos
Arthur J.P. Torres	Cons. Estadual de Educação (Palestrante)
Robnson Germano	AGEM/CONDESB
Gilson Miguel	AGEM/CONDESB
Francisco Gomes da Costa Neto	AGEM
Ediméia Soares de Oliveira	PM São Vicente
Eduardo Mariño Rial	PM Mongaguá
Maria Olímpia A. Santos	PM Mongaguá
Rejane Maria Emilio	PM Guarujá
Soraya Rodrigues Sales	PM Itanhaém
Rachel Ma M. Ostrusta	PM Bertioga
Izabela Izar Melo	PM São Vicente
Ausentes	Representação

	Peruíbe, Itanhaém, Guarujá, Cubatão, Bertioga
	Estado: Meio Ambiente, Emprego e Relações do Trabalho
Assuntos Tratados	
Leitura e aprovação da ata da reunião anterior pelo coordenador da CT com a orientação de supressão da seguinte frase: "DISCUTINDO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA".	
Em seguida, o coordenador comunicou que o Diretor Executivo da AGEM solicitou que a Câmara Temática se ocupasse da discussão do Plano Municipal de Educação, enfatizando a necessidade das prefeituras da RMBS terem seus planos concluídos e, paralelamente, avançar "na ideia de um diagnóstico da Educação na região".	
Ato seguinte, o coordenador manifestou a disposição de fazer "uma reunião específica sobre o Plano Municipal de Educação" e apresentou o Dr. Artur Torres, advogado e assessor do Conselho Estadual de Educação e Avaliador Técnico do MEC, para fazer uma exposição sobre a situação atual dos planos de Educação dos municípios, do estado e do governo federal	
Depois de se colocar à disposição para prestar assessoria técnica para a adequação e ou elaboração dos planos municipais de educação, Artur explicou organograma e o funcionamento do Avaliador Técnico do MEC - que é responsável por 23 municípios, além da coordenadoria geral.	
Sobre os nove municípios da RMBS, informou que: 1) Um está sem informação, 2) Quatro estão com comissão técnica constituída, 3) Um único município está já com a lei sancionada e 4) Três estão com o projeto de lei elaborado. Apesar de não haver identificado os municípios, Artur garantiu que "Guarujá é a exceção. A maioria está na situação de "comissão constituída	
O Ministério Público tem cobrado o Plano Municipal. 7) O Plano Municipal é a grande oportunidade de expor as carências dos municípios, sendo extremamente realista e tomando cuidado com o diagnóstico que deve ser uma ferramenta de trabalho, de planejamento. A representante da Prefeitura de Mongaguá (Irene) afirmou que o município para defender a instalação de ensino técnico.	
O coordenador da Câmara Temática informou que várias cidades instituíram fundações municipais para assinarem convênios tanto com o governo estadual quanto com o federal para facilitar (agilizar) a instalação de ensino técnico. "Vamos tratar dessa questão aqui na CT, porque o Paula de Souza está no	

<p>seu limite com mais de 100 mil alunos. Vamos pensar em parcerias para os cursos de formação técnica", acrescentou.</p>
<p>O coordenador da CT propôs começar a trabalhar no Diagnóstico Regional em parceria com o governo do Estado, destacando as seguintes características regionais: 1) Devido a evasão turismo, nosso calendário deve ser diferente do restante do Estado. 2) Que uma fatia da nossa população tira a criança da escola para trabalhar. 3) Que a Federação prefere financiar curso superior do que investir no ensino básico. 4) Esta é a oportunidade de discutir a questão do regionalismo.</p>
<p>Encaminhamentos: Reservar espaço na próxima reunião da CT para discutir e atualizar as questões do Plano Municipal de Educação e do Diagnóstico Regional Solicitar, através da CT, um resumo da situação do Plano Municipal de Educação nos nove municípios da RMBS; iniciar discussões para viabilizar a "Semana da Educação".</p>
<p>Durante a reunião o coordenador deixou claro a importância do comparecimento e do comprometimento dos municípios nos trabalhos da CT para ter continuidade nas propostas. Criticou ainda o fato de que terceiros, não suplentes, supram a ausência dos titulares nas reuniões. Essa representação flutuante, segundo o coordenador, cria insegurança sobre se as discussões e posicionamentos da CT são levadas ao secretário ou até mesmo ao prefeito. Solicitou ainda que na lista de presença às reuniões da CT conste, além dos titulares, os suplentes.</p>
<p>Próximas reuniões: Implementando uma nova dinâmica às reuniões, o coordenador marcou, de comum acordo, a próxima reunião para 31 de março, às 10 horas, na sala 56, quando trará um especialista da Secretaria de Estado da Educação para fazer palestra sobre "Educação em Tempo Integral"</p>
<p>Para a reunião seguinte, 8 de maio, mesmo horário e local, trará um especialista sobre Educação Infantil, para falar sobre "Modelo de Gestão" e Questões pedagógicas"., quando também serão apresentadas as experiências sobre "Pedagogia e Cuidados" dos municípios de Santos, Praia Grande e São Vicente.</p>
<p>Não havendo mais nada a tratar foi encerrada às 13h10.</p>

Data da Pesquisa: 09/09/2020	
Data da reunião: 22/04/2015	
Coordenação:	Rubens Antônio Mandetta de Souza
Presentes	Representação
Rubens Antonio Mandetta de Souza	Secretaria de Estado da Educação
Maria Nazareth Guimarães Cardoso	Secretaria de Estado da Educação
Enéas Machado	PM Santos
Claudia Maximino Meirelles	PM Praia Grande
Vanessa Bernardi O. Riscifina	USP – SP Palestrante
Sonia C. D. Baptista	AGEM
Sandra Maria Navarro	PM Cubatão
Robson Germano	AGEM/CONDESB
Rejane Maria Emilio	PM Guarujá
Luciana Freitas Lemas Freitas	AGEM/CONDESB
Maria Júlia Machado Paes	PM São Vicente
Fátima C. Berne	PM São Vicente
Ausentes	Representação
	Municípios: Bertioga, Cubatão, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe e São Vicente
	Estado: Emprego e Rel. do Trabalho e Meio Ambiente
Assuntos Tratados	
Apresentação e proposta de curso de especialização de Gestão Escolar para gestores das Escolas de Ensino Infantil e Fundamental dos Municípios da Região Metropolitana da Baixada Santista, proferida pela Prof.a Dra. Vanessa Bernardini O. Riscifina, cujo conteúdo encontra-se anexo;	
A professora Vanessa explicitou sobre o “Programa de Especialização em Gestão da Rede Pública”, o qual é em cinco Módulos divididos da seguinte forma: Módulo I – 1) A educação no Brasil: acesso, permanência e qualidade; 2) Gestão Pública e de Instituições de ensino: conceitos e paradigmas; Módulo II – 3) Indicadores educacionais e a avaliação de instituições da rede pública de ensino; 4) O processo de Planejamento e Monitoramento aplicado na Gestão de Instituições e redes de ensino; Módulo III – 5) Liderança, Motivação e Gestão de equipes na Rede Pública; 6) Gestão de processos e	

<p>de projetos e métodos de tomada de decisão gerencial; Módulo IV – 7) Gestão participativa e relações com a comunidade; 8) Finanças, Orçamento e Transparência na Gestão da Educação Pública; Módulo TCC – Trabalho de Conclusão do Curso.</p>
<p>Foi ainda proposto que se verificasse uma forma que os valores do curso pudessem ser descontados em folha, diretamente no holerite do servidor educacional e, que isto fosse feito até o final do curso, todos os presentes concordaram com o projeto;</p>
<p>A Arquiteta da Agem Sânia propôs a participação do Sr. Francisco Felippelli, Secretário Executivo do Fundo Metropolitano da Baixada Santista, na próxima reunião para expor as orientações com referência a utilização dos recursos do FUNDO, o que foi aceito por todos os presentes;</p>
<p>Na próxima reunião será reservado espaço para que seja discutido o projeto em epígrafe, e serão debatidos os assuntos referentes ao projeto relacionados a creche e educação infantil; A pauta para a próxima reunião, dentre os assuntos supracitados serão debatidos: Gestão Direta do PP Municípios e Gestão Compartilhada com OS e OSCIP, Será convidado profissional da área de direito para falar sobre o Marco Regulatório, Gestão Compartilhada, Parcerias, Como a próxima reunião será executada em período integral, foi solicitado que na parte da tarde fosse aberto espaço para que todas as Secretarias falassem com que estão trabalhando;</p>
<p>Ficou estabelecido que a próxima reunião será dia 28/05/2015, onde também será apresentado o Plano Decenal de Educação – Plano Metropolitano, sendo que cada Secretaria Municipal fará sua apresentação;</p>
<p>Questão atendimento Cuidar e Educar – cada Município deve passar como estão fazendo este trabalho – colocando sua gestão e problemas/dificuldades/parte pedagógica, tópicos a serem abordados: 1) Formas de gestão – quais são as principais e quais as dificuldades e facilidades – panorama – qual a demanda de cada município; 2) Período de atendimento (integral ou parcial); 3) Profissionais (grau de formação); 4) Atividades desenvolvidas (criar e educar); As apresentações por município deverão ter a duração de no máximo 15 minutos por município.</p>
<p><input type="checkbox"/> Não havendo mais nada a tratar foi encerrada às 17h15.</p>
<p>Robnson Germano Secretário</p>

Data da Pesquisa: 09/09/2020	
Data da reunião: 28/05/2015	
Coordenação:	Rubens Antônio Mandetta de Souza
Presentes	Representação
Rubens Antonio Mandetta de Souza	Secretaria de Estado da Educação
João Bosco Arantes B. Guimarães	Sec. Educação
Enéas Machado	PM Santos
Claudia Maximino Meirelles	PM Praia Grande
Venúzia Fernandes do Nascimento	PM Santos
Eduardo Martins Teles de Aguiar	PM Peruíbe
Irene C. M. Tupiná	PM Mongaguá
Maria Nazareth Guimarães Cardoso	Secretaria de Estado da Educação
Edna da Silva Santos	Seduc PM Guarujá
Sandra Ap. Bueno Ribeiro	Seduc PM Guarujá
Cátia de Souza Silva	Seduc PM Guarujá
Rejane Maria Emília	Seduc PM Guarujá
Marli Reis Santos	Seduc PM Cubatão
Solange Maria de Oliveira Cruz	Seduc PM Cubatão
Fabiana Ribeiro de Moraes	Seduc PM Santos
Sandra Ap. de C.C. Brum	Seduc PM Guarujá
Maria Julia Machado Paes	Seduc PM São Vicente
Maria Verlânia Lopes Silva	Seduc PM São Vicente
Katia Elisa Gewehy Mendes	Seduc PM Peruíbe
Eliana S. C. Q. Aurélio	Seduc PM Peruíbe
Gabriela Moncayo	Seduc PM Peruíbe
Josana Campos Bastos	Seduc PM Itanhaém
Juvanete Silva Braga Alves	Seduc PM Itanhaém
Jaqueline Cabral Alves	Seduc PM Bertioga
Lucia Helena Carvalho Gonzalez	Seduc PM Bertioga
Simone Eleno de Oliveira	Seduc PM Cubatão
Rita de Cassia da Silva	Seduc PM Praia Grande
Adriano dos Santos Barreiros	Seduc PM Praia Grande
Ana Margarida M	Seduc PM Mongaguá

Suzana Kanno	Seduc PM Mongaguá
Ana Paula Barroso S. Cunha	Seduc PM Praia Grande
Sandra Ap. dos Santos	Seduc PM Praia Grande
Nanci Ananias Lúcio de Abreu	Seduc PM Santos
Lilian Rose de Barros	Seduc PM Santos
Cristiane Venâncio Bueno	Seduc PM Mongaguá
Ana Lucia Negrão Almeida	Seduc PM Mongaguá
Kátia Ramires	Seduc PM Santos
Marcos Ferreira de Oliveira	Seduc PM Bertioga
Ivan de Carvalho	Seduc PM Bertioga
Dr. Alexandre Massarana da Costa	Advogado SP (Palestrante)
Sandra Maria Navarro	Cubatão
Robnson Germano	Agem/Condesb
Fatima C. Berne	São Vicente
Ausentes	Representação
	Municípios: Bertioga, Cubatão, Itanhaém e São Vicente
	Estado: Estado: Emprego e Rel. do Trabalho e Meio Ambiente
Assuntos Tratados	
<p>O Fórum foi aberto pelo Senhor Coordenador da Câmara Temática de Educação, apresentando o novo Diretor Executivo da Agem o Senhor Hélio Hamilton Vieira Junior, o qual dando boas-vindas a todos, os parabenizou pela presença e iniciativa dos Municípios em reunirem-se para troca de ideias e apresentação do que cada um vem desenvolvendo em relação a aplicação de estudos e trabalhos na área de educação voltados a educação infantil;</p>	
<p>Após as apresentações iniciais o Coordenador deu por iniciado as apresentações dos trabalhos chamando o Dr. Alexandre Massarana, para proferir</p>	
<p>Palestra – Dr. Alexandre Massarana – “Gestão colaborativa com o 3º setor na área de Educação Pública, a qual teve os seguintes tópicos de abordagem:</p>	
<p>Definição: O que o Terceiro Setor envolve; Regime de Colaboração com o Terceiro Setor: Fala-se em regime público de colaboração quando o Primeiro Setor estabelece parcerias com o Terceiro Setor; Títulos/Certificações/Qualificações: as Empresas que prestam serviço de relevante interesse público recebem: Títulos de Utilidade Pública; Certificações de entidade beneficente de Assistência Social; Qualificações como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público; Vantagens das</p>	

modernas parcerias com Terceiro Setor: Parceiro público como agente regulador, controlador e fiscalizador; Parceira privada como executora ou operacionalizadora de serviços de relevância pública; Obrigação de formação e apresentação da prestação de contas; Possibilidade de exigência de contratação de serviços de auditoria independente; Flexibilidade e agilidade na contratação de obras e serviços; Formação de Comissão Avaliação Específica; Possibilidade de cessão do uso de bens e da cessão de agentes públicos; Ausência de computo das despesas com funcionários contratados; Previsão de indicadores e metas de desempenho na realização do objeto da parceria; Organizações Sociais e seus aspectos distintivos benéficos: As organizações sociais são entidades sem fins lucrativos previamente qualificadas pelo Poder Público de cada esfera de governo (União, Estado ou Município); Celebram contrato de gestão; Possibilidade de gestão plena de unidades públicas; Possibilidade da realização de obras, reformas e manutenção de prédios públicos; Contratação de pessoal mediante processo seletivo público previsto em seu regulamento de contratações; Foco na qualidade e economicidade dos serviços; Possibilidade concessão de benefícios fiscais, como imunidades ou isenções de tributos, reduzindo a necessidade de repasses; Gestão colaborativa de unidades de ensino por organizações sociais: Antes de efetuar qualquer repasse é necessário promover um processo de seleção da entidade que virá a ser contratada; as parcerias na área da educação, por meio de organizações sociais, podem envolver a gestão de creches, escolas, enfim, unidades de ensino, juntamente com o material, pessoal e reformas ou pequenas obras;

Após a apresentação do Dr. Alexandre, o Coordenador iniciou as apresentações dos Municípios, começando por Bertioxa, conforme descrito na Pauta acima.

Todos os Municípios foram fazendo suas apresentações (de acordo com material anexo) relatando como são os procedimentos e serviços aplicados em seus Municípios na Educação Infantil, quais os benefícios que as crianças desfrutam em cada Município, as atividades pedagógicas aplicadas a cada faixa etária das crianças envolvidas, a relação entre educadores, crianças e pais, a interação entre as crianças na atividade escolar, etc... Questão atendimento Cuidar e Educar – cada Município explicou como estão fazendo este trabalho – colocando sua gestão e problemas/dificuldades/parte pedagógica, tópicos a serem abordados: Formas de gestão – quais são as principais dificuldades e facilidades – panorama – qual a demanda de cada município; Período de atendimento (integral ou parcial); Profissionais (grau de formação); Atividades desenvolvidas (criar e educar);

Não havendo mais nada a tratar foi encerrada às 17h.

Data da Pesquisa: 09/09/2020	
Data da reunião: 29/06/2015	
Coordenação:	Rubens Antônio Mandetta de Souza
Presentes	Representação
Rubens Antonio Mandetta de Souza	Secretaria de Estado da Educação
João Bosco Arantes B. Guimarães	Sec. Educação
Maria Nazareth Guimarães Cardoso	Secretaria de Estado da Educação
Venúzia Fernandes do Nascimento	PM Santos
Irene C. M. Tupiná	PM Mongaguá
Célia Gonçalves Silva de Souza	PM Guarujá
Vânia Maria de Andrade Mesquita	PM Guarujá
Rejane Maria Emília	PM Guarujá
Thaloo M. Prestia Ramos	PM Praia Grande
Marilena Ferreira	PM Praia Grande
Rosa Maria Sessa	PM São Vicente
Maria Julia Machado Paes	PM São Vicente
Jaqueline Cabral Alves	PM Bertioga
Lucia Helena Carvalho Gonzalez	PM Bertioga
Solange Cabral Alves	PM Bertioga
Tatiana Cristina Gomes Araújo	PM Bertioga
Soraya Rodrigues Sales	PM Itanhaém
Maria Cecília C. Tecidos	PM Itanhaém
Joelma Carreiro Diogo PM Itanhaém	PM Itanhaém
Luiz Henrique Gonçalves	SERT - SP
Eduardo Marinõ Rial	PM Mongaguá
Lucio de Castro	PM Mongaguá
Glenda A. da Silva Belchior	PM Mongaguá
Prof.a Marilena Malvezzi	SP (Palestrante)
Robnson Germano	Agem/Condesb
Francisco Gomes da Costa Neto	Agem
Evandro Barros da Silva	Estagiário
Marcelo Hermsdorf Henriques dos Santos	Estagiário

Ausentes	Representação
	Municípios: Cubatão, Itanhaém, Praia Grande, Bertioga, Guarujá e Peruíbe
	Estado: Estado: Emprego e Rel. do Trabalho e Meio Ambiente
Assuntos Tratados	
<p>O Fórum foi aberto pelo Senhor Coordenador da Câmara Temática de Educação, solicitou que cada município apresentasse o que vem desenvolvendo em relação a aplicação de estudos e trabalhos na área de educação voltados a educação infantil, conforme segue;</p>	
<p>O Coordenador iniciou a reunião enfatizando a elaboração do Plano Regional de Educação, e que neste plano fossem elencadas todas as necessidades dos professores relacionados as dificuldades e o que seria necessário se elaborar e implementar no sentido de capacitar os professores.</p>	
<p>Neste momento a Profa. Irene de Mongaguá pediu a palavra para sugerir, que se fizesse uma capacitação conjunta de professores; disse ainda que os professores têm dificuldade de estabelecer e atuar no currículo do ensino médio e profissionalizante, que é possível a reorganização do ensino médio e transporte escolar, que é também necessário um curso de Graduação de professores;</p>	
<p>Após esta explanação o Coordenador cedeu a palavra a prof. Marilena Malvezzi, Coordenadora da elaboração do plano estadual, para que esta fizesse sua apresentação, onde foram abordados por ela os temas abaixo: Questão principal - financiamento fica prejudicada na situação atual, diagnóstico -300 mil alunos de 14 a 17 anos que não estão matriculados; estes alunos estão no município e não no estado, precisamos da ajuda do município para identificar este aluno e inclui-lo, plano nacional é triplicar o número de matrículas no ensino técnico profissionalizante, no estado a meta (temos 600 mil alunos) a meta é aumentar 50% o número de alunos da Paula Souza, (p Souza tem 200 mil e Sistema S tem 300 mil) no final da década chegaríamos a 300 mil e o sistema S 600 mil. programa via rápida A SEE comprou alguns cursos. Brasil 4000 municípios com plano hoje é no Estado de São Paulo – municípios; 158 enviados ao legislativo, 68 aprovados pelo legislativo e 240 sancionados pelo município.</p>	
<p>plano do estado de SP: A Sec. Estadual de Educação não trabalhou - o no governo passado o secretário apresentou um plano; plano na Sec. Estadual de Educação hoje é inédito, está sendo finalizado para encaminhamento à Assembleia Legislativa; plano na Sec. Estadual de Educação hoje é inédito, está sendo finalizado para encaminhamento à Assembleia Legislativa;</p>	
<p>Começo de 2013 o secretário regulamentou o fórum com normas e regulamento, o</p>	

fórum começou a funcionar em março de 2014, com 74 entidades do estado, 24 reuniões a partir daí, a ele elaboração do plano segundo a constituição do estado e o executivo. O decreto que regulamenta estabelece o plano. O fórum apresentou proposta, o secretário pôs em discussão em conjunto com a Undime, conselho, Sec. Estadual de Educação e, Consultou os dirigentes, coordenadores e 200 mil professores;

□ Diagnóstico □ Meta 1 - Educação Infantil: Universalizar. A pra escola. População de 1.100.000 e temos 900. Só 12 % não estão. Regime de colaboração entre o estado a união e os municípios. Creche 0 a 3 anos. 50 %. Até o final da década. População de só estamos atendendo 32 % e precisamos crescer 18 %. Questão complexa - aumento da rede e formação de professoras, Infraestrutura é complicada por falta de espaço físico. Meta 2 - 99,2 % estão na escola. Temos vagas, saúde, dificuldade. Conclusão na idade certa entre com 6 e saia com 14. Só 7% não concluem no tempo adequado. Ensino médio 2.000.000, e matriculado 1.700.000 faltam 300 mil para atender esta meta. Meta 3 - de atingir estes 300 mil e para o próximo ano. Meta 4 - crianças com deficiência, 902 mil são atendidos e falta 7%. O PNAD é amostra de domicílio. Escolaridade de 4 a 17 anos. Meta 5 - que impacta ao município. Prevê alfabetizar o aluno no final do 2 ano. 90 % já se alfabetizam no 2 ano. Meta 6 - educação integral – 50 % das escolas pública e 25 % dos alunos. 44 das nossas escolas incluindo creches até o final da década falta 6 %. - Só temos 10 % dos alunos; Meta 7 - qualidade 32 estratégias que tratam da estratégia; Meta 8 - a escolaridade média temos escolaridade muito baixo, Alfabetização de jovens e adultos, Educação superior - formação continuada. Meta 13 - qualidade superior rio Até 2024 15 mil mestres. Meta 17 - valorização dos profissionais Plano de carreira já temos e precisamos de ajustes; Meta 19- gestão democrática, desceria até eleição de diretores, no estado mantivemos o plano de carreira; Meta 20 - financiamento - ampliar os investimentos públicos com alteração do sistema tributário. Finalizando - identidade de gênero. Todas as estratégias foram mantidas, mas foi retirada a palavra gênero.

Apresentação São Vicente. A rede está apresentando muita dificuldade: É necessário buscar toda (50.000 alunos) crianças fora da creche. O plano em 2014 não teve nenhum trabalho. Dificuldade está na expansão da rede infantil e Pré escola.

Apresentação de Santos. Já tinha plano desde 2010. Que já atendia as principais temáticas e está atualizado. Fizemos uma leitura é atualização do plano. 15 membro fizeram apenas alguns ajustes. Em 2010 5 mil pessoas participaram. Foi reduzido trinta metas. De 0 a 3 anos a meta já foi universalizada. Temos um déficit de 300 vagas. De 4 a 5 já está universalizada com vaga sobrando. Inclusão e o principal problema. Pessoas

que estão fora da nossa faixa. Aumento da procura só numa semana 103 novas procuras. Educação integral 7 escolas e 13 núcleos que atendem 5.000 crianças. No fundamental atende a todos. Recebeu hoje 700 da rede privada. A infraestrutura é um desafio. Cronograma de fazer acessibilidade com o Ministério Público, Qualidade, valorização, formação - muitos da rede conveniada ainda não eram formados, Família escola e protagonismo juvenil. Qualidade do atendimento. A questão do financiamento é uma questão que preocupa muito. Universidade Aberta em crescimento. Estão criando um fórum permanente de monitoramento do plano.

Apresentação de Praia Grande; 70 unidades escolas próprias. Não possuem nenhuma conveniada. Desde 2013, teve 21 oficinas e dois fóruns. Para revisão de metas e fixar novas metas. 104 metas. Estado através da Paula Souza e é diretoria de ensino participaram. Meta de atender 4 e 5 anos - atende 85%. - Infraestrutura dá-os prédios do estado são bastantes criticadas pelos pais, - dificuldade de participação democrática dos pais. 52% na educação infantil. Principais desafios - financiamento da educação e ampliação do número de vagas no ensino infantil. - Estratégia de haver uma estratégia de trabalho conjunto entre a rede estadual e municipal em relação à questão de possíveis deficiências no aprendizado; professor especializado na educação inclusiva. Parceria com as universidades locais.

Apresentação de Mongaguá. Resultaram em 19 metas (juntou 19 e 13). Preocupação com as leis de responsabilidades fiscal. Disponibilidade Descumprimento... Grandes preocupações Creche hoje só 38% mais de 500 crianças fora das creches. Aprendizagem em especial dos alunos finais. Indicadores de 6 14 anos. Falta de investimento na formação dos professores. Currículo e grave - houve inicialmente um problema em relação. Equipamentos. Funcionários não docentes. Formação de ensino superior na educação infantil. Processo democrático - participação da comunidade escolar, pais e conselheiros. Fórum e formação Avaliação dos docentes X indicadores. Atendimento das metas e prazos;

Apresentação de Itanhaém Educação infantil 25% Educação integral 15% Educação de jovens e adultos - demanda maior de fundamental. Folha de pagamento de professores.

CETEC MUNICIPAL - técnico municipal

Apresentação de Bertioga Próxima reunião dia 29 de julho as 9:30 hs. Definição de roteiro para plano metropolitano de educação.

Apresentação de Guarujá Gestão municipal, estadual? Federal?
Não havendo mais nada a tratar foi encerrada às 13:50h.
Robnson Germano Secretário

Data da Pesquisa: 09/09/2020	
Data da reunião: 29/07/2015	
Coordenação:	Rubens Antônio Mandetta de Souza
Presentes	Representação
Irene C. M. Tupiná	PM Mongaguá
Claudia Maximino Meirelles	PM Praia Grande
Fátima Miranda	PM Praia Grande
Enéas Machado	PM Santos
Rubens Antonio Mandetta de Souza	Secretaria de Estado da Educação
João Bosco Arantes B. Guimarães	Sec. Educação
João Bosco Arantes Braga Guimarães	Secretaria de Estado de Educação
Hélio Vieira	AGEM
Luciana Freitas Lemos dos Santos	AGEM/CONDESB
Marcelo Hermsdorf Henriques dos Santos	Estagiário
Rejane Maria Emília	PM Guarujá
Joelma Carreiro Diogo	PM Itanhaém
Soraya Rodrigues Sales	PM Itanhaém
Fátima Clarete Bline	PM São Vicente
Jucimara Dias Araújo Rodrigues	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social
Vera Teresa A. Palavicine	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social
Ausentes	Representação
	Municípios: Bertioga, Cubatão e Peruíbe;

	Estado: Emprego e Rel. do Trabalho e Meio Ambiente. Justificativa de ausência – Secretaria de Estado de Meio Ambiente
	Estado: Estado: Emprego e Rel. do Trabalho e Meio Ambiente
Assuntos Tratados	
Os trabalhos foram abertos pelo Coordenador da Câmara Temática e foram discutidos os seguintes itens:	
<p>Apresentação do Prof. Otacilio, da Unisanta, curso afrodescendentes; Datas e assuntos a serem discutidos nas próximas reuniões desta Câmara: Agosto – matrícula, em Praia Grande dia 11.08; setembro – Ensino Técnico – Mongaguá; Outubro - formação de professor; Curso de línguas; novembro - cultura da paz; João Bosco colocou sobre o CEL - dificuldades para instalação em Mongaguá e Itanhaém, em encontrar professores; Esvaziamento do ensino noturno; Trazer o pessoal do sindicato para discussão de cursos técnicos, rede de cursos além do Centro Paula Souza e da área federal; Violência na escola - SPEC sistema de proteção; Irene de Mongaguá propôs que seja trabalhado um pouco mais a formação de professores; Apoio da Diretoria de Ensino, consorciamento com os municípios, regional de Santos já está trabalhando com a Prefeitura; O Coordenador colocou sobre o Plano regional - ABC (diagnóstico) e região de Araçatuba; sendo informado pela sra. Irene que o Rio Grande do Sul fez um trabalho de excelente; Roteiro do Plano Regional de Educação baseado no plano municipal - explicações da proposta, das questões propostas como separação do ensino médio com o profissionalizante; Irene diagnóstico dos eixos, contratação de empresa; Uma série de questões seriam facilitadas proporcionando um avanço; Rejane de Guarujá informou sobre formação de gestores tema a ser encaminhado; Irene - formação/capacitação de servidores; Capacitação dos Diretores de escola com o objetivo de aperfeiçoar os trabalhos das escolas; João Bosco pensar numa questão geral, postural do gestor, depois atividades e competências; Hélio, Diretor Executivo da AGEM informou sobre o trabalho feito pelo CEPAM: importância, valorizar essas reuniões, fluir entre as prefeituras, plano regional importância, trabalhar nisso, a tentativa da Agem é fazer valer o PMDE tentando atender todas as áreas; É necessário que saia desse grupo uma proposta, trabalhando em</p>	

conjunto para levar ao Condesb Jucimara Rodrigues, Coordenadora do Grupo de Trabalho de Políticas Públicas se apresentou e explicou o trabalho das Câmaras no CONDESB; Acrescentar gestão democrática e legislação na proposta do plano regional de educação; Helio Vieira informou sobre os planos regionais: onde o de resíduos sólidos, será utilizado recurso do Fehidro e falou também do plano de mobilidade e do plano de habitação e ressaltou a importância de se montar alguma coisa com caráter metropolitano; Curso de Logística e cidades inteligentes, pela Usp; Jucimara – fazer capacitação dos gestores pois eles é que vão dar a cara; e colocou a disposição a técnica Vera para participar de grupo de trabalho para discussão do plano regional; Encaminhar com embasamento das demais CTs de Políticas Públicas; Regiane, Guarujá - qual o foco que será dado ao plano regional? Proposta de pensar qual o foco que será dado ao plano regional, que seja possível, o que seria prioritário; Os diagnósticos municipais já se têm, tomar como base; Análise dos planos municipais para definir qual a linha do plano regional; João Bosco colocou que não dá para pensar que o plano regional será uma somatória dos planos municipais; Hélio, georreferenciamento futuramente poderá ser feito o cruzamento de dados; cada um tem que trazer para essa discussão o que é de interesse metropolitano; A representante da PM de Itanhaém propôs que seja feito o diagnóstico, focando em ensino técnico e profissionalizante; A representante de Praia Grande ressaltou que uma pessoa de fora tem visão imparcial; O diagnóstico vai ser coletado por grupo profissional; Importância do diagnóstico do território metropolitano, para poder focar; Mandetta - diagnóstico, priorizar temas - focar e discutir neste fórum; Reservar um espaço na próxima reunião para discussão deste assunto, formar grupo de trabalho; Hélio – utilizar o formulário de planejamento utilizado nas Oficinas do CEPAM; Rejane, propôs que seja feito por uma entidade e que seja apresentado diagnóstico da BS e que o mesmo seja encaminhado para os membros que na próxima reunião definirão; Quem é que vai elaborar o diagnóstico? Plano em 2 partes: 1 diagnóstico; 2 definir prioridades da RMBS que serão trabalhadas; Jucimara- diagnosticar o cenário educacional e formação de gestores;

Integrantes do Grupo de trabalho para discutir o diagnóstico - João Bosco, Rejane e Rubens Mandetta; Irene propôs elaborar uma sugestão de Termo de Referência para o curso de capacitação de gestores públicos em Educação -

Grupo de Trabalho - Irene, Vera, Eneas e Rubens Mandetta;
Próxima reunião trazerem os responsáveis por matrículas; O Coordenador parabenizou a Prefeitura de Praia Grande pelo concurso literário; <input type="checkbox"/> Não havendo mais nada a tratar foi encerrada às 17h.
LUCIANA FREITAS LEMOS DOS SANTOS Secretária

Data da Pesquisa: 09/09/2020	
Data da reunião: 15/09/2015	
Coordenação:	Rubens Antônio Mandetta de Souza
Presentes	Representação
Irene C. M. Tupiná	PM Mongaguá
Claudia Maximino Meirelles	PM Praia Grande
João Bosco Arantes Braga Guimarães	Secretaria de Estado de Educação
Rubens Antonio Mandetta de Souza	Secretaria de Estado da Educação
Luciana Freitas Lemos dos Santos	AGEM/CONDESB
Robnson Germano	AGEM/CONDESB
Rejane Maria Emília	PM Guarujá
Soraya Rodrigues Sales	PM Itanhaém
Maria Júlio M. Paes	PM São Vicente
Márcia Calçada	PM Santos
Helvio Moreno	PM Guarujá
Jeová O. Bezerra	1.º de Maio
Zuleica Pereira Costa	PM Mongaguá
Eduardo Mariño Rial	PM Mongaguá
Lúcio de Castro	PM Mongaguá
Lisimeire Victor Frade	PM Mongaguá
Teófilo de Paulo Junior	PM Mongaguá
Edmilson B. Machado	PM Mongaguá
Angélica Monteiro da Silva	PM Mongaguá
Glenda Alessandra da Silva Belchior	PM Mongaguá

Maria Olímpia Ada Santos	PM Mongaguá
Nilson Carlos Duarte da Silva	PM Praia Grande
Márcia Calçada	PM Santos
João Marlini Neto	FIEC Indaiatuba
Ausentes	Representação
	Municípios: Bertioga, Cubatão e Peruíbe; Estado: Emprego e Relações do Trabalho e Meio Ambiente.
Assuntos Tratados	
Os trabalhos foram abertos pela representante de Mongaguá, Irene Tupiná, a qual fez um breve histórico do ensino técnico nas Prefeituras do litoral sul e em seguida passou a palavra a Profa. Nilze que apresentou o trabalho realizado pela Seduc da Prefeitura de Mongaguá, a qual encontra-se arquivada junto ao Secretaria Executiva do CONDESB e tratou dos seguintes aspectos: escolas, programas, kit material escolar, uniforme, plano municipal de educação, projetos: biblioteca infantil, pacto pela alfabetização na idade certa, projeto jornal A Tribuna, Proerd; parceria com a rede estadual, tem cinco escolas da rede privada e que estão preocupados com os indicadores educacionais, os resultados não são satisfatórios;	
Em seguida a palavra foi passada ao representante do Centro Paula Souza, de Mongaguá, cujos slides da exposição encontram-se guardados junto a Secretaria Executiva do CONDESB, conforme abordado a seguir:	
Recorte histórico com o objetivo de entender o cenário político do Brasil; Contextualização do ensino técnico no Brasil: algumas considerações; Formação profissional se inicia em 1909 com a criação das escolas de arte e ofício; 1937 - aparece outro cenário – Constituição Federal ensino pré-vocacional destinado as classes menos favorecidas; 1941 - reforma Capanema - passou a ser considerado de nível médio, o ingresso nas escolas industriais passou a depender de exames admissionais e os cursos foram divididos em dois níveis correspondentes a dois ciclos; ETEC Adolpho Berezin, em Mongaguá; Cursos mais procurados são Enfermagem e Edificações; Apresentação de dados sobre o panorama no mercado de trabalho, empresas na região, resultados do Enem; . Outros campos de atuação da Etec;	
O Coordenador da Câmara, Sr. Mandetta, abordou a questão de empregabilidade,	

<p>da necessidade de estudo específico, foi informado que eles não têm e, sim de ingresso em universidades públicas; Questão da inclusão; Capacitação e formação do docente o CTPS é muito bom; Mandetta propôs parceria com a CTPS; A ideia é apresentar a dinâmica da escola técnica; A ideia é apresentar a dinâmica da escola técnica;</p>
<p>Em seguida o Coordenador passou a palavra ao Prof. Almério Araújo, Coordenador do Ensino Médio e Técnico do CTPS, o qual abordou o seguinte:</p>
<p>Etec tem duas escolas: curso diurno jovens a partir de 14 anos e noturno EJA, adultos que já trabalham; Matrículas dos Ensinos Médios e Técnico;</p> <p>Proporção de matrículas do ensino 2013/2014; Reformas educacionais referentes ao ensino técnico integrado ao Médio;</p>
<p>Em prosseguimento a pauta a palavra foi passada ao representante da Fundação Indaiatubense de Ensino e Cultura, Eng. Agr. João Martini Neto que discorreu conforme segue abaixo e cuja exposição encontra-se armazenada junto a Secretaria Executiva do CONDESB e foram tratados os seguintes aspectos:</p>
<p>Breve histórico da FIEC; Região Metropolitana de Campinas; Fundação Indaiatubense de Educação e Cultura; Duas unidades;(s.e.) Laboratórios, melhores do Estado; Fábrica Escola de Química; Impressora 3D; (s.e.) São 17 cursos ministrados, em parceria com empresas; Função dar emprego ao jovem; 84% dos alunos saem empregado; Qualidade - prêmio gestão de ensino; Home care - ação social; Fundação pública, de direito público - FDE/RETEC/VENCE programa que faz articulação entre ensino médio e curso técnico para que o aluno da rede estadual, tenha uma profissão e esteja preparado para o mercado de trabalho; 8416 alunos atendidos entre 2008/2015; PRONATEC - lei federa; Vantagem do administrador público lei federal que define como deve ser executado, por exemplo: pregão eletrônico; Benefícios; SISUTEC; Benefícios; FIC; (s.e.) A questão é uma boa gestão! Academia da Cisco Network 4x4 in School Land Rover – Jaguar;(s.e.); Eucatex; Unilever; Visitas técnicas; Estágios; Atualmente a maioria trabalha em Indaiatuba e na região; E-mails: www.fiec.com.br e fiec@fiec.com.br; O Coordenador agradeceu aos expositores;</p>
<p>Não havendo mais nada a tratar foi encerrada.</p>
<p>LUCIANA FREITAS LEMOS DOS SANTOS Secretária</p>

Data da Pesquisa: 09/09/2020	
Data da reunião: 20/10/2015	
Coordenação:	Rubens Antônio Mandetta de Souza
Presentes	Representação
Rubens Antonio Mandetta de Souza	Secretaria de Estado da Educação
Melquisedec Hergersheimen	Sec. Educação Itanhaém
Weida Maria Stábile	SEE/SP
Ghisleine Trigo Silveira	SEE/SP
Andrea Rodrigues Candeia	SEDUC/ Santos
Joelma Carneiro Diogo	SECE/ Itanhaém
Ligia Ma Di Bella Costa Monteiro	SEDUC/Santos
Denise M. Almada de O. Pinto	S.M.E. Peruíbe
Eliana S.C.O. Aurélio	S.M.E. Peruíbe
Wladimir Miranda Gomes	SEDUC/Praia Grande
Leonardo Pavan	SEDUC/Praia Grande
Noêmia Saad Tannuz	Sec. Educação Itanhaém
Alexandre Cruz dos Santos	AGEM/Estagiário
Ausentes	Representação
	Municípios: Bertioga, Cubatão, Guarujá, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Praia Grande, Santos, São Vicente; Estado: Emprego e Relações do Trabalho e Meio Ambiente.
Assuntos Tratados	
Os trabalhos foram abertos pelo Coordenador da CT de Educação, Rubens Mandetta;	
Ele expôs as propostas que já foram encaminhadas para o CONDESB; O que vai ser feito com os Planos Municipais de Ensino; Relação com os cuidadores;	
Passou a palavra para Ghisleine Trigo, Coordenadora da CGEB - (Coordenadoria de Gestão da Educação Básica), cuja apresentação encontram-se guardado junto a Secretaria Executiva do CONDESB, e foi abordado o seguinte: Educação Integral, desafios e perspectivas; Educação Integral um Paradigma (não uma modalidade); 1 - Visa promover o desenvolvimento Integral dos Educandos, múltiplas Dimensões: Sociais, Afetivas/Emocionais, Psicomotoras e Cognitivas; 2 – Integra diversos atores, espaços e	

<p>instituições; 3 – Processo contínuo, que acontece ao longo de toda a vida; Educação integral e ampliação do tempo escolar; Plano Nacional de Ensino 2011-2020, Meta 6; Plano Estadual de Ensino 2015-2020, Meta 6;A perspectiva intersetorial da gestão pública; Experiência da Rede Estadual: Escola de Tempo Integral – ETI, Programa Ensino Integral – PEI; A importância da Educação Infantil no Desenvolvimento Integral dos Alunos; Indicadores de Primeira Infância;</p>
<p>Após sua apresentação, foram destacados os seguintes assuntos: Recursos do Governo Federal; A evasão escolar no Ensino Médio A necessidade do sistema de cadastro da Escolas Integrais, terem uma adaptação as necessidades da rede de ensino; possibilidade de incorporá-lo a CT de Educação</p>
<p>A Sra. Andréa Rodrigues Candeias, SEDUC/Santos, que realizou a apresentação do Comitê Metropolitano de Educação Integral da Baixada Santista, onde destacou- se: Histórico; Caracterização e natureza do Comitê; Composição; Previsão de lançamento do Comitê e primeira reunião técnica, 27/11/2015, local UNIMONTE/Santos; Nota técnica nº387/2015, Diretoria Curricular de Ensino Integral- DICEI, Secretaria de Educação Básica – SEB, Ministério da Educação – MEC de 16/10/2015;</p>
<p>Os representantes do Comitê Metropolitano de Educação Integral da Baixada Santista, tem como intenção ser um Fórum permanente; - Desenvolver um trabalho conjunto com a CT de Educação e o CONDESB; - O Comitê Metropolitano de Educação Integral da Baixada Santista entregou aos membros da CT de Educação, atas de suas três reuniões no anos de 2015, lista dos presentes e de seu Regimento Interno, os quais encontram-se guardados junto a Secretaria Executiva do CONDESB; - O Coordenador Rubens Antônio Mandetta, se posicional favorável a uma parceria com o Comitê, porém por falta de quórum não pode ser concretizada; Importância do Comitê Metropolitano de Educação Integral da Baixada Santista e da Educação Integral da Baixada Santista e da possibilidade de incorporá-lo a CT da Educação.</p>
<p>Por falta de quórum o Coordenador suspendeu as demais apresentações; - Não havendo mais nada a tratar foi encerrada.</p>
<p>LUCIANA FREITAS LEMOS DOS SANTOS Secretária</p>

ANEXO 1.2 Atas da Câmara de Educação - 2016

Data da Pesquisa: 09/09/2020	
Data da reunião:03/03/2016	
Coordenação: João Bosco Arantes Braga Guimarães	Secretaria de Estado de Educação
Presentes	Representação
João Bosco Arantes Braga Guimarães	Secretaria de Estado de Educação
Claudia Maximino Meirelles	Praia Grande
Melquisedec Hergersheimen	Sec. Educação Itanhaém
Robnson Germano	AGEM
Caroline de Souto Branco Coutinho	AGEM/ Estagiário
Marcelo Hermsdof	
Ausentes	Representação
	Municípios: Bertioga, Cubatão, Guarujá, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Praia Grande, Santos, São Vicente; Estado: Emprego e Relações do Trabalho e Meio Ambiente.
Assuntos Tratados	
<ul style="list-style-type: none"> - Foi destacado a necessidade de adendo no novo Regimento, no sentido de criação de um Plano de Trabalho; Um dos grandes desafios apontado pelo Coordenador é a diferença entre a gestão da educação entre os municípios; Sugerido convidar o Secretário de Educação José Renato Nalini, para que ele tome conhecimento das demandas da RMBS; 	
<ul style="list-style-type: none"> - O coordenador destacou a importância de se pesquisar as principais demandas e informar o Secretário, para sua apresentação se torne mais pontual e objetiva; 	
<ul style="list-style-type: none"> - Informou que existe indícios de que a qualidade do ensino no município é diferente do Estado, causando lacunas no aprendizado; 	
<ul style="list-style-type: none"> - Foi apontado como uma dificuldade dos gestores, gerir os recursos que chegam para a Escola, também não existe uma fiscalização eficaz; 	

- Os gestores das escolas não têm treinamento administrativo, tem dificuldade para usar os recursos que tem, em sua totalidade;

- O coordenador por não haver mais assuntos a tratar encerrou a reunião.

ALEXANDRE CRUZ DOS SANTOS Secretário

Data da Pesquisa: 09/09/2020

Data da reunião: 18/04/2016

Coordenação: João Bosco Arantes
Braga Guimarães

Secretaria de Estado de Educação

Presentes

Representação

João Bosco Arantes Braga Guimarães

Secretaria de Estado de Educação

Rosa Maria Apolinário Gonçalves

PM Cubatão

Enéas Machado

Seduc Santos

Rejane Maria Emilio

PM Guarujá

Luiz Martins de Almeida

PM Bertioga

Luciana Helena C. Gonzalez

PM Bertioga

João F. dos Santos

Diretoria de Ensino São Vicente

Alexandre Cruz dos Santos

AGEM/ Estagiário

Richard Durante Junior

AGEM

Caroline de Souto Branco Coutinho

AGEM

Marcelo Hermsdof

AGEM/ Estagiário

Ausentes

Representação

Municípios: Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Praia Grande e São Vicente; Estado: Emprego e Relações do Trabalho e Meio Ambiente.

Assuntos Tratados

Os trabalhos foram abertos pelo Coordenador da CT de Educação, João Bosco, o qual lembrou a proposta das reuniões da CT serem bimestrais;

Informou que:

<p>a) Anteriormente a CT entregou um plano de trabalho a AGEM, sugerindo uma pesquisa de formação. A AGEM informou que não possuía recursos;</p>
<p>b) Os representantes de Mongaguá e Praia Grande ficaram responsáveis pelo curso técnico, iriam montar uma plataforma de pesquisa, mas que também não entregaram;</p>
<p>c) No ano passado, cada município apresentou o trabalho que está desenvolvendo na Educação Infantil;</p>
<ul style="list-style-type: none"> - O Coordenador apontou a existência de uma diferença entre a educação fundamental do Município e a do Estado;
<ul style="list-style-type: none"> - Sugeriu um melhor método de adaptação no momento de transferir alunos da rede Municipal para Estadual;
<ul style="list-style-type: none"> - Bertioga alegou que há uma grande distância entre a quantidade de funcionários das Redes Estaduais para as Municipais;
<ul style="list-style-type: none"> - Foram levantados outros fatores de diferenciação entre as duas redes como: número de alunos, faixa etária calendário escolar, estrutura dos prédios, quantidade de funcionários, entre outros;
<ul style="list-style-type: none"> - Média de alunos por sala nos Municípios e de 20 alunos por sala e do Estado é 35 alunos por sala;
<ul style="list-style-type: none"> - O Sr. João dos Santos, destacou a importância do processo de adaptação dos alunos e o envolvimento da família no processo de transferência;
<ul style="list-style-type: none"> - O Coordenador destacou que os municípios têm mais facilidade em designar funcionários para cuidar dos alunos com deficiências, que há alguns mecanismos para atender a demanda dos alunos com deficiência como: professor itinerante e a sala de recursos;
<ul style="list-style-type: none"> - Existe um indício de que a demanda de alunos com deficiência possa aumentar;
<ul style="list-style-type: none"> - Os municípios informaram que, conseguem atender os alunos com deficiência, respeitando o que é exigido por lei, em alguns casos há necessidade de

Laudo médico;
- O Coordenador destacou que nas escolas do Estado de Santos e Guarujá se detecta um esvaziamento das salas de aula e que Bertioga tem a tendência de aumentar a demanda por salas de aula;
- Cubatão destacou a criação do Projeto Pai Cuidador, projeto ainda não inicializado;
- Próxima reunião dia 21/06/2016, na AGEM.
- Pauta sugerida: Educação Inclusiva e Mapeamento por Escola;
- O coordenador por não haver mais assuntos a tratar encerrou a reunião.
ALEXANDRE CRUZ DOS SANTOS Secretário

Data da Pesquisa: 09/09/2020	
Data da reunião:21/06/2016	
Coordenação: João Bosco Arantes Braga Guimarães	Secretaria de Estado de Educação
Presentes	Representação
João Bosco Arantes Braga Guimarães	Secretaria de Estado de Educação
Enéas Machado	Seduc Santos
Melk Hergerssheimer	Seduc de Itanhaém
Claúdia Maximino Meirelles	Seduc de Praia Grande
Irene Clementina Marques Tupiná	Seduc de Praia Grande
Rejane Maria Emilio	SEE Guarujá
Luiz Martins de Almeida	SEE Bertioga
Elaine Cristina Pires Gomes Orsatti	AGEM/ Condesb
Robnson Germano	AGEM/Condesb
Francisco Gomes da Costa Neto	AGEM/Santos
Fabricia Sales Cavalcante	Seduc Itanhaém

Carla Teixeira Gonçalves Pierry	SEE Cubatão
Karen Kellen	SEE Bertioga
Fernanda Aguiar Alves	Seduc de Praia Grand
Ausentes	Representação
	Municípios: São Vicente e Peruíbe. Estado: Emprego e Relações do Trabalho e Meio Ambiente
Assuntos Tratados	
Os trabalhos foram abertos pelo Coordenador da CT de Educação, João Bosco, o qual relembrou a proposta das reuniões da CT serem bimestrais;	
O coordenador e demais membros decidiram que a pauta de hoje seria a respeito da educação Inclusiva e Mapeamentos por Escola, conforme ficou estabelecido em ata datada de 18/04/2016;	
Sr.Francisco Gomes relatou sobre o encontro da “IV Semana da Mata Atlântica” que aconteceu no Município de Praia Grande e que houve uma enorme participação da sociedade. Informou ainda que, em decorrência do sucesso do evento o próximo será realizado no Município de Santos;	
Sra. Karen Keller, do SEE de Bertioga, realizou uma explanação sobre o Atendimento Educacional de Inclusão realizado no município (apresentação arquivada); indagada pelo coordenador quanto ao atendimento domiciliar a mesma respondeu que existem apenas dois alunos e ainda, que se abriu inúmeras salas especiais em todas as escolas regulares;	
Sra. Irene Clementina, Diretora da Educação de Mongaguá, relatou a grande dificuldade da educação inclusiva que é educar o professor para ter uma educação inclusiva, diferenças de um modo geral, não necessariamente deficiência. Como trata-se de um município pequeno estão relativamente bem distribuídas pelos bairros; Tem um pouco de problema com o ensino médio; 129 alunos com deficiência distribuídos na sua maioria em contraturno; 19 alunos estão na APAE e tem escola regular também; 7 professores/libra; 23 professores cuidadores; Relação é boa com a Saúde. Tem na rede de educação psicólogo e fonoaudiólogo no contraturno; 7 polos	

de educação especial
Sra. Fabrícia, da Secretaria da Educação de Itanhaém, discorreu sobre o projeto - Sra. Cláudia, Seduc Praia Grande, mencionou que existem 794 alunos da educação. “Cuidar” referência na cidade e que a reavaliação de carga horária é realizada trimestralmente; inclusão que são atendidos na rede;
Logo após, o Coordenador, João Bosco relatou da importância de se ter metas e objetivos na Educação e que as regras são firmes demais. É necessária flexibilizá-las. Apresentou dados da Educação Inclusiva na rede estadual em âmbito regional (apresentação arquivada);
Francisco Gomes, ressaltou que é necessário acrescentar a educação ambiental dos municípios dentro do Plano Metropolitano de Desenvolvimento Estratégico;
O Coordenador e demais participantes resolveram interromper a reunião em virtude do horário avançado e já ficou acordado que na próxima reunião a ser realizada dia 24 de agosto as 9 horas do presente ano a pauta será a continuação do tema desta ata e também “Escolas de Período Integral e Atividades de contraturno.
Elaine Cristina Pires Gomes Orsatti Secretária

Data da Pesquisa: 09/09/2020	
Data da reunião: 29/09/2016	
Coordenação: João Bosco Arantes Braga Guimarães	Secretaria de Estado de Educação
Presentes	Representação
João Bosco Arantes Braga Guimarães	Secretaria de Estado de Educação
Fernanda Aguiar Alves	Prefeitura de Praia Grande
Soraya Rodrigues Sales	Prefeitura de Itanhaém
Luciana Freitas Lemos dos Santos	AGEM/Condesb
Ariel Alexandre dos Santos	AGEM/Condesb

Melquisedec Hergerssheimer	Prefeitura de Itanhaém
Ausentes	Representação
	Municípios: Bertioga, Cubatão, Guarujá, Mongaguá, Santos, São Vicente e Peruíbe. Estado: Emprego e Relações do Trabalho e Meio Ambiente.
Assuntos Tratados	
Os trabalhos foram abertos pelo Coordenador da CT de Educação, João Bosco, o qual em vista da falta de quórum para realizar os trabalhos propôs que seja convocada nova reunião para o dia 17 de outubro, às 14h00, na sala de reuniões da AGEM, o que foi aceito por todos os presentes.	
Luciana Freitas Lemos dos Santos Secretária	

Data da Pesquisa: 09/09/2020	
Data da reunião:17/10/2016	
Coordenação: João Bosco Arantes Braga Guimarães	Secretaria de Estado de Educação
Presentes	Representação
João Bosco Arantes Braga Guimarães	Secretaria de Estado de Educação
Melquisedec Hergerssheimer	Prefeitura de Itanhaém
Rejane Maria Emilio	Prefeitura de Guarujá
Zélio Garcia Siqueira	Prefeitura de Bertioga
Francisco Gomes da Costa Neto	AGEM
Fernanda Aguiar Alves	Prefeitura de Praia Grande
Armando B. Gomes	Prefeitura de Cubatão
Luciana Freitas Lemos dos Santos	AGEM/Condesb
Ausentes	Representação
	Municípios: Mongaguá, Peruíbe, Santos e São Vicente. Estado: Emprego e Relações do Trabalho e Meio Ambiente.

Assuntos Tratados
Os trabalhos foram abertos pelo Coordenador da CT de Educação, João Bosco Guimarães e foram discutidos os seguintes aspectos:
Discussão de proposta de plano de trabalho;
Foi enviada pela Diretoria Regional de Ensino do Estado a todos os Secretários municipais de Educação solicitação de que fossem encaminhadas propostas ao plano;
Leitura da proposta da Diretoria Regional de Ensino; As nomenclaturas são diferentes entre os municípios nas denominações; Tem áreas pedagógicas que não estão casadas entre municípios e Estado; Realização de reuniões técnicas – as redes municipais não conseguiram praticar as regras de que as matrículas podem ser feitas tanto na escola municipal como na estadual, previsto desde 2010;
Hoje a questão metropolitana é muito forte e não está presente nos municípios; Ainda não se tem plano de acúmulos de cargo conjunto;
Rejane de Guarujá colocou a necessidade de decisões conjuntas, em termos pedagógicos; Calendário - conflitos na questão de férias; Controle de acúmulo de aulas; mapear onde há pontos de estrangulamento; Questão de aproximação do município com o Estado na relação acadêmica; Encaminhamentos que são dados numa esfera que pode ter dados na outra esfera; Necessidade de serem definidos os gargalos; O que tem em comum, aproximação se deu diálogo pedagógico;
As reuniões do Estado e municípios são conjuntas;
Relato do trabalho realizado em Itanhaém na semana dos professores;
Levantada questão de problemas com aldeia indígena em Bertioga
Proposto que em certos períodos as reuniões voltariam a ser mensais e que bimestralmente seriam realizadas reuniões de informação;
A representante de Praia Grande colocou que até nos municípios que tiveram o Prefeito reeleito não se tem certeza como ficará a situação, talvez pensar uma ideia de se colocar um documento um entendimento mais claro e objetivo;
Reformular tratativas de comunicação Estado e município; não há nada consolidado; aprovado o plano de trabalho;
Próxima reunião- 06.12, 14h, pauta: educação especial continuidade Guarujá;

Já apresentaram Itanhaém, Bertioga, Praia Grande, Mongaguá
Nada mais havendo a ser discutido o Coordenador deu por encerrada a reunião.
LUCIANA FREITAS LEMOS DOS SANTOS Secretária

Data da Pesquisa: 09/09/2020	
Data da reunião: 06/12/2016	
Coordenação:	
Presentes	Representação
Vera Teresa A. P. dos Santos	(NÃO CONSTA REPRESENTAÇÃO)
Zélio Garcia Siqueira	Prefeitura de Bertioga
Luciana Freitas Lemos dos Santos	AGEM/Condesb
Bárbara Vieira	AGEM/Estagiária
Ausentes	Representação
	Municípios: Cubatão, Guarujá, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Praia Grande, Santos e São Vicente. Estado: Educação, Emprego e Relações do Trabalho e Meio Ambiente.
Assuntos Tratados	
Os trabalhos foram cancelados em vista do número reduzido de representantes	
LUCIANA FREITAS LEMOS DOS SANTOS Secretária	

ANEXO 1.3 Atas da Câmara de Educação - 2017

Data da Pesquisa: 09/09/2020	
Data da reunião: 22/06/2017	
Coordenação:	João Bosco Arantes Braga Guimarães
Presentes	Representação
Patrícia Duarte Espósito	PM Peruíbe
Raul Christiano	PM Cubatão
Melquisedec Hergerssheimer	PM Itanhaém
Juarez Mende de Azevedo	PM Guarujá
João Bosco Arantes Braga Guimarães	Secretaria de Estado de Educação
Clayton Diogenes Ribeiro	PM São Vicente
Valkiria Medeiros	PM Praia Grande
Carla Maria Esther A. R. Mendes	PM Bertioga
Luciana Freitas Lemos dos Santos	AGEM/CONDESB
Ausentes	Representação
	Municípios: Mongaguá e Santos. Estado: Emprego e Relações do Trabalho e Meio Ambiente.
Assuntos Tratados	
Os trabalhos foram abertos pelo Coordenador da Câmara Temática de Educação, João Bosco Guimarães e foram tratados os seguintes assuntos:	
- Em 2016 foi decidido que as reuniões seriam bimestrais; estava havendo muitas ausências;	
- Legislações municipais não são iguais;	
- Secretaria de Estado – figura do cuidador – não faz nada de pedagógico;	
- Pararam de se reunir no ano passado devido a mudança dos novos Prefeitos;	
- São Vicente colocou que o Plano Municipal de Educação está no período de elaboração das Notas Técnicas;	

- DRE Santos – Santos terminou o monitoramento, os outros municípios ainda não;
- O de Itanhaém já foi aprovado;
- Peruíbe também está na fase de monitoramento, nas Notas Técnicas;
- São Vicente propôs buscar na LBI quando for fazer o trabalho de cuidadores;
- Em Peruíbe estão usando estagiário, trabalho com a classe e do aluno (cuidados pessoais);
- Em Cubatão tem 780 alunos com deficiência na rede; 215 precisam de cuidador em sala de aula; chamaram 50 estagiários pelo CIEE (10 de Psicologia, 10 de Fisioterapia e 30 de Pedagogia); calcularam um Pajem para cuidar de uma criança, o que custa mil reais a mais no salário. Um Professor cinco mil e oitocentos reais para cuidar de uma criança; estão buscando uma solução;
- Estado mandou um Termo de Referência para contratação de cuidador, mas não falou da necessidade de formação;
- O Coordenador colocou que dentro da sala é o Professor, fora da sala é o Auxiliar de Enfermagem para alunos com dificuldade de locomoção;
- Detectaram que não existe laudo das crianças com deficiência pelas Prefeituras;
- Cultura que o professor na sala de aula é a sombra que o pai necessita;
- No Estado será melhor regrado – proposta de mudança das figuras na sala de aula – Professor Regente, Professor Auxiliar/acompanhante; Obrigatoriedade de laudo/atestado; Cobranças do Ministério Público;
- O Coordenador colocou que os pais querem ser contratados para serem cuidadores;
- Número de autistas da Baixada Santista – número muito grande; colhido no sistema Prodesp;
- Em São Vicente foram laudadas 1200 crianças;
- Autismo não aparece em exames – necessidade de laudo de Psiquiatra

- Acompanhamento dos Secretários Municipais de Educação – despesas;
- Peruíbe pontuou a possibilidade de a Apae ser transformada em atendimento educacional especializado
- O Coordenador colocou que não interessa ao Estado, pois terá mais obrigações e encargos. Hoje é feito convênio com a escola da Apae. Formação de Centro de Excelência; - Repensar – Prefeituras;
- Em São Vicente já estão repensando, conversaram com o Ministério Público; transformar profissionais – aumentar as tarefas deles; Aporte em tarefas de grupo e pelo próprio Professor da sala; Autonomia e emancipação a criança;
- No Japão primeiro é trabalhada a autonomia da criança;
- A representante de Bertioga colocou a necessidade de se repensa a EJA para essas crianças;
- Itanhaém – enfrentamento – necessidade de ser conversado para que não sejam cometidos erros – limites da deficiência; Público-alvo de educação especial – PAEE; Aliança do Professor da sala; como fazer com que o Estado aproveite um plano de trabalho do AEE;
- Necessidade de Estado e Município terem a mesma linguagem: Estado/Município, Estado/Estado e Município/Município;
- Nossa prática nem sempre está dentro da repartição, é casada;
- Raul propôs que as reuniões sejam mensais; alternativa é fazer reuniões itinerantes; Importância da troca de informações; valorizada a Câmara Temática; Compartilhar as dificuldades;
- Presidente da FDE e Secretário de Estado de Educação querem vir aqui na Baixada Santista; há canais de diálogo no MEC; Secretários da região também não vão nas reuniões da UNDIME; há necessidade de articulação;
- Ficando inócua as atividades da CT ficam inócuos o Condesb e a AGEM
- Próxima reunião fazer em Itanhaém, às 10h00 – 15/08;
- Pauta: cuidar e educar e papel da Pajem/Atendente na Educação;

- Guarujá levantou a questão de parcerias com o Estado;
- O Coordenador colocou que são culturas diferentes no município poder é mais próximo com isso as questões são resolvidas mais rapidamente;
- Bertioga levantou a questão da comunicação – escola municipal com estadual;
- O Coordenador falou do projeto questão democrática – no momento é como se dirige democraticamente um Diretoria e uma escola;
- No município as questões são mais fáceis de trabalhar pois estão no mesmo espaço;
- Poucos municípios, todos se preocupam com as escolas não importando se é municipal ou estadual;
- São Vicente falou sobre elaboração de um documento metropolitano sobre atendimento educacional especializado – elaboração de grupo de trabalho;
- O Coordenador informou que já foi feito o Plano de Trabalho desta CT;
- Itanhaém levantou a questão de comprometimento de Secretários e o Coordenador afirmou que os Secretários devem vir com propostas para a área de atuação;
- Guarujá falou que as ADI's não são consideradas Professoras;
- Frequência nas escolas – números não batem com os dados da Prodesp;
- São Vicente fará levantamento do EJA e trará maior de 15 anos no ensino fundamental
- Queda do número de alunos matriculados; muitos alunos indo para o EJA, CEJA; Desistência altíssima no CEJA; Evasão de alunos;
Nada mais havendo a ser discutido o Coordenador deu por encerrada a reunião.

Data da Pesquisa: 09/09/2020	
Data da reunião: 15/08/2017	
Coordenação:	João Bosco Arantes Braga Guimarães
Presentes	Representação
Rossana Aguilera C. Barbosa	PM Bertioga
Patrícia Duarte Espósito	PM Peruíbe
Raul Christiano	PM Cubatão
Déboa Illa Longhi Gallo	PM Peruíbe
Patrícia Duarte Espósito	PM Peruíbe
Maisa Costa	PM Cubatão
Juarez Mendes de Azevedo	PM Guarujá
Irene Clementina Tupiná	PM Mongaguá
Melquisedec Hergerssheimer	PM Itanhaém
João Bosco Arantes Braga Guimarães	Secretaria de Estado de Educação
Fabiana P. Bonifácio Lessi	PM Bertioga
Andréa Rong Capparelli	PM São Vicente
Regina M.D.T.N. Müller dos Anjos	PM São Vicente
Giselda Amélia Teodora	PM Praia Grande
Xenia Oliveira de Souza	PM Santos
Clayton Diogenes Ribeiro	PM São Vicente
Valkiria Medeiros	PM Praia Grande
Carla Maria Esther A. R. Mendes	PM Bertioga
Luciana Freitas Lemos dos Santos	AGEM/CONDESB
Giselle Nascimento Dias	PM Cubatão
Fabírcia Sales Cavalcante	PM Itanhaém

Rosa Maria Silva Paiva de Souza	PM Itanhaém
Tiago Cervantes	PM Itanhaém
José Bonifácio de Freitas Neto	PM Itanhaém
Ivan dos Santos	PM Itanhaém
Neiva Guidolin	PM Itanhaém
Luciana Freitas Lemos dos Santos	AGEM/CONDESB
Ausentes	Representação
	Estado: Emprego e Relações do Trabalho e Meio Ambiente.
Assuntos Tratados	
- Abertura dos trabalhos PM Itanhaém;	
- Apresentação de Itanhaém dos trabalhos realizados:	
<p>- Educação inclusiva de Itanhaém: compromisso levado a sério: com o principal objetivo de fazer com que todos os alunos com deficiência sejam incluídos na educação da Rede Municipal de Ensino, a Prefeitura de Itanhaém trabalha e investe em adequação e adaptação: espaços físicos, profissionais capacitados e uma equipe multidisciplinar fazem parte da realidade de todos os estudantes. Atualmente, a educação especial destaca-se desde a identificação das necessidades, até o encaminhamento aos projetos específicos, com finalização no ensino fundamental. No total, são 393 alunos atendidos na educação especial, 24 professores especializados e 200 profissionais de apoio; seguindo a Prefeitura de Itanhaém no Instagram e no Facebook - Nos projetos, e educação inclusiva conta com uma equipe multidisciplinar, formada em parceria com as Secretarias de Saúde, Assistência e Desenvolvimento Social e Educação, Cultura e Esportes. São profissionais educadores físicos, Psicopedagogos, Psicólogos, Psiquiatras, Pediatras, Fisioterapeutas, Fonoaudiólogos, Dentistas e Assistentes Sociais; A estrutura física e de equipamentos é outro destaque da rede municipal de ensino, já que todas as escolas e creches municipais contam com uma estrutura adequada para receber os alunos, desde rampas, portas amplas, banheiros, bebedouros, barras, placas em braile, lupa eletrônica, teclado, notebook, mouse adaptado, cadeiras de rodas e andadores; Os professores, profissionais de apoio e intérpretes de libras passam por formações continuadas mensais, garantindo a excelência no atendimento aos alunos. Durante os cursos, os profissionais discutem, trocam experiências e capacitam-se para o trabalho da inclusão em sala de aula; E para garantir que</p>	

toda essa estrutura funcione e os alunos cheguem até as escolas, impedindo a evasão escolar, o transporte adaptado também já é uma realidade na cidade. Atualmente, 240 estudantes com deficiência utilizam o transporte adaptado, que tem uma frota de dois ônibus, dois microônibus e quatro vans; Atendimento Educacional Especializado – AEE – atualmente são treze salas de aula que compõe, com 26 turmas e 192 alunos. A principal função do AEE é ajudar a identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos. Para isso, as salas de AEE são distribuídas estrategicamente pelo município, garantindo que alunos de todos os bairros sejam atendidos com a mesma eficácia, segurança e atenção; Programa para desporto – cerca de 120 crianças são atendidas pelo programa que envolve diversas atividades esportivas em seis núcleos vinculadas ao AEE de Itanhaém. As atividades acontecem no Centro Municipal Tecnológico de Educação, Cultura e Esportes (CMTECE) e em cinco escolas municipais; Projeto Lugar ao sol- são 90 alunos atendidos no local, que envolve atividades educativas, esportivas, culturais e de lazer, durante o contraturno escolar. O principal objetivo é despertar as habilidades e potencialidades dos alunos deficientes matriculados em escolas municipais do ensino fundamental, ou seja, crianças entre 6 e 14 anos; Equoterapia – um projeto de grande destaque do município e desenvolvido em parceria com as Secretarias de Saúde, Assistência e Desenvolvimento Social e Educação, Cultura e Esportes. No local, são atendidas 32 crianças com deficiência anualmente. As aulas ocorrem semanalmente e duram cerca de 30 minutos. O projeto conta com uma equipe multidisciplinar composta por Fisioterapeuta, Educadora Física, Psicóloga e Fonoaudióloga; Apresentação de vídeo; O Secretário municipal de Educação de Itanhaém, Thiago Cervantes, cumprimentou a todos e agradeceu a sua equipe pedagógica; justificou sua ausência nas reuniões desta Câmara e falou sobre a importância deste encontro;

- João Bosco começou sua apresentação falando uma frase de Mandela: Eu nunca perco. Ou eu ganho ou eu aprendo;

- Visão da nossa de região, ressaltou que não podemos pensar no município como só município, pensar como Região Metropolitana da Baixada Santista; Todos os assuntos que afligem são demandas da sociedade; Reativação desta CT, que anda capengando, chamar os Secretários para participar, levantou a importância da CT; pouco se consegue se avançar; Articular os Secretários dos 9 municípios e os 2 dirigentes do Estado; Fez uma apresentação sobre educação especial que será repassada as Seduc's e está arquivada junto a Secretaria Executiva do CONDESB;

- Irene, de Mongaguá, levantou que a figura de Cuidador tem sido feita pelo Professor aumentando em muito o salário de Professor, por volta de seis mil reais;

- A representante de Bertioga disse estar com o mesmo problema, em conversa

<p>com a Secretária de Cotia foi informada que eles têm a figura de Auxiliar de Classe, que é técnico, nível de ensino médio. O papel dele é intermediar os trabalhos do Professor;</p>
<p>- João Bosco falou que o papel deles é de gestor, ordenadores de despesas; Comprometimento do orçamento; Figuras do Cuidador - ter ensino médio com curso de enfermagem. Do Professor Pedagogia com especialização em educação especial, entre outras;</p>
<p>- TER - Autismo número muito grande; Previsão de funcionários para atender alunos PAEE; TEA tratamento do espectro autista número grande, importância do laudo precoce</p>
<p>- Irene levantou a necessidade de se ter cuidador</p>
<p>- CAPE.</p>
<p>- Plano de governança por município bianual.</p>
<p>- Problemas com o judiciário; ampliar a questão com o judiciário, dialogar com os juizes e explicar o que está acontecendo, oficializar; Ver consequências com as contratações no futuro, Lei 8.666/1993 e teto de salários;</p>
<p>- Finalizou com texto de Rubem Alves - O tempo e as jabuticabas;</p>
<p>- Andrea São Vicente - ansia e apreensão a respeito desse assunto, sociedade, estado e justiça – cobrança; Profissionais de apoio, redução; Atendimento feito indiscriminadamente por medo; estão pensando uma outra forma de ter Atendente Educacional, tentando encaminhar aos poucos; Trabalho de convencimento não só a justiça, como aos diretores e pais;</p>
<p>- Experiência de Bertioga - hoje tem 162 crianças laudadas e 90 e poucos atendentes; O atendimento pedagógico tem que ser feito pelo professor, o atendente é o intermediário; Necessidade de readequação;</p>
<p>- Bebês, casos de hidrocefalia;</p>
<p>- Como foi feito em Cubatão, estão fazendo trabalho de conscientização dos pais e gestores;</p>
<p>- São Vicente - maior problema é o TEA, necessidade de subsídio;</p>
<p>- Irene a maioria dos professores tem formação muito fraca, necessidade de capacitar o professor de como controlar os problemas;</p>
<p>- Itanhaém como estão fazendo - com professores que tem alunos com deficiência. A maioria tem autismo; A maior dificuldade é o preenchimento de questionário</p>

pelo professor porque ele não vê o aluno como dele; passar pente fino na demanda para o próximo ano;
- Em Peruíbe eles têm o Conselho - providencias administrativas e pedagógicas; Professor - como mediar no contraturno? Afronta a legislação trabalhista - 5h trabalho efetivo e 5h suplementar
- João Bosco propôs que cada um esclareça nas suas bases; Acúmulo de função com cargo; Fundamento legal do que cada prefeitura está fazendo; Possíveis saídas para problemas que estão tendo; necessário dar encaminhamento;
- Irene compilação das legislações;
- Bertioga fez carga suplementar, sem dobrar jornada, não ultrapassou o limite de 40 horas semanais, aderir a jornada suplementar;
- Raul propôs que sejam enviadas as legislações para o Condesb;
- Irene usar como contrato de substituto;
Próxima reunião: pauta - qual o fulcro legal de cada prefeitura sobre educação especial, dia 19/09, às 9:30, em Praia Grande;
Nada mais havendo a ser discutido o Coordenador deu por encerrada a reunião.
LUCIANA FREITAS LEMOS DOS SANTOS Secretária

Data da Pesquisa: 09/09/2020

Data da reunião: 10/09/2017

Coordenação:	João Bosco Arantes Braga Guimarães
Presentes	Representação
Rossana Aguilera C. Barbosa	PM Bertioga
Raul Christiano	PM Cubatão
Juarez Mendes de Azevedo	PM Guarujá
Déboa Illa Longhi Gallo	PM Peruíbe
Patrícia Duarte Espósito	PM Peruíbe
Nanci Solano T. Almeida	PM Praia Grande

João Bosco Arantes Braga Guimarães	Secretaria de Estado de Educação
Luciana Freitas Lemos dos Santos	AGEM/CONDESB
Marta Echevarria R. Macedo	DER Santos
Fabiana P. Bonifácio Lessi	PM Bertioga
Tiago Cervantes	PM Itanhaém
Glenda A. da Silva Belchior	PM Mongaguá
Angela Domingues de Souza	PM Peruíbe
Angela Domingues de Souza	PM Peruíbe
Daniel Elias S. Pereira	PM Praia Grande
Fernanda Hannickel Portela	PM Praia Grande
Giselda Amélia Teodora	PM Praia Grande
Grace Cássia Lima de Paiva	PM Praia Grande
Marcia D. T. N. Faria	PM Praia Grande
Rafael Turlão	PM Praia Grande
Thaís M. P. Ramos	PM Praia Grande
Nadia Marques Trovão Simões	PM Santos
Xenia Oliveira de Souza	PM Santos
Andréa Rong Capparelli	PM São Vicente
Regina M.D.T.N. Müller dos Anjos	PM São Vicente
Patrícia Duarte Espósito	PM Peruíbe
Maisa Costa	PM Cubatão
Irene Clementina Tupiná	PM Mongaguá
Melquisedec Hergerssheimer	PM Itanhaém
João Bosco Arantes Braga Guimarães	Secretaria de Estado de Educação

Fabiana P. Bonifácio Lessi	PM Bertiooga
Andréa Rong Capparelli	PM São Vicente
Regina M.D.T.N. Müller dos Anjos	PM São Vicente
Ausentes	Representação
	Estado: Emprego e Relações do Trabalho e Meio Ambiente. Municípios: Praia Grande e São Vicente
Assuntos Tratados	
Os trabalhos foram abertos pelo Coordenador da Câmara Temática de Educação, João Bosco Guimarães e foram tratados os seguintes assuntos:	
- Boas-vindas da Secretária de Educação de Praia Grande - Nanci Solano que também falou do prazer de estar recebendo a reunião desta Câmara;	
Plataforma Dragon Learn; Forma contempladas pela Secretaria de Estado de Educação as Diretorias do Centro Oeste, Norte e Santos; os municípios podem fazer adesão a plataforma; 23 escolas foram atendidas e todos os professores estão sendo treinados; Trabalhados exercícios de matemática com monitoramento posterior; A plataforma cria gabinetes para acompanhamento permanente; No Estado de São Paulo tem currículo oficial; Envolvimento maior dos alunos; Sem custos;	
- Passou a palavra a técnica Ekaterina Khudyakova a qual iniciou a apresentação falando sobre o que é uma plataforma – é um site onde o professor se cadastra também seus alunos; começar a usar o Dragon Learn é muito fácil; Pode ser usado no seu trabalho, em casa, durante as aulas; Professores e responsáveis podem monitor o desempenho das crianças; Ensino individual; Estrutura de cursos para ensino fundamental 1; Dragon Learn cria diálogo com cada criança; Dragonlearn.com.br e dragonlearn.com; Palestras com professores, mais de trinta palestras com trezentos professores; Diretoria de Ensino de Santos número maior de escolas que conseguiram visitar; passou os contatos do WhatsApp 79096834808 e e-mails: khudyakova@dragonlearn.com.br info@dragonlearn.com.br ; para fazer parte do grupo no WhatsApp da equipe do Dragon Learn e professores do Brasil é só enviar uma mensagem;	
- Marcia de Praia Grande perguntou se atende crianças com deficiência auditiva e	

visual;
- João informou que cada escola vai pegar a plataforma e adequar as suas necessidades; agregar atividades em torno da plataforma; Estão sendo feitos ajustes a língua portuguesa e a nossa realidade; Estão sendo feitos ajustes a língua portuguesa e a nossa realidade; O aluno fica encantado com esse mundo; O aluno fica encantado com esse mundo; Mudança de hábitos;
- Marta da DER/Santos colocou sobre a importância dos ajustes, do retorno; Ajustes também são feitos quanto ao horário da utilização; Situações que eles vão adaptando conforme a realidade da escola; Ferramenta que motiva na aprendizagem da matemática; foi criada limitação de horário; A própria prefeitura adere; A SEDUC entra em contato com eles;
Nanci de Praia Grande informou que irão aderir;
- Ekatherina informou que estão com uma plataforma mais moderna; Adaptação da plataforma; Avaliação;
João Bosco informou que trabalharam: dois professores de séries iniciais do ensino fundamental de cada escola; Educação especial, demanda permanente; achar cada caminho que as SEDUC's estão construindo sobre essa questão;
Representante de Santos colocou a questão do professor que amplia a jornada em escola da rede com o professor moderador; Nomenclaturas diferentes; Metodologias diferentes;
João Bosco – montar um workshop de um dia para ver como é encaminhado; Convidar Ministério Público e Judiciário, bem como Saúde – médicos;
Apresentação Marcia da experiência de Praia Grande: Matrícula se dá na escola mais próxima da casa do aluno; Legislação; Embates; políticas públicas mudanças vem mostrando os movimentos que estão vindo; como é o olhar do município de Praia Grande em relação a políticas públicas do direito da pessoa com deficiência; Necessidade de se conversar; Qual é o compete hoje do professor de educação especial; Praia Grande atende o direito dessa política não é só da educação e é muito maior; Convenção sobre Direitos da Pessoa com Deficiência; Lei brasileira de inclusão da Pessoa com Deficiência; Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Deficiência; Transtorno do Espectro Autista – TBA; AEE – no contraturno;

<p>Alunos da educação inclusiva 2017; Evolução da educação inclusiva; Relatórios pedagógicos – qual o desenvolvimento acadêmico; Eles vêm discutindo essa política pública desde o ano 2000 – ela perpassa todos os segmentos; Hoje trabalham com professor interlocutor no caso de deficientes auditivos; Atendentes de educação – terminologia usada em Praia Grande; Fazer com que a escola entenda a necessidade de atendente; Foram levantadas questões sobre transporte e merenda; regime de contratação; tripla proteção de apoio como funciona – atendimento educacional especializado/AEE; No AEEE são atendidos bebês; Dificuldades; Construção com a equipe; Cada caso é um; Necessidade da família na parceria; Como é trabalhada a questão de atendimento no contraturno; Políticas de faltas é a mesma do sistema educacional regular; Apresentação de slides: Atendimento com Professores Auxiliares – 5 Atendimento domiciliar – 3; Relatórios diários</p>
<p>- Bertioga colocou sobre a questão de mediação de currículo – Auxiliar Técnico Educativo individualizado;</p>
<p>- Raul a– qual é o modelo? Em Cubatão irão terceirizar profissionais; contrataram estagiários de Fisioterapia, Pedagogia e Psicologia;</p>
<p>- Encontrar uma forma para que todos sigam o mesmo contrato; padronizar regionalmente</p>
<p>- Nanci – socializar as atribuições desses profissionais, como um estudo, uma linguagem mais coletiva; aprimorar o trabalho tendo como base as experiências exitosas;</p>
<p>- São Vicente está usando chamamento;</p>
<p>- Rossana de Bertioga, perguntou sobre síndromes severas se eles têm algum tipo de trabalho;</p>
<p>- LDB – atendimento até 17 anos;</p>
<p>- Juarez, de Guarujá, disse que um dos grandes problemas é o custo;</p>
<p>- João Bosco colocou que é preciso parar e pensar quanto custa essa brincadeira; atrelar a custo; Articulação de conhecimentos e informações; alinhar uma proposta com características próprias, para os nove municípios, da educação especial; juntar todos os retalhos; Demandas que acham que a solução é colocar mais pessoas na rede; articular um Encontro sobre Educação</p>

Especial;
- Necessidade da participação dos Secretários Municipais de Educação;
Nada mais havendo a ser discutido o Coordenador deu por encerrada a reunião.
LUCIANA FREITAS LEMOS DOS SANTOS Secretária

Data da Pesquisa: 09/09/2020	
Data da reunião: 17/11/2017	
Coordenação:	João Bosco Arantes Braga Guimarães
Presentes	Representação
Juarez Mendes de Azevedo	PM Guarujá
Luci Cristina Z. B. F.Charif	PM Itanhaém
Nanci Solano T. Almeida	PM Praia Grande
Maria Aparecida Cubilia	PM Praia Grande
Enéas Machado	PM Santos
João Bosco Arantes Braga Guimarães	Secretaria de Estado de Educação
Luciana Freitas Lemos dos Santos	AGEM/CONDESB
Raul Christiano	PM Cubatão
Lincoln Spada da Silva	PM Cubatão
José Bonifácio de Freitas Neto	PM Itanhaém
Lilian Batalha da Costa Insinim	PM Itanhaém
Nadia Marques Trovão Simões	PM Santos
Jorge Antonio Coutinho	Secretaria de Estado de Educação – DER São Vicente
Ausentes	Representação
	Estado: Emprego e Relações do Trabalho

	e Meio Ambiente. Municípios: Bertioga, Mongaguá, Peruíbe e São Vicente
Assuntos Tratados	
Os trabalhos foram abertos pelo Coordenador da Câmara Temática de Educação, João Bosco Guimarães e foram tratados os seguintes assuntos:	
Justificativa do cancelamento da reunião de outubro, devido a vinda do Governador do Estado para inauguração de creche em Bertioga;	
Foi cobrada a questão de municipalização de escola no Guarujá;	
Reunião de hoje vale como ordinária e é um pedido do Secretário de Educação de Santos;	
Foi sugerida a realização de uma conferência intermunicipal do CONAE em local e data a serem definidos;	
Proposta de conferência intermunicipal, economia	
Os representantes de Santos informaram que tiveram dificuldade para realizarem a conferência até o final do ano, como a data para realização foi prorrogada eles estão propondo que seja feita uma intermunicipal, regional; com a união dos municípios diminuirão os gastos e legitimarão algo comum a RMBS; Lembraram que já tiveram essa experiência em 2010, e a ideia é seguir a mesma linha; 9 palestrantes, uma abertura e os demais um por eixo;	
A Secretária Nanci, de Praia Grande, colocou que todos concordam e que sua equipe já discutiu essa possibilidade de ser feita intermunicipal;	
Somente Guarujá realizou a conferência; O sr. Juarez colocou Guarujá a disposição para ajudar, para somar;	
Inviável realizar neste ano; Melhor época para realizar é 6 e 7 de abril de 2018; montar uma comissão com representantes e técnicos das Secretarias municipais de Educação;	
Melhor época para realizar é 6 e 7 de abril de 2018;	
Montar uma comissão com representantes e técnicos das Secretarias municipais de Educação; Santos verá o local; A Conferência estadual será em julho e a	

federal em novembro; Cada município vai eleger representante;
Santos já conversou com a Dra. Fátima e ela conversará com o Reitor da Unisantos sobre a data;
A Conferência estadual será em julho e a federal em novembro;
Cada município vai eleger representante;
Santos já conversou com a Dra. Fátima e ela conversará com o Reitor da Unisantos sobre a data;
Grupo de trabalho será formado por dois técnicos e um representante do Conselho municipal de Educação;
Até dia 24/11, encaminhar os nomes dos membros do Grupo de Trabalho, para o coordenador do grupo - João Bosco, através dos e-mails: joabguima@hotmail.com e desan.educacao.sp.gov.br e para o Condesb; Reunião do Grupo de Trabalho para a Conferência Intermunicipal do CONAE será no dia 30, 9h00, na Agem; . Plataforma de matemática
Praia Grande começaram o contato não os russos não entregaram documentação;(s.e.)
Fazer um piloto;
João informou que na federal estão utilizando em turmas do EJA; A Regional está indo para o fundamental 2 e pretende ir para o ensino médio;
Como estão trabalhando com Plano de Intenção;
Adesão aos kits, uniformes escolares e mesa e carteira;
Praia Grande MP recomendou que sejam compradas unitariamente cadeiras e mesas;
Foi perguntado se Praia Grande recebeu a carreta da CPFL e informado que ainda não;
Nada mais havendo a ser discutido o Coordenador deu por encerrada a reunião.
LUCIANA FREITAS LEMOS DOS SANTOS Secretária

ANEXO 1.4 Atas da Câmara de Educação - 2018

Data da Pesquisa: 12/09/2020	
Data da reunião: 24/05/2018	
Coordenação:	João Bosco Arantes Braga Guimarães
Presentes	Representação
Geoína Tavares Gonçalves	PM Guarujá
Patrícia Duarte Espósito	PM Peruíbe
João Bosco Arantes Braga Guimarães	Secretaria de Estado de Educação
Luciana Freitas Lemos dos Santos	AGEM/CONDESB
Lilian Batalha da Costa Insinio	PM Itanhaém
Thaloo M. Prestia Ramos	PM Praia Grande
Marilena Ferreira	PM Praia Grande
Fabiana Ribeiro de Moraes	PM Santos
Ausentes	Representação
	Municípios: Bertioga, Cubatão, Mongaguá, São Vicente e Santos. Estado: Emprego e Relações do Trabalho e Meio Ambiente.
Assuntos Tratados	
Os trabalhos foram abertos pelo Coordenador da Câmara Temática de Educação, João Bosco Guimaraes e foram tratados os seguintes assuntos:	
<ul style="list-style-type: none"> Foi feita reunião na semana passada em São Paulo pela Secretaria de Estado de Educação, para discutir como trabalhar com os municípios acerca da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica; Com o objetivo geral de reconhecer os fundamentos legais que aportam o BNCC e apresentar o plano de trabalho da BNCC na interlocução com o Dirigente de Ensino nas microrregiões e os respectivos municípios; 	
Santos e São Vicente formam a macrorregião C englobando os nove municípios da Região Metropolitana da Baixada Santista;	
A função do Dirigente é fazer a interlocução com os municípios e a Secretaria de Estado;	
Foram apresentados os objetivos específicos e a apresentação segue anexa a	

esta;
Serão realizadas audiências ao longo do semestre; Indicação de filme Corrida por uma nota de 1000 dólares; https://www.youtube.com/watch?v=L177yGi8eM – filme feito pela Secretaria de Estado da Cultura; Através do Condesb implementar a troca de informações entre municípios e Governo do Estado; Superar a fragmentação das políticas educacionais;
O que a BNCC prevê e competências gerais da educação básica; essas competências devem ser desenvolvidas em toda a escola; Estrutura da BNCC; Marcos legais: arts. 205, 210, da CF e arts. 9º e 26 da LDB; Currículos e BNCC – papéis complementares; Regime de colaboração no Estado de São Paulo;
- Plano de trabalho – objetivos específicos;
- Macrorregiões;
- Planos de trabalho – etapas do Seminário;
- A proposta – etapa 1 – realização de um seminário em cada região com cento e sessenta e cinco pessoas, mais vinte e seis pessoas da equipe técnica; Não haverá custos para os municípios; Serão dois dias de duração;
- Etapa 2 – seminário com o polo de São Paulo;
- Etapa 3 - seminário estadual;
- Etapa 4 – lançamento currículo e formação;
- A primeira etapa será em Santos de 17 a 19 de junho de 2018, com 191 participantes
- A segunda etapa, será em São Paulo, no período de 15 a 17 de agosto de 2018, com 54 participantes;
- Terceira etapa, em Atibaia, dia 3 de setembro com aproximadamente seiscentos participantes;
- Quarta etapa, em São Paulo, no dia 7 de dezembro de 2018, com novecentos e três participantes;
- Papel do dirigente da região; Troca de ideias estará sendo feita dentro das macrorregiões; Proposta de roda de conversa;
- Proposta de roda de conversa;
- BNCC e ensino médio – os currículos da educação básica; Arts.26, incisos e §§, art. 35a, §§ 1º, 2º, 3º, 4º, 5º,6º e 7º e art. 36; Estrutura; Áreas de conhecimento – competências gerais da Educação básica; Áreas de linguagens, matemática, ciências humanas, ciências da natureza; Audiências públicas – Ensino Médio – SP 08/06/18;
- Contribuições;
- Endereço para inscrição e acesso a informações sobre a audiência pública da BNCC – Ensino Médio: http://cnebncc.mec.gov.br ;

Nada mais havendo a ser discutido o Coordenador deu por encerrada a reunião.	
- Download – planilha – Coordenador Pedagógico – acrescentar coluna ao lado direito e colocar o que a escola avançou; nas competências e habilidades; pedir para professores ou coordenador preencher; esse é o estudo que será feito; Importância para quando chegar no Seminário se ter conhecimento e entendimento do que será trabalhado; os representantes presentes colocaram como estão trabalhando em seus municípios: (s.e)	
- Peruíbe informou que já estão desenvolvendo; (s.e)	
- Em Guarujá tem uma comissão que prepara material que reúne Coordenador e gestores (que passam para os professores) – estão fazendo (estudos da BNCC; (s.e)	
- Santos participa desde a primeira versão de encontros na rede. Já aconteceu discussão e formação de Coordenadores; (s.e)	
- Dia “D” – videoconferência (s.e)	
- Praia Grande toda a rede discutiu desde 2015 participam de Seminário. Em 2016 participaram. Aguardando homologação, receberam representantes do MEC; trazem várias palestras – primeiro semestre é de estudo; (s.e)	
- Itanhaém – participam de todos os eventos com Santos desde 2015. Abriram o ano letivo de 2018 por área e conhecimento; O movimento ainda continua; (s.e)	
- Praia Grande – palestrantes em quatro momentos; (s.e)	
- Guarujá – evento grande no Teatro Procópio Ferreira, chamaram também escolas particulares; levantada pelo Coordenador a necessidade de serem os mesmos representantes com poder de decisão que participem das reuniões sobre esse assunto; (s.e)	
- Chamar Secretários municipais de Educação; (s.e)	
- Fazer outra reunião para fechar detalhes do evento de junho; (s.e)	
- O Coordenador Joao Bosco passou seu telefone e e-mail para que sejam dirimidas quaisquer dúvidas (s.e)	
LUCIANA FREITAS LEMOS DOS SANTOS Secretaria	

Data da Pesquisa: 09/09/2020	
Data da reunião: 28/06/2018	
Coordenação:	João Bosco Arantes Braga Guimarães
Presentes	Representação
Carla Marisa Esther	PM de Bertioga

Maisa Cristina Ferreira Costa	PM de Cubatão
Geoína Tavares Gonçalves	PM de Guarujá
Débora Illa Longhi	PM de Peruíbe
João Bosco	Secretaria de Estado Educação
Ariel Alexandre dos Santos	AGEM/CONDESB
Rosana Parada	PM de Bertioga
Rejane Maria	PM de Guarujá
Chrystina Magalhães	PM de Itanhaém
Lilian Batalha	PM de Itanhaém
Jaqueline Gomes Bartié	PM de Mongaguá
Glenda da Silva Belchior	PM de Mongaguá
Karena Alvarenga	PM de Peruíbe
Angela Domingues	PM de Peruíbe
Roseli Sanches	PM de Peruíbe
Solange Aparecida	PM de Peruíbe
Marilena Ferreira	PM de Praia Grande
Marisa Carvalho Pires	PM de Santos
Maria Helena Marques	PM de Santos
Ausentes	Representação
	Município: São Vicente. Estado: Emprego e Relações do Trabalho e Meio Ambiente

Assuntos Tratados
<p>Relato do andamento dos trabalhos:</p> <p>O Coordenador nesta Câmara Temática deu início a reunião agradecendo a presença de todos e passou ao Item I.</p>
<p>Item I</p>
<p>Informado que a BNCC foi encaminhada aos membros;</p>
<p>Realizadas reuniões com os Diretores, Coordenadores, Professores, Vice- Diretores e Vice-Diretores da Escola da Família;</p>
<p>Necessidade de que os técnicos apliquem em seus municípios os trabalhos de habilidades e avanços disponíveis no site da BNCC com o objetivo de adquirirem informações para geração de discussão no Encontro Regional; informado que o evento será realizado nos 06, 07 e 08 de agosto com previsão de 191 inscritos; objetivo de trazer o tema BNCC para a CT Educação foi de unificar a RMBS e encaminhar as demandas ao Governo do Estado; Movimento ao BNCC deve ser realizado em cada unidade escolar; Não há definição de critérios referente ao número de técnicos por municípios;</p>
<p>O Coordenador cedeu a palavra para que os representantes presentes fizessem explanação do trabalho que está sendo realizado para o Encontro Regional:</p>
<p>Guarujá: Realizado encontro referente a educação infantil, comissão com coordenadores e supervisores das Seduc's, avaliação com as dez competências e a próxima avaliação será de concepções de currículos;</p>
<p>Itanhaém: Foram feitas discussões e está em fase de elaboração do documento;</p>
<p>Bertioga: realizadas palestras para Professores e Diretores;</p>
<p>Praia Grande: Estudo foi iniciado em janeiro, semanalmente estão sendo realizados cursos online e no segundo semestre haverá estudos presenciais HTPI com livros e materiais de apoio com conclusão para o mês de novembro;</p>
<p>Santos: Acompanhamento das etapas e construção da base, Trabalhos com equipes gestoras de coordenação pedagógica, Grupo de professores de educação infantil, grupo de professores de português e matemática e feita PPP com os professores com homologação de duas escolas;</p>

Cubatão: Duas reuniões com o comitê gestor;
Mongaguá: Formação com Diretores e estudo para formação de PPP porém não houve aprofundamento do estudo;
Peruíbe: Início em 2017, palestras concepções de currículo e realizado HTBC em rede;
Item II
Necessidade de projeto para redução de retenção.
Não havendo mais nada a tratar foi encerrada a reunião.
ARIEL ALEXANDRE DOS SANTOS Secretário

ANEXO 1.5 Atas da Câmara de Educação - 2019

Não foram encontradas atas referentes ao ano de 2019.

ANEXO 1.6 Atas da Câmara de Educação - 2020

Data da Pesquisa: 12/09/2020	
Data da reunião: 01/07/2020	
Coordenação:	João Bosco Arantes Braga Guimarães
Presentes	Representação
Priscila Eleutério Gomes	Prefeitura de Mongaguá
Débora Illa Longhi Gallo	Prefeitura de Peruíbe
Vanessa Rovenna Hernandes	Prefeitura de Praia Grande
Cristina Abreu da Rocha Barletta	Prefeitura de Santos
Maria de Lourdes Rocha Freire	Sec.Est. infraestrutura e Meio Ambiente
João Bosco Arantes Braga Guimarães	Secretaria de Estado Educação
Leni Rocha Santos	AGEM
Luciana Freitas Lemos dos Santos	AGEM/CONDESB
Rubens Antonio Mandetta	Prefeitura de Bertioga
Célia Monti Viana	Prefeitura de Bertioga
Aparecido Silva	Prefeitura de Bertioga
Carla Maria Esther Antoni	Prefeitura de Bertioga
Claudia Lima	Prefeitura de Bertioga
Márcia Regina Terras Geraldo	Prefeitura de Cubatão
João José Pecchione	Prefeitura de Guarujá

Vanessa Rovenna Hernandes	Prefeitura de Praia Grande
Grace Paiva	Prefeitura de Praia Grande
Liliane Rezende	Prefeitura de Santos
Maria Helena Marques	Prefeitura de Santos
Eugenia Marcondes Leal Teixeira	Prefeitura de São Vicente
Rosana Parada	
Ausentes	Representação
	Município: Itanhaém
Assuntos Tratados	
Os trabalhos foram abertos pelo Coordenador da Câmara Temática de Educação, João Bosco Guimaraes e foram tratados os seguintes assuntos:	
<ul style="list-style-type: none"> – O Coordenador da Câmara Temática deu início à reunião agradecendo a presença de todos e foram tratados os seguintes aspectos: – O Coordenador informou que conversou com a Secretária de Santos, Cristina Barletta sobre que a volta às aulas não será regular, diante da nova situação; <ul style="list-style-type: none"> . Alunos que estão voltando com perdas; . Não será volta de férias, nem de um recesso; . Volta ao meio físico; – Na sequência a Secretária Cristina Barletta, fez uma breve consideração sobre justiça restaurativa, da qual é grande incentivadora desse trabalho; <ul style="list-style-type: none"> . Disse que a justiça restaurativa é uma política pública; . Deu seu testemunho de bons resultados como diretora de escola, de como lidar com conflitos; . A proposta de prevenção/equilíbrio da relação de toda a comunidade escolar; . Destacou que diminuiriam os casos de judicialização; . Tem apoio do Rotary, onde são disponibilizadas salas próprias para o programa; . O programa será muito utilizado após pandemia e colocou a equipe de Santos a disposição dos demais municípios; – Liliane, da prefeitura de Santos apresentou o trabalho feito em seu município e informou que São Vicente também tem o núcleo de justiça restaurativa e que fizeram uma apresentação do programa em Itanhaém e em Mongaguá; <ul style="list-style-type: none"> . Destacou o que vem a ser o programa, ou seja, é uma filosofia de via, não é só resolver conflitos, qualidade de melhorar a convivência; . Colocou que já existe uma formação na Unisanta, curso de extensão; . É o primeiro curso dentro do Estado de São Paulo de justiça restaurativa. A proposta do curso é estar junto, trabalhar dentro do contexto do que já existe na escola – humanização; . Estão trabalhando com o preventivo; . Metodologia americana; . Importância do cuidar do humano; . Necessidade de fortalecer a rede; . Colocou-se a disposição para ajudar as demais cidades; . Destacou que é preciso implementar, ajudar com valores que não tem hoje na família – acolher; . A violência nunca vai acabar, mas podemos ajudar na prevenção; . Círculos de construção de paz – grupos de trabalho; 	

- . Finalizou sua apresentação agradecendo pelo espaço, se colocando a disposição para ajudar a todos, convidou a todos para participarem no dia 08/07, de evento sobre o dia da justiça restaurativa e de lançamento de livro sobre essa matéria, focada para a criança, encaminhará convite da Câmara Municipal. Passou o seu e-mail justicarestaurativa@santos.sp.gov.br;
- Antes de ouvir os Secretários municipais de educação de como irão encaminhar o retorno _as aulas, na forma presencial, em cada município, o Coordenador passou a palavra a Débora, Secretária de Peruíbe e Coordenadora do Polo da Baixada Santista, da Undime, a qual informou sobre as deliberações da Undime e apresentou o resumo da reunião;
- . Destacou que no dia 23/06, a Undime de SP organizou um encontro com o Ministério Público, órgão gestor de diretrizes para as promotorias públicas do Estado de São Paulo, que traçou um panorama das expectativas do Ministério Público a esse período de pandemia e as Secretarias de Educação;
- . A Promotoria teve várias demandas, onde para algumas foram feitas recomendações e que tem algumas em aberto e que cada Promotor de Justiça tem a independência da sua atuação;
- . Existem alguns pontos focais que merecem atenção quanto ao retorno das aulas;
- . Comentário sobre o processo de merenda escolar que não atendia a totalidade dos alunos; educação infantil; atividades digitais não atendem cem por cento da clientela; dificuldades de compreensão que não deve reverberar na reprovação; espaço de zelo enorme, cuidado; alojamento dos mais pobres; alunos com deficiência e que já estão chegando demandas sobre tratativas de retorno das aulas;
- . Foram feitos alguns comentários, uma série de discussões;
- . Pendência foi à questão da retomada das aulas, como será feita?
- . Ministério Público pedirá um protocolo para cada cidade, sobre a retomada das aulas que deverá conter um protocolo de higienização dos espaços escolares; da reorganização pedagógica, do transporte, como vai se dar;
- Informou que Peruíbe já recebeu uma recomendação que esse protocolo deverá ser apresentado ao MP. Desde o dia 23/06, Peruíbe já está fazendo levantamentos;
- . Os gestores se envolveram com os seus professores e funcionários;
- . Documento único;
- . Estão fazendo a proposta de uma comissão intersetorial – saúde, educação, assistência social, conselho, sindicato;
- . Retorno às aulas com segurança;
- . Na semana passada, na Undime, começaram a fazer discussões sobre fortalecimento regional;
- . Proposta de que a CT elabore proposta de ações regionalizadas, fortaleceria os municípios, lembrando as peculiaridades de cada cidade;
- . Cada cidade produzir uma minuta de documento;
- . Propor retorno idêntico para os nove municípios, porcentagem de alunos, retorno por modalidade – firmar regionalmente, reposição presencia e por fim um Protocolo sanitário mínimo frente às características da região;
- . Impactos nas redes sejam os mínimos possíveis;
- . Consenso para que os municípios saiam fortalecidos;
- .Mandetta, Bertioga – quatro a seis comissões para que elaborassem

- propostas para as Secretarias;
- . Ter antecipadamente uma proposta com os diretores;
- . Já estão em atividades – minuta de protocolo;
- . Trabalho positivo com sindicatos, conselhos e secretarias municipais;
- . DRS 4 – trabalhar conjuntamente;
- João, de Guarujá – duas comissões – ensino remoto e comissão mista;
- . Levantamento dos equipamentos e materiais que as escolas precisarão ter;
- Eugenia, São Vicente – Prefeito constituiu comissão;
- . Protocolo de saúde – adquirindo os insumos;
- . Portal na entrada das escolas;
- . Acolhimento está dentro do protocolo;
- . Ações pedagógicas;
- . Dúvida – questão da alimentação escolar;
- . Grupo de risco – baixa grande de número de professores;
- . Como fazer com o aluno que não quer ir para a escola?
- Cristina Barletta, Santos – apresentou ao Prefeito ontem o plano de ação a luz do Estado;
- . Aquisição de insumos;
- . Segurança dos pais;
- . Comitê intersetorial - Diário Oficial de hoje – constituído por representantes da saúde, assistência social, conselho municipal, escolas particulares, primeira infância, Sejes e conselhos escolares;
- . Levantando questões que irão discutir com as comissões;
- . Corresponsabilização com todos os setores;
- . Consulta Ministério Público e Defensoria Pública para ter respaldo quanto ao retorno de quem não quer;
- . Primordial que se tenha ações conjuntas;
- Márcia Terras, Cubatão – estão fazendo com os gestores levantamento de questões sobre o retorno;
- . Falta de professores;
- . Compras de EPI's;
- . Envolvimento – trabalho conjunto com o Ministério Público;
- . Sem condições de voltar em setembro;
- . Trabalhando com a saúde;
- . Os problemas serão imensos;
- . Garantir a segurança;
- . O trânsito é muito grande = professores;
- Vanessa, Praia Grande – tem feito consultar a Secretaria de Saúde;
- . Apoio das demais secretarias;
- . Propostas para retorno em agosto, mas mudaram;
- . Aquisição de equipamentos;
- . Preocupação com protocolo sanitário;
- . Importância de parceria;
- . Priscila, Mongaguá – conseguiram vencer um semestre – sobrevivendo;
- . Lidando diariamente com o desconhecido;
- . PCDN das reuniões pedagógicas;
- . Competências sociais dos professores;
- . Não criaram comitê – os membros estão com Covid;

- . Plano de retomada – fortalecer os conselhos municipais;
- . Reuniões remotas com os conselhos das escolas;
- . Equipamentos – elencando, preços altíssimos;
- . Preocupação com alimentação;
- . Sexta-feira *live* pública para saberem se concordam;
- . Encontro da Unicef – necessidade de interligar;
- . Construção de um plano estratégico;
- . Agradeceu pelo convite e parabenizou pelo trabalho de todos;
- Lilian, Itanhaém – estão vivenciando o mesmo problema;
- . Sexta-feira terão reunião para discutir de que forma vão viabilizar a volta às aulas;
- . Preocupação com os profissionais – jornada dupla;
- Mandetta – comissão pedagógica – ensino à distância e compra de EPI's; equipamentos;
- . Marcar reunião com a DRS \$;
- . Quais seriam as questões que devem ser resolvidas;
- . O que se deve pensar no plano deles;
- . Palestra Undime de Pernambuco;
- Debora – pedidos – Undime Secretários – conversar com os prefeitos para falar com Deputados federais sobre a aprovação do Fundeb;
- . Fundamental que PEC das 800 horas – educação infantil;
- Cristina – propôs se reunirem novamente, traçar protocolos sanitários;
- . Importância que os retornos sejam na mesma época;
- . Respaldo do Ministério Público e Defensoria Pública;
- Mandetta – concorda maior segurança para a rede. Tomar todos os cuidados;
- . Deve ser discutida e trabalhada com a área da saúde;
- . Período em que faixa voltarão;
- . Macroimportantes;
- João Bosco colocou que todos os finais de semana recebem mais pessoas de fora, turistas, aspecto que o preocupa muito;
- . Proposta de repassar endereços de fornecedores e descritivos dos materiais
- . Fundeb – trabalhando com vários programas do governo anterior. Correr aos prefeitos e deputados;
- . Constar no protocolo da Região Metropolitana da Baixada Santista a vinda de turistas nos finais de semana;
- . O Coordenador entrará em contato com os Coordenadores das CT's de Saúde e Desenvolvimento Social, do Condesb;
- . Preocupação pedagógica e da área da saúde;
- . Atrelar a saúde;
- . Mandetta – EPI's, previsão de prazos, datas, segmentos semelhantes;
- . Definir critérios – definições macros;
- . Proposta metropolitana;
- . Próxima reunião dia 10/07, às 9h00, por videoconferência;

Não havendo mais nada a tratar foi encerrada a reunião

Link da videoconferência: <https://meet.google.com/nyp-yrzy-euw>

Data da Pesquisa: 12/09/2020	
Data da reunião: 10/07/2020	
Coordenação:	João Bosco Arantes Braga Guimarães
Presentes	Representação
Débora Illa Longhi Gallo	Prefeitura de Peruíbe
Cristina Abreu da Rocha Barletta	Prefeitura de Santos
Maria de Lourdes Rocha Freire	Secretaria de Estado de infraestrutura e Meio Ambiente
João Bosco Arantes Braga Guimarães	Secretaria de Estado Educação – DRE Santos
Débora Sena	
Bruna Westen	
Luciana Freitas Lemos dos Santos	AGEM/CONDESB
Lilian Freire	Dep. Rosana Valle
Rosana Valle	Deputada Federal
Rubens Antonio Mandetta	Prefeitura de Bertioga
Aparecido Silva	Prefeitura de Bertioga
Carla Maria Esther Antoni	Prefeitura de Bertioga
Claudia Lima	Prefeitura de Bertioga
Zelio Garcia	Prefeitura de Bertioga
Márcia Regina Terras Geraldo	Prefeitura de Cubatão
João José Pecchione	Prefeitura de Guarujá
Douglas Rodrigues	Prefeitura de Itanhaém
Rosana Espósito	Prefeitura de Mongaguá
Ana Paula	Prefeitura de Peruíbe
Vanessa Rovenna Hernandes	Prefeitura de Praia Grande
Grace Paiva	Prefeitura de Praia Grande
Nadia Marques Trovão Simões	Prefeitura de Santos
Kátia Perez Locaretti	Prefeitura de Santos
Ana Lucia Duarte	Prefeitura de Santos
Eugenia Marcondes Leal Teixeira	Prefeitura de São Vicente
Paula Covas Calipo	Secretaria de Estado da Saúde – DRS 4
Jorge Antonio Coutinho	Secretaria de Estado de Educação - DRE – São Vicente
Gustavo Pasquarelli	Secretaria de Estado de Saúde – Hospital Emilio Ribas - Guarujá
Assuntos Tratados	
<p>– A pedido do Coordenador da Câmara Temática o Secretário de Educação, de Bertioga, Rubens Mandetta, deu início à reunião agradecendo a presença de todos e foram tratados os seguintes aspectos:</p> <ul style="list-style-type: none"> . Presença da Deputada Federal Rosana Valle; . Ela informou que faz parte de uma Comissão externa para discutir a PEC, onde as reuniões estão sendo remotas e está sendo avançado; . Será realizada reunião hoje à tarde; 	

- . Fez um breve histórico dos trabalhos que fez entre os quais é membro da comissão para avaliar os atos do MEC, onde fizeram um relatório no final do ano, realização de reuniões com a presidente da Fundeb e da Uvesp, realização de audiência pública no Teatro Guarany, encaminhou a Carta de São Paulo, sobre o fim do Fundeb na CM de São Paulo;
- . Hoje a tarde será lido o parecer da Deputada Federal Dorinha, em reunião para discutir a PEC, que transforma o FUNDEB num instrumento permanente de financiamento da educação;
- . Leitura de material encaminhado por Paulo de Sena, que será compilado e encaminhado aos Secretários Municipais;
- . Garantir que o Fundeb não vai terminar, fará parte da Constituição Federal e será permanente;
- . Prof. João, de Guarujá – agradeceu a Deputada;
- . Débora, de Peruíbe, colocou sobre o grande impacto, caso aconteça, aos programas de merenda escolar, uniformes, entre outros;
- . Inclusão da quota salário-educação;
- . Lei 173, Peruíbe tem preocupação se a Deputado já percebeu a amarração;
- . Mudança na lei em relação a equipamentos;
- . A Deputada Rosana Valle esclareceu que na reunião que será realizada hoje a tarefa é que terão o relatório final;
- . Comissão de Deputados – parecer que será lido pela relatora, Deputada Federal Dorinha;
- . Mandetta agradeceu a Deputada e faz um breve histórico da reunião anterior, onde deliberaram para agir de forma a consultar em relação ao retorno às aulas: como EPI's, horários etc.;
- . Professores atuam em mais de um município;
- . Voltar quando tiver uma orientação positiva da área da saúde;
- . Débora fez uma breve contextualização;
- . Há vinte dias Santos, Bertioga, Peruíbe e Mongaguá tem se preocupado e dialogado sobre o retorno às aulas; Sugerido reunião para devolutiva da Undime e Ministério Público – protocolo de retorno;
- . Preocupação com um protocolo regional;
- . Processo de diálogo e troca de informações;
- . Protocolo apoiado pela DRS 4, pelo peso que ela tem na Baixada Santista e pelo conhecimento que eles têm – credibilidade científica;
- . Articulação feita com João Bosco, Condesb;
- . Última reunião da CT foi alertada a questão do Fundeb, por isso convidaram a Deputada Rosana Valle para esta reunião, bem como a DRS 4 e a DRADS BS;
- . Questões levantadas: como lidar com a data de retorno; percentual de alunos – Plano SP; modalidades – Estado tem outra visão; reposição presencial, se será recomendação; alimentação escolar, grupo de risco;
- . Compreendem que tem uma dimensão completamente técnica, mas tem a realidade;
- . Eugênia, de São Vicente, colocou que definiram também que todos os municípios iriam constituir um comitê, podendo ver características do município;
- . Santos e São Vicente já tem comitê – tudo que decidirem passará para o comitê;

- . Mandetta destacou que não se pode transcender o decreto, mas podem ser mais restritivos;
- . Com a palavra Paula Covas, da DRS 4 informou que convidou o Dr. Gustavo, Diretor do Hospital Emílio Ribas, de Guarujá para participar desta reunião;
- . A região tem feito muito bem seu trabalho pelo Condesb, de forma regional;
- . Desde março vem organizando os serviços no atendimento ao Covid 19;
- . Hoje tem o Hospital Emílio Ribas/Guarujá, Regional de Itanhaém e o Guilherme Álvaro complementando a assistência hospitalar;
- . Planos de contingência estadual e municipal;
- . Tem toda uma linha de cuidado;
- . Já tem protocolos que são seguidos pelos municípios;
- . Fizeram capacitação com todos os agentes da saúde;
- . Reorganização e investimentos financeiros que ajudaram muito;
- . Tudo feito com planejamento e rapidez;
- . Hoje tem 24000 casos confirmados, 1090 óbitos. Não chaga a 50% os casos mais leves;
- . Conseguiram ampliar e receberam respirados;
- . O Plano SP veio para balizar a flexibilização;
- . A Deputada Rosana Valle pediu a palavra, desculpou-se informando e agradecendo a participação da Deputada Dorinha nesta reunião, se disponibilizando em falar sobre o parecer do Fundeb, que será lido hoje, às 15h00;
- . Com a palavra a Deputada Maria Auxiliadora Seabra Rezende, Dorinha, cumprimentou a todos falou da expectativa, que o Fundeb é muito importante para a educação básica;
- . Manter o mesmo percentual.
- . Situação hoje – apresentaram texto, recurso de duas naturezas;
- . PDDE saúde – recursos para ir direto para as escolas;
- . Percentual até 2026 chegando a 20%, limite de pessoal 70%;
- . Demanda sobre usar a fonte salário-educação foi retirada;
- . Possibilidade o que tem que ser definido na lei de regulamentação;
- . Mais recursos para equalização;
- . Lutam a toda hora com argumento novo
- . Precisam enfrentar- pouco envolvimento do Ministério da Educação;
- . Maior propósito é votar o texto e enviar ao Senado, bem como a regulamentação;
- . Débora – importância da militância pelo Fundo
- . Lei 173 – corte de possibilidade de criação de cargo, função;
- . Estão na iminência de fazer a entrega de equipamento e a Lei 173 proíbe o aumento da despesa fixa;
- . Política incerta, transtorno enorme em relação à expansão da educação infantil;
- . Fortalecimento do Fundeb – importância da defesa;
- . Mandetta – perspectiva de aumentar a participação de 20% do governo federal, como fica;
- . Parabenizou pelos esforços e gratidão;
- . Douglas Rodrigues – parabenizou as Deputadas;
- . Faz coro a indagação da Secretária Débora sobre a LC 173, traz muitas

- dificuldades;
- . Afastamento de servidores – Covid, grupo de risco – contratação temporária. Concurso com aprovados – deixar de contratá-los para fazer processo seletivo;
- . Fundeb – consideração valor –aluno por diferença socioeconômica regional;
- . Preocupação com diminuição;
- . Serão mantidos os valores, se as regiões terão alguma perda;
- . Deputada Dorinha – PEC 173 – texto;
- . Avaliar o que é possível construir;
- . Aumento da demanda de novas contratações;
- . Ver o que se pode fazer na questão da educação;
- . Sistemas, órgão de gestão – Fundeb é em nível do Estado, âmbito e também para complementação da União;
- . Tiveram cuidado em não ter perdas para os municípios;
- . A aprovação do Fundeb – partido Novo deve ser o único desfavorável;
- . O texto é pacificável para aprovação;
- . Partiram da preocupação dos sistemas que já estão funcionando;
- . A expectativa é votar na próxima semana;
- . Deputada Rosana – contar com a bancada paulista que estará presente na leitura do relatório hoje às 15h00;
- . Ela manterá os Secretários municipais de educação informados;
- . Retornando a palavra a Sra. Paula Calipo complementou que na saúde trabalham por microrregiões: sul (Peruíbe, Itanhaém, Mongaguá e Praia Grande), Norte (Bertioga e Cubatão), Central (Santos e São Vicente);
- . Vem avançando para dar autonomia às microrregiões;
- . Hospitais referência;
- . Característica regional;
- . O Guilherme Álvaro é hospital referência não só para a microrregião central também para a sul;
- . Cada município organizou e está atendendo as suas demandas;
- . Apresentou o número de leitos só para atendimento de Covid;
- . Ressaltou as medidas de proteção como as mais importantes;
- . [Plano SP está na fase laranja encaminhando para a amarela;]
- . Ele é regional, impacta nos serviços regionais e afetam os outros municípios;
- . Continuam atendendo emergências;
- . Tratamentos eletivos que pararam;
- . Mandetta – muitas dúvidas sobre em que momento voltar às aulas, EPI's, concentração, número de alunos, ensino híbridos, cuidados;
- . Estão se preparando regionalmente para isso;
- . Condições mínimas – divulgar características regionais;
- . Data de referência;
- . Revisão protocolos regionais;
- . Orientações para se sentirem mais seguros;
- . Dr. Gustavo – dúvidas podem enviar para ele via e-mail ou por telefone;
- . [Segurança de quando voltar – sempre se tem insegurança;]
- . Sempre haverá dúvida;
- . Grande diferença entre criança e adultos;
- . Criança tudo leva a crer que elas têm um quadro muito brando;

- . Tudo é discutível;
- . EPI's – o uso de máscaras em crianças com 4/5 anos é muito discutível;
- . Existem muitas variáveis que precisam ser levadas em consideração;
- . Elaborar questionário de âmbito familiar;
- . Uso de álcool gel – existe risco de intoxicação em crianças;
- . Quanto mais pensar em atitudes na criança é um pouco diferente;
- . Débora – dúvida em relação à tenda de desinfecção – preocupação com aluno alérgico;
- . Orientação à compra de tapetes higiênicos para colocar nas portas das escolas;
- . Dr. Gustavo – se colocar tenda a eficácia é muito discutível, não tem efeito prático nenhum;
- . Tapetes – a questão de contaminação por sapatos, ela vai existir com criança que engatinha e quem tem pet (contaminação de superfícies);
- . Mandetta – crianças de creche – preocupação – dificuldade, possibilidade de serem vetores aos pais, aos avós – transmitir;
- . Dr. Gustavo – colocou que esse risco sempre como com a Influenza;
- . Covid não é uma doença que deixa as pessoas confortáveis, seu diagnóstico é pesado;
- . O risco existe, ele é inerente, é um inimigo invisível;
- . Esse não é um fator impeditivo de volta às aulas. Existe o risco, sim;
- . Cristina Barletta – estão estudando vários cenários de retorno;
- . Primeiríssima infância, 30%, readaptação dos alunos, encontrarão muita dificuldade, questão emocional, readaptação muito difícil, fator econômico, mães voltarem ao mercado de trabalho;
- . Não é a questão de transmitir – como trabalhar a questão emocional desses alunos;
- . Dr. Gustavo – questão de desafio da adaptação na escola;
- . Débora – pressão grande para distribuição de álcool gel por meio de totem, é adequado?
- . Termômetro e oxímetro como é recomendado o suo?
- . EPI's, avental, máscara de acetato – recomendação;
- . Limpeza das mesas – tempo;
- . Máscara – modelo adequado;
- . Eugênia – contratação de empresa de higienização, quanto tempo?
- . Eugenia – também concorda;
- . Débora – Covid Testes – se é importante adotá-los nas escolas;
- . Dr. Gustavo – termômetro – muitas crianças são assintomáticas, sintomas leves. Como triagem, esquecer;
- . Individualizar álcool gel terão problemas: intoxicação, fazer como no Japão a criança higieniza a mão na entrada da escola;
- . A higienização de mesas é importante, o vírus morre com qualquer limpeza;
- . Problema de intoxicação por inalação de produtos de limpeza;
- . Limpeza de superfície com álcool 70;
- . Máscara – professores e inspetores para alunos precisam usar;
- . Menores de 5 anos risco maior de acidente do que de proteção;
- . N95 – máscara só para uso hospitalar;
- . Testagem dos profissionais e das pessoas que trabalham na escola é

- necessário;
- . Máscara; acetato importante para os professores;
- . Oxímetro como instrumentos;
- . Máscara normal – usar;
- . Paula – cuidados com o uso: higienizar corretamente, lavar bem as mãos com água e sabão;
- . Dr. Gustavo – uso correto da máscara, sempre manipular pelo elástico;
- . 80% das contaminações foram nas retiradas dos EPI's;
- . Paula – capacitar às pessoas para o uso de EPI's é primordial;
- . Pessoas que já positivaram, a maioria é assintomática;
- . As que já foram positivas se devem continuar usando máscara. Em caso positivo qual a orientação a ser dada;
- . Dr. Gustavo – IGG positivo é o sonho de todos;
- . IGM positivo deverá ser afastado, ver se ficou assintomático;
- . Suab – PCR – cotonete – exame específico;
- . Sangue procura anticorpo contra o SARS-CoV-2; IGG – imunidade prolongada, conforto
- . IGM – mais agudo;
- . A partir do nono dia não tem crescimento do vírus nesse período;
- . Em caso positivo não precisa fazer isolamento, será necessário fazer observação clínica dos mais próximos a ela;
- . Paula agradeceu ao Dr. Gustavo pela participação e informou aos demais que dúvidas poderão ser tiradas por e-mail;
- . O Coordenador, João Bosco colocou que de 85 escolas da Diretoria de Ensino de Santos estão com 7 escolas com diretores e funcionários contaminados;
- . No caso de contaminação de quatro pessoas de uma equipe de uma escola qual o tempo estimado de contaminação;
- . Dr. Gustavo – contaminação em massa – achar o foco;
- . Vínculo comum que as pessoas se contaminaram;
- . Discutível o fechamento da escola;
- . Vírus morrem em 72 horas;
- . Débora – perguntou aos representantes da Secretaria de Estado de Saúde se haveria possibilidade de orientação da DRS 4 para as Secretarias municipais de Saúde e Vigilância sanitária de cada município;
- . Paula falou que é possível sim;
- . Podem chegar a um denominador comum;
- . Formalizar ao DRS 4;
- . Dr. Gustavo – só vão lidar mesmo com a situação com a volta às aulas;
- . Não é um bicho de sete cabeças;
- . Não se sabe quando voltará à vida normal;
- . Paula - enfrentar e construir;
- . Gabinete de crise funciona bem;
- . Ter pessoas de referência;
- . Comitê maior para essa troca;
- . Colocou-se a disposição para discutir essas questões;
- . O Coordenador agradeceu a Paula pela clareza e ao Dr. Gustavo Vinicius que desmistificou os EPI's;
- . Serão feitos acordos coletivos entre as áreas de saúde e educação;

- . Paula – políticas públicas essenciais como desenvolvimento social;
- . Mandetta – questão de encaminhamento – nova data para elaborar um roteiro básico – questões regionais;
- . Estabelecer uma sugestão para ser encaminhada ao Condesb;
- . Débora – fazer pedido de que seja feita orientação as Secretarias municipais de saúde;
- . Próxima reunião dia 22/07/2020, 9h00;
- . Coordenador – Seduc soltou alguns protocolos sanitários que estão no site da Secretaria de Estado e foram encaminhados aos secretários municipais;
- . Serão um ponto de partida;
- . Elaborar um boneco único de protocolo;
- . Nossa região é diferente das demais, pois recebemos muitos turistas nos finais de semana;
- . Mobilidade muito grande;
- . Vir para a reunião com esboço do que querem;
- . Link criado com produtos, marcar e valores;
- . Todos devem enviar as informações para a CT para juntarem num só;
- . Perguntado se tem escolas com gestores com Covid: o Estado tem; Peruíbe – 2 casos em escolas diferentes. Bertioga – duas escolas com casos;
- . Link meeting – Mandetta - enviar listagem de membros;
- . Mandetta e eugênica – questão escolas particulares;
- . Cristina colocou uma prévia no grupo;
- . Desafio é a educação infantil;
- . Discussão coletiva;
- . Eugenia também concorda;
- . Débora – convênios com o terceiro setor;
- . Amadurecer a decisão;
- . Representante de Guarujá - concorda com a Débora – definir no dia 22 – mais força – questão metropolitana;
- . Coordenador – preocupação com impacto político, como repercute, qual o impacto;
- . Cristina – consulta ao Ministério Público e a Defensoria Pública – pensa como nós em relação à educação infantil;
- . Respaldo nas decisões;
- . Vanessa, de Praia Grande, informou como está em seu município - contato com o Ministério Público, respaldo por escrito quanto ao não retorno das creches;
- . Questionamentos = perda de vaga;
- . Pesquisa – consulta aos pais;
- . Márcia Terras – Conselho tutelar
- . Procurado, MP – consulta quanto ao retorno da educação infantil – creche;
- . Débora lembrou sobre a aprovação do projeto que flexibiliza às oitocentas horas da educação infantil;

Não havendo mais nada a tratar foi encerrada a reunião

Link da videoconferência: <http://meet.google.com/cse-uhcf-iyw>

Data da Pesquisa: 12/09/2020	
Data da reunião: 05/08/2020	
Coordenação:	João Bosco Arantes Braga Guimarães
Presentes	Representação
Débora Illa Longhi Gallo	Prefeitura de Peruíbe
Maria Helena Marques Rovere	Prefeitura de Santos
João Bosco Arantes Braga Guimarães	Secretaria de Estado Educação – DRE Santos
Luciana Freitas Lemos dos Santos	AGEM/CONDESB
Leni Rocha	AGEM
Rubens Antonio Mandetta	Prefeitura de Bertioga
Aparecido Silva	Prefeitura de Bertioga
Márcia Regina Terras Geraldo	Prefeitura de Cubatão
João José Belchior	
Geoína Tavares Gonçalves	Prefeitura de Guarujá
Douglas Rodrigues	Prefeitura de Itanhaém
Ana Paula Gimenez	Prefeitura de Peruíbe
Vanessa Rovenna Hernandes	Prefeitura de Praia Grande
Maísa Almeida	Prefeitura de São Vicente
Rosana	
Jorge Antonio Coutinho	São Vicente
João José Pecchiore	Prefeitura de Guarujá
Regina	Secretaria de Estado de Educação - DRE – São Vicente
Assuntos Tratados	
Ausências: Prefeitura de Mongaguá, Secretaria de Estado de Meio Ambiente	
<ul style="list-style-type: none"> • Os trabalhos foram abertos pelo Coordenador da Câmara Temática, João Bosco Arantes e foram tratados os seguintes aspectos: <ul style="list-style-type: none"> – Regina, da Diretoria de Ensino de São Vicente, falou sobre conversa que teve com a Débora, de Peruíbe, sobre as ansiedades, que tudo é muito difícil que devem manter uma premissa muito importante, ou seja, manterem-se muito unidos, juntos, o que será muito bom para todos, pois será um enfrentamento; . Secretário de Estado de Educação tem falado bastante e o governador também, da importância de seguir as normas ditadas pela área da saúde; . Não tomar decisões precipitadas, questão de falsa segurança, as pessoas estão inseguras; . Uma das ansiedades é que os equipamentos de segurança, o que será uma falsa segurança; . Eles não serão suficientes enquanto não tiver vacina; . Como será o trânsito das crianças dentro da escola, com poucos funcionários, muitos afastados; . Será necessário organizar todo o nosso pensamento e tratativas, tudo distante da nossa realidade; . Ano de pandemia, ano político; . Preocupação com o trâmite do transporte e da merenda; . Dificuldade em planejar, pois não se sabe o dia, a quantidade entre outros, e 	

- ao mesmo tempo não se pode ficar parados, é necessário preparar vários planos de atendimento;
- Mandetta levantou sobre a questão de consultas;
 - O Coordenador informou que já enviou ofício ao DRS IV e está aguardando retorno;
 - . Falou sobre as providências tomadas na Delegacia de ensino de Santos – envio de planilha as escolas para traçar diagnóstico – infectados na escola – quantificação/parentes infectados nas casas dos alunos/quantos óbitos tiveram em cada escola;
 - . Quantificação entre diretores de número de funcionários e professores teriam na volta às aulas no dia 8 de setembro;
 - . Está preocupado como a Regina – mensurando pelas beiradas – não estão preparados 100%, época de incertezas;
 - . Fechamento de unidades escolares devido ao número de funcionários com Covid;
 - . Empresa terceirizada passa a higienizar;
 - . Hoje tem cinco escolas nessa situação;
 - Mandetta colocou que para ela ainda não está claro se eles têm que voltar às aulas no dia 08/09;
 - . Em conversar com o Secretário de Saúde de seu município foi informado sobre o grande esforço para manter a região na faixa amarela;
 - . Questão de transitoriedade de contratos como merenda, transporte, entre outros;
 - . Alunos que não voltarem às aulas os pais terão que assinar uma declaração;
 - . Professores voltariam na primeira semana de setembro;
 - . A Secretaria municipal de Saúde está aguardando orientação de São Paulo;
 - . Situações – trabalhar com a saúde os dados da nossa região e data de retorno das aulas;
 - . Encaminhar documento aos prefeitos falando dos EPI's básicos;
 - . Prefeitos estão preocupados e inseguros se retornam as aulas ou não;
 - . Voltar às aulas com uma firme segurança da área da saúde, com antecedência;
 - . Prof. João, de Guarujá, colocou sobre consulta pública, propôs que todos consultem seus prefeitos e tragam a posição deles;
 - Débora, de Peruíbe, falou sobre a possibilidade de o Governador aceitar que os municípios voltem em datas diferentes;
 - Regina disse que acredita que os municípios terão autonomia;
 - . Estão dependendo de posicionamento da Secretaria da Saúde;
 - . 07, 08 e 21/08 será dado o martelo final, forçando a situação econômica e política;
 - . Não tem governabilidade a Delegacia, os municípios têm;
 - Débora falou sobre a dimensão do alinhamento – os processos se dão conjuntamente;
 - . Limpeza terminal como se dará isso com o aditamento do contrato;
 - . Dificuldades em negociar contratos de terceirização;
 - . Envio de documento esclarecendo que esse não é o momento de retorno;
 - . Não sente um retorno possível para o dia 8 de setembro;
 - . Questão sindical está muito forte na Baixada Santista;

- . Fazer proposta de que o retorno seja para outubro;
- Regina – Prefeitura de São Vicente também tem um posicionamento de não voltar no dia 08/09;
- Débora – o prefeito de São Vicente já se manifestou contra o retorno no dia 08/09;
- . Ver posicionamento do prefeito de Itanhaém;
- Maria Helena, de Santos, colocou que em Santos, estão organizando o planejamento numa situação instável no sentido de quando se retorna;
- . Amanhã terá uma reunião de um comitê intersetorial;
- . Pensar num cronograma mínimo para esse início;
- . Definir o espaço de tempo para divulgação de como se dará esse protocolo, higienização das escolas e formação das pessoas;
- . Necessário fazer uma conversa com os pais;
- . Procedimentos formativos;
- . A partir de um cenário favorável, não se pode tomar uma decisão lembrando que as aulas estão acontecendo remotamente;
- . O retorno presencial deve ser entendido como complemento;
- . Mudança da logística das relações dentro das escolas;
- . Deixar claro e não enfraquecer, mostrar todo o reforço pedagógico e educacional;
- . Para 2020 a escola está configurada para ser remota;
- . O retorno presencial não irá substituir o esforço remoto;
- . Necessidade de um período para adaptação de toda a comunidade escolar e dos espaços;
- Márcia Terra, concordou e acrescentou que nem todas as crianças não voltarão;
- . Texto da pesquisa foi encaminhado ao prefeito;
- . Pressão, terreno arenoso, buscar posicionamento dos pais das crianças;
- . Concorda com a questão de um prazo;
- . Estão fazendo as licitações;
- . Também compartilha com as preocupações;
- . Estão aguardando a sinalização da saúde;
- . Estão levantando dados e trabalhando com duas possibilidades: retorno e não retorno;
- . Apresentar aos Prefeitos em reunião do Condesb;
- Vanessa, de praia Grande – anulação do ensino remoto, o presencial vai acrescentar uma parte, será feito em sistema de rodízio;
- . Pesquisa pública educação infantil e ensino fundamental;
- . Predefinição para que tenham pelo menos quinze dias para se preparar;
- . Estão fazendo licitações para os equipamentos de EPI's, mas não devem conseguir para o dia 08/09/20;
- . Quadro de pessoal não pode aumentar – Lei 173, limpeza;
- . Concorda em fazer um documento sobre o retorno;
- Mandetta – prazo de um mês;
- Vanessa – prazo mínimo para retornar
- Débora – contatos em andamento precisam de dez dias úteis anteriores para retornar;
- Máisa, de São Vicente informou que já fizeram o plano de retorno;

- . O número de professores é enorme, comorbidade;
- . 08/09 – pouco tempo;
- . Ensino híbrido;
- . Necessidade de se ter muita cautela, fala conjunta;
- . João José de Guarujá, concordou com a fala e que devem falar com os prefeitos;
- . Mandetta – consulta pública não fizeram e tem receio de fazer;
- . Termo de responsabilidade a ser assinado pelos pais dos alunos que não retornarem;
- . Documento indicativo pedindo que seja colocado em pauta me reunião ordinária do Condesb;
- . Deixar uma reunião pré-agendada, anterior ao dia 21/08, data prevista de fechamento de posição do Estado;
- . Indicativo de que não estão confortáveis para o retorno das aulas em 08/09 e pedindo um mês de antecedência;
- . Estão comprando EPI's através de atas;
- . Encaminhar ao Condesb;
- . Prefeitos também não estão achando boa a ideia de retorno em 08/09;
- . Realizar reunião dia 19/08 com a participação de representantes da saúde;
- Maísa perguntou sobre resposta do ofício encaminhado ao DRS IV;
- João Bosco informou novamente que enviou ofício a DRS IV agradecendo a participação deles e com as questões solicitadas;
- . Enviará novo ofício solicitando a relação de EPI's que eles entendem necessários para as voltas as aulas, manifestação de que eles indiquem sobre a volta as aulas na nossa região e a presença de uma pessoa técnica na nossa próxima reunião;
- . Lembrou que uma parte da saúde é favorável ao retorno no próximo dia 08/09;
- . Encaminhar preocupações, peculiaridades da Baixada Santista, região turística;
- . Cronograma de atividades que estão e devem ser tocados. A preparação tem que ser feita;
- . A preocupação interna das Secretarias de Educação tem que estar sendo feitas;
- . Fazer um trabalho muito alinhado com a saúde;
- . Levantou que há alguns pais que são a favor da volta as aulas;
- Débora – Secretaria da Saúde, abordagem quanto à saúde;
- . Educação tem problemas que a saúde não consegue mensurar;
- . Existem discussões que a Secretaria de Saúde não vai abarcar;
- . As ponderações deverão ser feitas pelos Secretários de Educação;
- . Produção de roteiro com considerações – sentido logístico;
- . Construirão um protocolo em relação aos afastamentos, como se dará o trabalho com quem tem comorbidade;
- Regina – estão nas mãos da saúde;
- . Cronograma mínimo;
- . Peculiaridades;
- . Até para a saúde está difícil – estão estudando e analisando, por enquanto não tem caminho;

- . Insegurança grande;
 - . Tempo mínimo para organizarem-se;
 - . Consulta pública – importância, cria expectativa quanto à decisão do retorno e é a saúde que define;
 - Débora, em Peruíbe não denominaram como consulta pública – tomar cuidado na maneira que se propõe;
 - Regina – legitimar a presença dos professores, caminhar com bastante cuidado;
 - . Importância de um prazo de dez dias para retorno;
 - . Estarem juntos;
 - Douglas Rodrigues, de Itanhaém – candidatos agravou o déficit de pessoal;
 - . Entrevista com os pais que trouxe sustentáculo para a deliberação que adotarem;
 - . 80% de pais não querem o retorno às aulas;
 - . Elasticidade dos procedimentos do Plano SP;
 - . Avaliação para mudança de faixas;
 - . Fizeram reunião com a equipe técnica e prefeito, aonde chegaram pela não retomada às aulas para este ano;
 - . Fusão de dois anos;
 - Débora – participação – pautar no Condesb;
 - O Coordenador propôs que a apresentação seja feita pela Secretaria de Educação de Peruíbe, pois a mesma é representante da Undime, o que foi aceito por todos;
 - João José – fechar o que a Débora levará;
 - Débora – dia 19/08 trazer o posicionamento de cada prefeito – construção;
 - . Próxima reunião dia 19/08, às 9h30;
 - . Conversa com os prefeitos, impressões;
 - . Construção da pauta para apresentação no Condesb;
 - . Elementos das ponderações e preocupações;
 - Mandetta – colocar no ofício que não estão se sentindo à vontade em relação às faixas;
 - . Importância que a saúde dar um indicativo, segurança dos indicadores;
 - João José – não ao retorno no dia 8/09;
 - Débora – prorrogação do prazo para retorno às aulas;
 - . Preparar documento e encaminhar aos Secretários para avaliação;
 - . Repassar, compartilhar o texto para ser trabalhado;
 - . Começar pelo contingente de turistas;
 - Maria Helena sugeriu o fortalecimento do ensino remoto e compromisso de todas as redes para um planejamento robusto para 2021;
 - O Coordenador levantou a questão do deslocamento da população entre os municípios – profissionais e impacto de possíveis afastamentos;
 - . Informou que a Diretora da DRS IV, Paula Covas, respondeu que já está respondendo o ofício e que encaminhou a planilha no grupo do whatsapp e por e-mail, bem como o ofício encaminhado ao DRS IV;
 - Mandetta – questão do repasse para merenda escolar;
- Não havendo mais nada a tratar foi encerrada a reunião.

Link da videoconferência: [http:// meet.google.com/hrv-kcyd-ucy](http://meet.google.com/hrv-kcyd-ucy)

Data da Pesquisa: 12/09/2020	
Data da reunião: 19/08/2020	
Coordenação:	João Bosco Arantes Braga Guimarães
Geoína Tavares Gonçalves	Prefeitura de Guarujá
Débora Illa Longhi Gallo	Prefeitura de Peruíbe
Maísa Regina Wanderley De Almeida	Prefeitura de São Vicente
Regina Spada Lourenço dos Santos	Secretaria de Estado de Educação - DRE – São Vicente
João Bosco Arantes Braga Guimarães	Secretaria de Estado Educação – DRE Santos
Leni Rocha	AGEM
Luciana Freitas Lemos dos Santos	AGEM/CONDESB
Jorge Antonio Coutinho	DRE São Vicente
Paula Covas Calipo	DRS IV
Rubens Antonio Mandetta	Prefeitura de Bertioga
Márcia Regina Terras Geraldo	Prefeitura de Cubatão
João José de Oliveira Pecchiore	Prefeitura de Guarujá
Marcela Braga	Prefeitura de Itanhaém
Ana Paula Gimenez	Prefeitura de Peruíbe
Vanessa Rovenna Hernandes	Prefeitura de Praia Grande
Gustavo Pasquarelli	Secretaria de Estado de Saúde – Hospital Emilio Ribas - Guarujá
Ana Lucia Duarte	Prefeitura de Santos
Eugenia Marcondes Leal Teixeira	Prefeitura de São Vicente
Paula Covas Calipo	Secretaria de Estado da Saúde – DRS 4
Jorge Antonio Coutinho	Secretaria de Estado de Educação - DRE – São Vicente
Gustavo Pasquarelli	Secretaria de Estado de Saúde – Hospital Emilio Ribas - Guarujá
Assuntos Tratados	
Link da videoconferência: http://meet.google.com/cud-kgux-drk	
Ausências: Prefeitura Mongaguá	
Estado: Secretaria de Estado de Infraestrutura e Meio Ambiente	
<ul style="list-style-type: none"> • Os trabalhos foram abertos pelo Coordenador da Câmara Temática, João Bosco Arantes e foram tratados os seguintes aspectos: <ul style="list-style-type: none"> – Informações da Diretora de Ensino de São Vicente – estão realizando reuniões para saber como está cada escola; – O representante de Guarujá colocou que está complicado o gerenciamento sobre a volta às aulas no caso das escolas municipais; – Regina da DRE de São Vicente levantou preocupação. Aguardando posicionamento do Secretário de Estado. Exemplificou com o caso da merenda escolar; – Mapear as necessidades – desafio muito grande – dificuldades; – Maísa, de São Vicente, questionou de que maneira o Estado vai voltar às 	

- . aulas, muitos já se posicionaram pela não volta às aulas agora;
- . Ainda está complicado falar em voltar às aulas, por uma série de coisas. Falta de professores;
- . Necessário suporte, a responsabilidade é de todos;
- Paula Covas, da DRS IV, colocou como está a situação atual da pandemia na RMBS;
- . Disse que pensa que cada município tem uma realidade;
- . A previsão anunciada pelo Estado seria em outubro;
- . Pesquisa verificou receio dos pais.
- . Na Saúde podem participar compartilhando experiências, as avaliações quem tem condições de fazer são as escolas;
- . Colocou que estamos tendo uma taxa decrescente de casos de Covid 19;
- . Qual o ponto de equilíbrio e se deve voltar este ano parte dos municípios; e do panorama, do cenário epidemiológico de outubro;
- . Começar a planejar, esse cenário deve se estender até o ano que vem;
- . Escola é serviço essencial, mas a questão é até que ponto estão preparados;
- Marcela, de Itanhaém, colocou sobre a fase verde, grupo de risco, muitos funcionários como ficam?
- Paula informou que continua valendo até que seja revogado o decreto que estabeleceu as normas;
- . Na Saúde tiveram muitos embates, difícil;
- . Centro de contingência do Estado que está discutindo;
- . É uma tomada de decisão compartilhada;
- . Importância do Condesb, Prefeitos discutirem e levarem para o Centro de Contingência;
- . Experiências compartilhadas, planejamento conjunto para se chegar ao melhor para a região;
- . Os cuidados de prevenção terão que ser adotados até chegar à vacina;
- Regina Spada colocou sobre critérios – se seria conveniente fazer testagem nos alunos e professores, acha interessante;
- . Município de São Paulo usou a testagem para se basear quanto ao retorno às aulas;
- . A Região da Baixada Santista está de parabéns, formatarão um bom plano de retorno às aulas;
- Rubens Mandetta, de Bertioga, perguntou se já alguma perspectiva de passarmos para a fase verde;
- Paula respondeu explicou o monitoramento dos fatores para mudança de fase;
- . Querem caminhar com segurança;
- . Uma região vizinha que passe para a fase vermelha vai impactar a nossa região;
- . Tudo tem que ser feito com muito cuidado, trabalho difícil e de muita responsabilidade;
- . A região está melhor, mas ainda temos oscilações dos óbitos;
- . Ainda não estamos com todos os índices para passar para a fase verde;
- . Possivelmente poderemos passar em meados de setembro/outubro para a fase verde;
- Pecchiore colocou que no Guarujá suspenderam *sine die* o retorno as aulas;

- Paula destacou que as unidades de saúde vão ter impacto com essa flexibilização;
- . A rede está organizada para o sistema;
- . Qual a melhor hora para voltar quem pode decidir, dizer, são os profissionais de educação;
- . De que forma, quais os investimentos, são questões que precisam ser atentadas;
- . Estão trabalhando para ter mais segurança para tomada de decisões;
- Pecchiore falou que o novo normal é diferente para a área da educação;
- Paula disse que continua valendo o isolamento das pessoas que são mais de risco;
- . Toda flexibilização é preciso pensar na cadeia toda;
- Débora, de Peruíbe levantou a preocupação constante na área da saúde de não termo atingindo o platô;
- . Pesquisa sobre o impacto do retorno às aulas referente à quantidade de alunos;
- Paula informou que quanto a leitos infantis já tem estudo e estão preparados, os outros casos serão tratados como os adultos;
- . Fará uma projeção e levará para a reunião do Condesb, do dia 25 de agosto;
- . Nos portais do Seade, da Secretaria de Estado de Saúde têm todas essas informações;
- . Colocou o DRS IV á disposição;
- Débora colocou que todos fizeram pesquisas com os pais sobre o retorno às aulas em 2020 e a maioria é contra;
- . Até o momento não tem documento do Ministério Público norteando o retorno às aulas; Respeito ao conhecimento técnico da Secretaria;
- . Avaliação sobre a possibilidade das aulas – monitoramento constante;
- . Busca ativa das crianças e robusto posicionamento projeto de recuperação de aprendizagem para o ano subsequente;
- . Olhar o documento com carinho, ver se atende aos anseios deles;
- . Manifestação, proposta de pouca impactação;
- . Não alardear sobre o não retorno das aulas este ano;
- Pecchiore – Eles têm uma comissão onde tem a participação de representantes do Ministério Público, cujas colocações são as mesmas do MP de Peruíbe;
- Marcela informou que o posicionamento da Promotoria de Itanhaém Itanhaém também é igual à de Peruíbe;
- Trabalho paulatinamente – protocolo e treinamento do pessoal;
- Vanessa colocou que em praia Grande estão trabalhando com foco em relação a conteúdo para 2021;
- . Para este ano deixar protocolos sanitários, EPI's, entre outros;
- . Neste momento não radicalizar, Diretoria de Educação de São Vicente avaliando, caminhar preservando a todos;
- Máisa de São Vicente colocou que concorda com os posicionamentos das Sras. Regina e Vanessa;
- O coordenador destacou que faltou no documento alguma referência ao plano SP;
- . Colocar item falando que em todo o Estado não tem região na faixa verde,

- preocupação maior, não só a questão dos profissionais se deslocarem pela região;
- . Medo de retrocesso;
 - . Não houve avanço significativo para volta às aulas;
 - . Voltar a partir de outubro com 35% dos alunos;
 - Débora – colocar no item sobre a instabilidade dos dados da saúde, colocar que não temos nenhuma região na fase verde;
 - . Acrescentar a partir do item 5;
 - . Propostas e sugestões
 - . Encaminhamento do documento aos conselheiros do Condesb;
 - . Conversarem com os prefeitos;
 - . Encaminhar a todos os membros desta CT;
 - . O documento foi elaborado por Ana Paula Gimenez;
 - . Lembrou sobre a votação do Fundeb no Estado – encaminhar aos Senadores do Estado e Prefeitos sobre a votação do Fundeb;
 - . Lei Federal 14.040/20 – autoriza flexibilizar a educação infantil e fundamental – foi publicada; construir coletivamente parada de uma semana como está sendo feita na rede estadual. Conversarem com as equipes sobre a semana de parada regional;
 - Proposta de Mandetta que seja de 8 a 11/09, também foi sugerida a data de 13 a 17/1020;
 - Calendário homologado – oitocentas horas – aprovado pelo Conselho Municipal – interessante discutir e entrar em consenso da necessidade identificada;
 - Dia 21/08 – Dia D – recuperação do Estado
 - Próxima reunião dia 04/0920 – 9h30;
 - Dr. Gustavo, do Hospital Emilio Ribas, de Guarujá, pediu desculpas pela saída da reunião e se colocou à disposição, teve problemas no hospital;
 - Mandetta colocou que continuarão precisando da ajuda dele;
 - Perguntou se ele tem disponibilidade para participar de *lives* com os professores da rede municipal;
 - Dr. Gustavo falou que o documento está bem alinhado e pertinente;
 - . O risco existe. Crianças na idade da Primeiríssima infância não há tanta necessidade de ir à escola;
 - . Qualquer que seja a decisão tem ponto de vista de ser responsável fundamentada;
 - . Dentro da pandemia que estamos vivendo a parte científica tem que ser vista junto com as demais;
 - . Uso das máscaras por crianças – quatro anos – faixa etária melhor é a de cinco anos; Complexidade da volta às aulas é muito grande.
 - Não havendo mais nada a tratar foi encerrada a reunião.
- Link da videoconferência: <http://meet.google.com/cud-kgux-drk>**

ANEXO 2. Comprovante de Aprovação na Plataforma Brasil



UNIVERSIDADE METROPOLITANA DE SANTOS - UNIMES

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP**DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

Título da Pesquisa: POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA REGIÃO METROPOLITANA DA BAIXADA SANTISTA DOS DOCUMENTOS OFICIAIS AS REALIDADES LOCAIS

Pesquisador: Elisabeth dos Santos Tavares

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 28982620.8.0000.5509

Instituição Proponente: Universidade Metropolitana de Santos - UNIMES

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.954.482

Apresentação do Projeto:

A Educação é um direito de todos e a escola deve acolher a todos sem distinção, garantindo, efetivamente esse direito, na busca do aprimoramento no atendimento aos alunos. É importante lançar um olhar diferenciado que torne possível identificar as diferenças apresentadas pelas crianças que perpassam a escola para, a partir dessa identificação promover um trabalho que realmente garanta a inclusão de todos na escola.

A educação especial é uma forma de diminuir as diferenças entre os seres humanos, contribuindo para a reflexão da inclusão. Dessa maneira, a escola se prepara para incluir os alunos com deficiência desde a estrutura física, à formação dos docentes e, também, à formação da gestão escolar.

A escola inclusiva respeita e valoriza a diversidade dos alunos, buscando o aprimoramento e o desenvolvimento desse ser em formação, considerando as suas potencialidades, sejam de caráter cognitivo, físico ou emocional.

Os desafios da escola estão pautados nas políticas públicas que contemplem um ambiente escolar que promova a inclusão, respeitando a diversidade dos alunos. A inclusão é uma proposta que rompe barreiras para que todos sejam vistos com as suas respectivas particularidades.

O Estado deve apresentar propostas de políticas que beneficiem a totalidade da população. Nesse entendimento, afirma Sidney (2010,p.39). [...] não caberia ao Estado assumir a perspectiva ético-política de uma comunidade promovendo um bem comum relacionado com uma tradição local (como, por exemplo, definir a identidade e a cultura de um grupo específico como componente obrigatório do currículo da educação pública) ou com os valores nacionais, em nome dos quais certas políticas

publicas deveriam ser promovidas. O Estado deve proteger os indivíduos de imposições comunitárias, ou de uma maioria no poder, de uma forma de vida ou valor específico a ser seguido. Atrelado a uma concepção de democracia formal, cabe ao Estado, sobretudo, garantir os direitos civis, entre os quais estão a liberdade de escolha cultural e educacional.

Atualmente, a proposta educacional de inclusão é que todos recebam atendimento, respeitando-se as diferenças que no decorrer do tempo contribuem para a igualdade de todos, atentando-se para as potencialidades de cada ser humano, transformando-os em seres participativos.

No Brasil, o processo de inclusão caminha, mas, muitas vezes, diante das dificuldades encontradas, outras maneiras de atendimento são praticadas para inserir esse indivíduo na sociedade.

Partindo das Políticas Públicas para a Educação Especial que dão suporte ao atendimento dos alunos portadores de deficiência, será desenvolvido um projeto de pesquisa com os nove municípios da Região Metropolitana da Baixada Santista (Bertioga, Guarujá, Santos, São Vicente, Cubatão, Praia Grande, Itanhaém, Mongaguá e Peruíbe) para conhecer como vem se dando a implementação dessas políticas, em cada município.

A pesquisa será realizada com base nos documentos oficiais federais, estaduais e municipais, nos estudos e pesquisas realizados por Mantoan, Garcia e Gardou, pesquisa de campo por meio de entrevistas semi estruturadas e questionários junto às secretarias municipais de educação.

Objetivo da Pesquisa:

Analisar o processo de implementação das políticas públicas de educação especial nos municípios que constituem a Região Metropolitana da Baixada Santista, junto às secretarias municipais de educação.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: mínimo

Benefícios: Identificação da adoção de políticas públicas de educação especial com vistas à inclusão de todas as crianças no ensino fundamental da região da baixada santista.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Terminado o levantamento de dados pertinentes às entrevistas semi estruturadas e questionário, será realizada uma análise onde pretende-se identificar a implementação das Políticas Públicas da Educação Especial, em cada município, legitimando a inclusão dos alunos portadores de deficiência em escolas de ensino regular.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

De acordo com a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde.

Recomendações:

Não há.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1471777.pdf	10/02/2020 16:50:30		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	LUCI.pdf	10/02/2020 16:47:59	Elisabeth dos Santos Tavares	Aceito
Outros	LU.pdf	06/02/2020 17:25:29	Elisabeth dos Santos Tavares	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	06/02/2020 15:30:35	Elisabeth dos Santos Tavares	Aceito
Folha de Rosto	lucia.docx	10/12/2019 12:57:18	Elisabeth dos Santos Tavares	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SANTOS, 04 de abril de 2020

Assinado por:
Sandra Kalil Bussadori
(Coordenador(a))

ANEXO 3. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

I – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO SUJEITO DA PESQUISA

Nome:.....
 Função que exerce dentro da unidade escolar:
 Documento de identidade nº: Sexo: () M () F
 Data de nascimento:/...../.....
 Endereço:.....nº
 Complemento: Bairro:
 Cidade: CEP:
 Telefone:

II – DADOS SOBRE A PESQUISA

Título do Protocolo de Pesquisa: **POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA REGIÃO METROPOLITANA DA BAIXADA SANTISTA DOS DOCUMENTOS OFICIAIS AS REALIDADES LOCAIS**

Pesquisador: **Elisabeth dos Santos Tavares.**

Documento de identidade nº: **3.207.417-7.**

Sexo: **Feminino.**

Cargo/Função: **Professora.**

III – REGISTRO DAS EXPLICAÇÕES DO PESQUISADOR AO SUJEITO DA PESQUISA SOBRE A PESQUISA, CONSIGNANDO:

Esta pesquisa tem por objetivo:
 Analisar o processo de implementação das políticas públicas de educação especial nos municípios que constituem a Região Metropolitana da Baixada Santista, junto às secretarias municipais de educação.

Os riscos são mínimos e não são previsíveis.

IV – ESCLARECIMENTOS DADOS PELO PESQUISADOR SOBRE GARANTIAS DO SUJEITO DA PESQUISA

1. Acesso, a qualquer tempo, às informações sobre procedimentos, riscos e benefícios relacionados à pesquisa, inclusive para dirimir eventuais dúvidas:
 - a) Pesquisadora: **Elisabeth dos Santos Tavares**;
- E-mail: elisabeth.tavares@unimes.br

 - b) Comitê de Ética da Universidade Metropolitana de Santos:
- Avenida Conselheiro Nébias, 536 Santos – SP – CEP: 11045-001
- E-mail: xandu@unimes.br

2. Liberdade de retirar seu consentimento a qualquer momento e de deixar de participar do estudo, sem que isto traga prejuízo à continuidade da assistência;

3. Salvaguarda da confidencialidade, sigilo e privacidade.

V– CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO

Declaro que, após convenientemente esclarecido pelo pesquisador e ter entendido o que me foi explicado, consinto em participar do presente Protocolo de Pesquisa.

Santos, _____ de _____ de _____.

Assinatura do participante

Identidade:

Endereço:

Tel.:

Assinatura do pesquisador (carimbo ou nome legível)